



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

EUCLIDES HÉLIO DE FÁTIMA CAMPOS BORGES

**REFERENCIAÇÃO E ADJETIVAÇÃO:
UMA ANÁLISE IDEOLÓGICO-ARGUMENTATIVA DO
GÊNERO REPORTAGEM**

EUCLIDES HÉLIO DE FÁTIMA CAMPOS BORGES

REFERENCIAÇÃO E ADJETIVAÇÃO:
UMA ANÁLISE IDEOLÓGICO-ARGUMENTATIVA DO
GÊNERO REPORTAGEM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dr^a Esther Gomes de Oliveira

Londrina
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Borges, Euclides Hélio de Fátima Campos.
Referenciação e adjetivação : uma análise ideológico-argumentativa do gênero reportagem / Euclides Hélio de Fátima Campos Borges. - Londrina, 2016.
181 f. : il.

Orientador: Esther Gomes de Oliveira.
Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2016.
Inclui bibliografia.

1. Referenciação - Teses. 2. Argumentação - Teses. 3. Ideologia - Teses. 4. Reportagem jornalística - Teses. I. Oliveira, Esther Gomes de. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

EUCLIDES HÉLIO DE FÁTIMA CAMPOS BORGES

REFERENCIAÇÃO E ADJETIVAÇÃO:
UMA ANÁLISE IDEOLÓGICO-ARGUMENTATIVA DO
GÊNERO REPORTAGEM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dr^a Esther Gomes de Oliveira
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr^a Mariângela Peccioli Galli Joanilho
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Givan José Ferreira dos Santos
Universidade Tecnológica Federal do Paraná -
UTFPR

Londrina, 18 de abril de 2018

A minha mulher Rosana e a meus filhos Mariana e Pedro, pela partilha de nossos sonhos. Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, imensamente, à Professora Doutora Esther Gomes de Oliveira, por acreditar em mim e relevar minhas inumeráveis limitações, permanecendo ao meu lado, com sua orientação segura, ampliando meus horizontes. Obrigado pela paciência e pelos exemplos de profissionalismo e dedicação.

À Professora Doutora Mariângela Peccioli Galli Joasilho e ao Professor Doutor Givan José Ferreira dos Santos, por contribuírem para o enriquecimento de meu trabalho com suas valiosas sugestões, no Exame de Qualificação.

Ao Professor Doutor Paulo Galembeck, à Professora Doutora Fabiane Altino, à Professora Doutora Juliana Tonelli, à Professora Doutora Viviane Furtoso e à Professora Doutora Rosemeri Machado, docentes do Mestrado, pelas preciosas aulas e pelos ensinamentos que em muito colaboraram para minha carreira profissional.

A Rosely Fernandes Lopes, Rosemeri Francisquini Silvano e Ricardo Praia Müller, da Secretaria de Pós-Graduação, pela dedicação e pela cortesia com que sempre me receberam.

A Ana Cláudia Dévara Bezerra, pelos trabalhos que fizemos juntos e pela disponibilidade em ajudar, partilhando suas experiências.

A Rosana, por compreender minhas ausências e as intermináveis leituras, por suportar livros e anotações espalhados por nossa casa, por fingir não perceber meu precário senso de organização, por seu companheirismo incondicional, por acreditar em mim e apoiar meus projetos de vida.

A Nossa Senhora, pela intercessão, pela luz e força que me envia, nos momentos de dificuldade, como aqueles em que a inspiração parecia haver-me abandonado.

Acima de tudo e de todos, a Deus, por sua infinita bondade ao permitir-me estar aqui, amparado por essas pessoas encantadoras e maravilhosas.

Entre coisas e palavras – principalmente entre palavras – circulamos.

Carlos Drummond de Andrade

BORGES, Euclides Hélio de Fátima Campos. **Referenciação e Adjetivação: uma análise ideológico-argumentativa do gênero reportagem.** 2016. 181 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

RESUMO

Os gêneros jornalísticos instauram uma relação específica com a realidade, são altamente persuasivos e, normalmente, capazes de estabelecer um elo muito particular com seus leitores. Por essas características, tais textos têm merecido a atenção de pesquisadores, pois podem ser analisados a partir de várias perspectivas. Não obstante o grande alcance das pesquisas de diferentes áreas da ciência da linguagem sobre os discursos midiáticos, há certas considerações sobre esses textos que incitam sempre reflexões importantes. Defendemos a existência de uma relação estreita entre a divulgação de um acontecimento e a intenção de, por meio dela, motivar alguma mudança ideológica capaz de desencadear determinadas ações. Com base nos estudos da Semântica Argumentativa e da Linguística Textual, verificamos o processo de referenciação, em suas diversas ramificações (anáforas diretas, indiretas e associativas; nominalizações; expressões nominais definidas e indefinidas) e os efeitos argumentativos dos adjetivos associados aos núcleos das expressões nominais; examinamos a relevância desse processo para a construção de sentidos; descrevemos o modo pelo qual a referenciação, como atividade discursiva, é elaborada na superfície textual e de que forma pode ser interpretada; questionamos a imparcialidade e a objetividade como pseudo-características do discurso jornalístico, para demonstrar como o texto da reportagem jornalística, dentro de um contexto político, social e histórico, pode constituir-se em lugar da argumentação a serviço de ideologias. Para a realização deste trabalho, examinamos as propriedades do adjetivo na construção das descrições nominais para analisar as contribuições das expressões referenciais às intenções do autor de duas matérias jornalísticas publicadas em *Veja* e *Carta Capital*. Essas revistas foram escolhidas devido às suas reconhecidas linhas editoriais, sendo a primeira alinhada à direita política e a segunda, à esquerda, logo, porta-vozes de ideologias antagônicas; também consideramos a inevitável parcialidade dos veículos de comunicação na observação e no relato de eventos relacionados ao jogo político e a intenção de nele interferir, por meio da manipulação do discurso. As análises evidenciam que o processo de referenciação pode ser utilizado para disfarçar determinadas orientações argumentativas e também revelam que estratégias de escolha e de eliminações temáticas são determinantes para um recorte da realidade ideologicamente ordenado.

Palavras-chave: Referenciação. Argumentação. Ideologia. Reportagem jornalística.

BORGES, Euclides Hélio de Fátima Campos. **Referencing and adjectives: one ideological and argumentative analysis of the genre report.** 2016. 181 p. Dissertation (Master's Degree in Language Studies) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

ABSTRACT

The journalistic genres create a specific connection with reality, they are highly persuasive and usually able to establish a very special bond with your readers. For these features, such texts have attracted the attention of researchers because they can be analyzed from various perspectives. Despite the large extent of research in different areas of science of language on the media discourse, there are certain considerations about these texts that incite always important reflections. We defend the existence of a close connection between the divulgation of an event and intend to, through it, to motivate some ideological change able to initiate certain actions. Based on the studies of Semantics Argumentative and Linguistics Textual, we checked the referral process, in its various branches (direct anaphora, indirect and associations; nominalizations; nominal expressions defined and undefined) and argumentative effects of adjectives associated with the nucleus of nominal expressions ; we examine the relevance of this process for the construction of meaning; we describe the way in which the referral, as a discursive activity, is prepared in the textual surface and how it can be interpreted; we question the impartiality and objectivity as pseudo-characteristics of journalistic discourse, to demonstrate how the text of the news report, within a political, social and historical context, can be in place of the argument ideologies service. For this work, we examine the properties of the adjective in the construction of nominal descriptions to analyze the contributions of referential expressions to the author's intentions from two newspaper articles published by *Veja* and *Carta Capital*. These magazines were chosen due to their recognized editorial lines, the first with the political right and the second on the left, consequently, representative of antagonistic ideologies; also consider the inevitable bias of the media outlets to observe and report events related to the political disputes and an intention to interfere, through the manipulation of speech. The analysis reveals that the referencing process may be used to mask certain guidelines argumentation and also reveals that strategy choices and thematic eliminations are crucial to an ideologically ordered snip of reality.

Keywords: Referencing. Argument. Ideology. Journalistic reporting.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| 1 JUSTIFICATIVA | 11 |
| 2 OBJETIVOS | 13 |
| 2.1 OBJETIVO GERAL | 13 |
| 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 13 |
| 3 METODOLOGIA DE TRABALHO | 14 |
| 3.1 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE..... | 14 |
| 4 CONSTITUIÇÃO DO CORPUS | 15 |
| 5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO | 16 |
| CAPÍTULO 1 – A PERCEPÇÃO DA REALIDADE PELAS “LENTE” DA PRÁTICA SOCIAL | 17 |
| 1.1 REFERÊNCIA E REFERENCIAÇÃO | 19 |
| 1.2 REFERENCIAÇÃO: CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE OBJETOS DE DISCURSO..... | 23 |
| 1.3 REFERENCIAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO | 31 |
| CAPÍTULO 2 – RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃO | 42 |
| 2.1 RETROSPECTIVA DA RETÓRICA: DA ANTIGUIDADE AO SÉCULO XXI..... | 45 |
| 2.2 PERSUAÇÃO E MANIPULAÇÃO DA LINGUAGEM | 56 |
| 2.3 ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICAS DE ARGUMENTAÇÃO | 60 |
| 2.3.1 Adjetivação | 61 |
| CAPÍTULO 3 – DISCURSO DA IMPRENSA E IDEOLOGIA | 69 |
| 3.1 GÊNEROS TEXTUAIS JORNALÍSTICOS | 73 |
| 3.1.1 O gênero reportagem..... | 82 |
| 3.2 REFLEXÕES SOBRE IDEOLOGIA..... | 88 |

| | | |
|--|---|------------|
| 3.3 | CONSIDERAÇÕES SOBRE OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO | 94 |
| | | |
| CAPITULO 4 – ANÁLISE DA REFERENCIAÇÃO E DE SUAS ORIENTAÇÕES ARGUMENTATIVAS EM TEXTOS DE REPORTAGENS | | |
| 99 | | |
| 4.1 | BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A REVISTA SEMANAL | 100 |
| 4.2 | SOBRE O CORPUS DA PESQUISA..... | 101 |
| 4.3 | REPORTAGEM 1 | 103 |
| 4.3.1 | Análise da Reportagem 1 | 107 |
| 4.4 | REPORTAGEM 2..... | 128 |
| 4.4.1 | Análise da Reportagem 2 | 134 |
| | | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | | 151 |
| | | |
| REFERÊNCIAS | | 155 |
| | | |
| ANEXOS | | 164 |
| ANEXO A – Capa de Veja, Edição 2397, de 29/10/2104..... | | 165 |
| ANEXO B – Reportagem de Veja, Edição 2397, de 29/10/2014 – p. 58-65 | | 166 |
| ANEXO C – Capa de Carta Capital, Edição 823, de 29/10/2014 | | 174 |
| ANEXO D – Reportagem de Carta Capital, Edição 823, de 29/10/2014, p. 12-19 | | 175 |

INTRODUÇÃO

1 JUSTIFICATIVA

Para muito além da função de informar, os gêneros textuais jornalísticos são fundamentais para a formação de opinião, estabelecem uma relação específica com a realidade, são altamente persuasivos e, normalmente, capazes de estabelecer um elo muito particular com seus leitores.

Para formar opiniões, um veículo de informação apresenta-se como crítico, apartidário e livre, de modo a fazer com que seu público-alvo sintam-se seguros em tomar para si a análise de um acontecimento noticiado. Normalmente, a ligação entre os veículos de informação e seu público institui-se por uma espécie de “contrato”, com cláusulas centrais implícitas, tais como “dizer a verdade”, “separar fatos de opiniões e interpretações”, “ser objetivo e imparcial nos relatos” e “mostrar a realidade” (HERNANDES, 2006, p. 18).

Uma vez firmado o contrato e estabelecida a confiança, torna-se mais fácil persuadir o interlocutor a compartilhar um recorte da realidade que, na verdade, é fruto de uma posição ideológica. Dessa forma, o produtor do discurso jornalístico, comprometido com a linha editorial, estará sempre na posição de mediador entre aquilo que apresenta como verdade e o público.

Lembramos que a realidade é determinada pelas experiências do homem com o mundo, ou seja, é fruto de um complexo processo de interação social. Assim, a realidade não é a mesma para todos; também não é definitiva, porque pode ser alterada pelas atividades sociais, entre as quais se incluem as práticas discursivas. As diversas maneiras possíveis de ver a realidade são determinadas por interesses, pontos de vista, valores e ideologias, entre outros aspectos. É esta condição que permite aos meios midiáticos interferir na construção da realidade, de acordo com seus propósitos.

A questão da objetividade informativa, tão propalada pelos meios midiáticos, dada sua relevância para o que se considera um jornalismo ideal, é outro ponto que consideramos em nossa análise. O próprio Manual da Redação da Folha de S. Paulo (2013, p. 47) afirma que “não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções”. No dizer de Fiorin (2015), o acesso à realidade é sempre mediado pela linguagem. Na mesma direção, Charaudeau (2012, p. 131) afirma que “não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular”.

Assim, a objetividade é apenas um efeito de sentido decorrente do uso de determinados recursos linguísticos. “Em jornalismo, a técnica mais comum é fazer com que a

notícia seja manifestada, no nível discursivo, sem a explicitação de um ‘eu’. O uso da terceira pessoa numa reportagem dá a impressão de que o próprio assunto se apresenta para o público.” (HERNANDES, 2006, p. 31). As marcas da subjetividade do enunciador podem ser camufladas para transferir valores ao enunciatário. Em determinadas situações, existe uma relação estreita entre a divulgação de um acontecimento e a intenção de, por meio dela, motivar alguma mudança na opinião pública que leve à alteração de ações, com consequências sociais e históricas.

Não se trata, evidentemente, de dizer que os meios midiáticos fabricam a realidade que publicam, mas a recortam de acordo com suas posições ideológicas. Nossa pesquisa busca as marcas linguísticas que evidenciam a trama argumentativa do texto jornalístico em dois importantes veículos da imprensa brasileira, para examinar seus efeitos de sentido, ciente de que a compreensão crítica dos discursos jornalísticos é uma forma de exercício de cidadania.

Reconhecendo nossas limitações pessoais e também aquelas que incidem sobre qualquer pesquisa, não temos a pretensão de apresentar uma análise completa do assunto aqui abordado, bastante amplo e complexo. Contudo, esperamos que nosso trabalho possa contribuir para os estudos da linguagem, suscitando outras pesquisas neste instigante campo, aparentemente inesgotável e certamente profícuo.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Investigar como elementos linguísticos responsáveis pela argumentação são empregados em reportagens das revistas *Veja* e *Carta Capital* para interferir na formação de opinião do leitor.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar as funções argumentativas das expressões referenciais em textos de reportagens, bem como a relevância desse processo para a construção de sentidos.
- Identificar e descrever o modo pelo qual a referência, como atividade discursiva, é elaborada na superfície textual e de que forma pode ser interpretada.
- Demonstrar como o texto informativo, dentro de um contexto político, social e histórico, pode constituir-se em lugar da argumentação a serviço de ideologias.

3 METODOLOGIA DE TRABALHO

A pesquisa é do tipo descritivo-analítica e, quanto a seus procedimentos, é bibliográfica, elaborada a partir de materiais já publicados sobre o tema em livros e outras publicações científicas. A abordagem do problema de pesquisa é qualitativa, porque visa a produzir informações aprofundadas e ilustrativas sobre os efeitos do processo de referenciação, buscando analisar e explicar seus efeitos argumentativos em textos de reportagens jornalísticas. O referencial teórico é, basicamente, composto de autores da Semântica Argumentativa, da Linguística Textual, da Retórica e do Jornalismo.

Examinamos o processo de referenciação, em suas diversas ramificações e as propriedades do adjetivo em descrições nominais, para analisar como as formas referenciais atendem às intenções dos autores de duas matérias jornalísticas publicadas nas revistas *Veja* e *Carta Capital*.

3.1 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

De acordo com o aporte teórico escolhido para o trabalho, os procedimentos metodológicos serão os seguintes:

- Transcrever as reportagens, destacando os trechos que contenham processos referenciais importantes para a orientação argumentativa do texto;
- Analisar os trechos selecionados e avaliar sua potencialidade argumentativa;
- Observar como os recursos de referenciação revelam opiniões e juízos de valor do produtor do texto;
- Destacar e analisar os efeitos argumentativos dos adjetivos associados aos núcleos das expressões nominais.

4 CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

A escolha dessas revistas justifica-se pela reconhecida linha editorial de cada uma delas. Veja, alinhada à direita política, é, segundo dados da Associação Nacional de Editores de Revista (ANER), a revista mais vendida no país, ocupando a primeira posição em circulação, numa lista de 22 publicações semanais, com 1.167.928 exemplares entre janeiro e setembro de 2014. Carta Capital, alinhada à esquerda política, também segundo a ANER, ocupa a 18ª posição dessa mesma lista, com 29.513 exemplares, no mesmo período.

5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A dissertação está dividida em quatro capítulos, brevemente descritos a seguir:

No primeiro capítulo, abordamos a questão da referenciação, a partir de uma perspectiva sociocognitiva interacionista, com a qual alinhamos nossa pesquisa. Discorreremos sobre os conceitos de referência e referenciação; a relação entre processos de referenciação e a argumentação; os efeitos de sentido produzidos pelas expressões referenciais.

O segundo capítulo apresenta um breve histórico da argumentação, desde a Antiguidade até o século atual. A seguir, discorreremos sobre persuasão e manipulação da linguagem e tratamos da orientação argumentativa dos elementos adjetivos associados aos núcleos das expressões nominais.

No terceiro capítulo, apresentamos breve histórico sobre os gêneros textuais, entre eles os jornalísticos, com destaque para o gênero reportagem; falamos sobre o discurso da imprensa e ideologia; refletimos a respeito de objetividade e subjetividade no texto jornalístico.

As análises das reportagens estão no quarto capítulo, seguidas de comentários sobre os mecanismos linguísticos que marcam a argumentação dos textos e os valores ideológicos identificados.

CAPÍTULO 1

A PERCEPÇÃO DA REALIDADE PELAS “LENTE” DA PRÁTICA SOCIAL

A indagação pelo acesso à realidade e pelos modos de construção do conhecimento mediados pela língua acompanha-nos desde a Antiguidade, e se desdobrou em diversos quadros conceituais, como a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia, a Neurociência, as Ciências da Computação e a Linguística, entre outras. Diferentes soluções foram dadas, num percurso que vai do ceticismo ao misticismo religioso e, mais recentemente, do mentalismo formal ao sociocognitivismo. Com base em Salomão (2005), a retomada das investigações sobre a referência, na modernidade, pode ser vinculada a uma profusão de ideias surgidas no final do século XIX, suscitadas pelas questões filosóficas sobre a relação entre a linguagem e o mundo. Estamos, contudo, muito distantes de uma posição consensual sobre o tema. Questiona-se, ainda, se o conhecimento seria construído por associação e analogia ou se pela memória hierárquica e factual (Cf. MARCUSCHI, 2007a). Busca-se entender a maneira como a mente estrutura e representa o conhecimento, como a memória se organiza, e de que modo a própria mente se estrutura. A relação entre linguagem e conhecimento tem sido pauta na agenda de pesquisadores de todas as áreas acima mencionadas (Cf. KOCH; CUNHA-LIMA, 2011).

A concepção de linguagem que postula uma relação especular entre a língua e os objetos do mundo, por muito tempo, pareceu constituir uma teoria irretocável, pois se não mantém essa correspondência biunívoca com a realidade, a língua é, no mínimo, um instrumento poderoso capaz de modelar a realidade e o pensamento. Mas, como lembra Foucault (apud SOUZA, 2010, p. 39), “toda teoria é provisória, dependente de um estado de desenvolvimento da pesquisa que aceita seus limites. Em qualquer domínio da ciência, cada avanço ou retrocesso são sempre tentativas de aproximação de uma verdade inscrita em dado sistema filosófico, social e historicamente datado”.

Assim, é a incompletude de enquadres teóricos – típica da prática científica – que tem permitido indagações, como as de Blikstein: Até que ponto o universo dos signos linguísticos coincide com a realidade “extralinguística”? Como é possível conhecer tal realidade por meio de signos linguísticos? Qual o alcance da língua sobre o pensamento e a cognição? Em sua obra *Kasper Hauser ou A Fabricação da Realidade*, Blikstein (2003, p. 39), retomando um tema clássico da referência, afirma que o signo (ou referente – *significante*, para Saussure), “por ser *extralingüístico*, não significa que deva ficar *fora* da linguística; ele simplesmente está situado *atrás* ou *antes* da linguagem, como um evento cognitivo, produto de nossa percepção”. É na dimensão da percepção-cognição que os referentes são fabricados e, mesmo destituídos de estatuto linguístico, condicionam o evento semântico (Cf. KOCH, 2009).

1.1 REFERÊNCIA E REFERENCIAÇÃO

Os estudos sobre a referência ganharam destaque na agenda da Linguística Textual na última década do século XX. A visão clássica da relação língua-mundo, que concebe os referentes como etiquetas dos objetos e acontecimentos de um mundo pronto e discretizado¹, passou a ser questionada por uma nova teoria, que defende a instabilidade da relação entre as palavras e as coisas mundanas e concebe a referência como o resultado das atividades de interação linguística determinadas pelas intenções de falantes histórica e socialmente marcados. Essa nova perspectiva propõe o deslocamento da problemática da representação da realidade para a forma como o homem constrói a realidade a partir de suas atividades cognitivas e linguísticas.

Nosso propósito neste capítulo não é fazer um percurso histórico da concepção de referência, mas, tão somente, tentar resumir a abordagem que este tema clássico tem recebido como um problema de representação da realidade. Assim, podemos dizer que, na tradição dos estudos semântico-discursivos, predominam duas tendências básicas, fundamentalmente opostas, no tratamento da referência: a perspectiva lógico-semântica e a perspectiva sociocognitiva interacionista.

i) A perspectiva lógico-semântica

Defende uma relação direta e biunívoca entre linguagem e mundo, assenta-se sobre a hipótese de um poder de representação extensional (dêitico) da referência, ou seja, as palavras do discurso representam entidades naturais de um mundo autônomo já discretizado, cuja existência independe de qualquer sujeito que a ele se refira, como se as representações linguísticas fossem instruções que deveriam se ajustar adequadamente a este mundo (Cf. MONDADA; DUBOIS, 2003).

Esta teoria, ao defender uma correspondência entre as palavras e as coisas, exprime-se pela metáfora do espelho, que concebe o discurso como uma representação do mundo. O signo linguístico representa um objeto do mundo extralinguístico, numa relação especular, direta entre as coisas e as palavras, em que os referentes são apreendidos totalmente pelas expressões referenciais. Trata-se de uma noção de referência fundamentada

¹ Dividido em entidades objetivas, preexistentes ao discurso. A noção de mundo *discretizado* pressupõe que os objetos são estáveis e existem independentemente da maneira como os sujeitos referem-se a eles.

numa concepção objetiva e realista da língua como instrumento transparente em relação à realidade – o paradigma realista da referência.

Marcuschi (2000) aponta, nesta perspectiva teórica, a crença na possibilidade de referir o mundo de maneira objetiva, distinguindo rigidamente entre fatos e crenças, além de, por um lado, conceber o texto com conteúdos objetivamente inscritos e, de outro, indivíduos que, em condições específicas, podem facilmente captar os conteúdos. “A referência, seria, neste caso, uma contra parte extra-mente para um conceito ou uma expressão lingüística. Os referentes, nesta teoria, são **objetos do mundo** e a atividade de referi-los é um processo de designação extensional” (MARCUSCHI, 2000, p. 55, destaque do autor).

Para Souza (2010, p. 41-42), “uma teoria de referência nesse viés teórico postula, em termos semânticos, que os enunciados em que os referentes se inserem têm de ser submetidos a condições de verdade e não a condições de uso”.

ii) A perspectiva sociocognitiva interacionista

Concebe a linguagem como uma atividade interativa, variável, social e historicamente marcada, vê a referência como resultante da interação entre sujeitos, que constroem os referentes à medida que o discurso se desenvolve.

Nesta perspectiva (Cf. KOCH, 2005, 2009, 2011a; MARCUSCHI, 2000; MONDADA; DUBOIS, 2003), a referência não é vista como simples representação extensional de referentes do mundo extramental. A realidade é construída, mantida e alterada, pela forma como, sociocognitivamente, o sujeito interage com o mundo. A referência passa a ser considerada como o resultado de uma operação colaborativa dos interagentes, que constroem os referentes no discurso e pelo discurso; e, como nos lembra Neves (2006, p. 80), “um componente importante desse processo é **a intenção** que o falante tem de referir-se a algum indivíduo” (destaque nosso). Nesse quadro teórico, as entidades referidas deixam de ser *objetos do mundo* e passam a ser *objetos de discurso*, instáveis, alimentadas e sancionadas pela atividade discursiva, não importando se as coisas construídas no e pelo discurso têm existência no mundo real, estando, pois, sujeitas a modificações.

Admitir essa instabilidade implica reconhecer que os objetos de discurso podem ser enriquecidos, alimentados e construídos colaborativamente, nas práticas simbólicas e intersubjetivas, como defendem, entre outros, Mondada e Dubois (2003).

A comparação abaixo nos permite visualizar, sinteticamente, as duas perspectivas:

Quadro 1 – Perspectivas de tratamento da referência

| LÓGICO-SEMÂNTICA | SOCIOCOGNITIVA INTERACIONISTA |
|-------------------------|--------------------------------------|
| objetos do mundo | objetos do discurso |
| referência | referenciação |
| representacionalista | não referencial |

Fonte: O autor.

Não se trata, obviamente, de uma simples operação de transformação dos objetos do mundo, que têm existência ou contraparte no mundo biopsicocultural, mas de um conceito metateórico, que pressupõe uma existência extralinguística recortada por nossa dimensão perceptivo-cognitiva e subjetiva. Essa dimensão nos permite ver a realidade a partir de condições de produção transitórias, arbitrárias, históricas e passíveis de negociações.

Dizer que existe negociação não é dizer que os falantes podem (ou precisam) construir qualquer interpretação do sentido a cada interação. O que se quer dizer (no que diz respeito ao sentido lexical, por exemplo) é que as palavras só adquirem realmente sentido quando postas em uso e este uso depende da interação mais do que de qualquer adequação virtual do sentido da palavra a um determinado segmento da realidade. (LIMA, 2001, p. 151)

Evidentemente, também não é o caso de admitir que as palavras mudam de sentido a cada situação de interação, mas que o sentido delas é suscetível de mudanças determinadas pelas intenções dos falantes, como comprova o processo de recategorização, ou por fenômenos de mudança linguística e polissemia, conforme Lima (2001).

Nessa mesma linha de advertências, Marcuschi e Koch (2002, p. 37) acrescentam que esta concepção não nega a existência extramente, nem submete o real a parâmetros da subjetividade, e também não confere à linguagem um poder criador de realidades. “Nosso cérebro não opera como um sistema fotográfico do mundo, nem como um sistema de espelhamento, ou seja, nossa maneira de ver e dizer o real não coincide com o real”. O cérebro reelabora os dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão. Os autores não postulam uma reelaboração subjetiva, individual, em que cada um poderia fazer o que quisesse, mas dizem que “a reelaboração deve obedecer a restrições impostas pelas condições culturais, sociais, históricas e, finalmente, pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua” (p. 37). Assim, nas situações enunciativas, a língua deixa de ser considerada uma capacidade apenas mental de equivaler-se à realidade.

Esta posição [*sociocognitiva interacionista*] implica, necessariamente, uma noção de língua que não se esgota no código, nem seja concebida apenas como um sistema de doação que privilegia o aspecto informacional ou ideacional. A discursivização ou textualização do mundo por via da linguagem não se dá como um simples processo de elaboração de informação, mas de (re)construção do próprio real. Ao usar e manipular uma forma simbólica, usamos e manipulamos tanto o conteúdo como a estrutura dessa forma. E, deste modo, também **manipulamos a estrutura da realidade de maneira significativa**. (KOCH, 2011a, p. 81, destaque nosso)

Essa mudança de perspectiva, deixando de lado a questão de como a informação é transmitida ou como os estados do mundo são adequadamente representados, e partindo para a análise do processo de construção do real por meio das atividades sociodiscursivas, marca a substituição do termo *referência* por *referenciação*, já que passa a analisar como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas estruturam o mundo, atribuindo-lhe sentidos.

Convertida em um dos principais temas da Linguística Textual, a teoria da referenciação tem influenciado o trabalho de pesquisadores renomados, preocupados em estabelecer uma relação de correspondência entre os estudos sobre o texto e os processos sociocognitivos e interativos reguladores da produção de sentido. Dentre os trabalhos que seguramente contribuíram para essa mudança de foco, encontra-se o de Mondada e Dubois:

Em resumo, passando da referência à referenciação, vamos questionar os processos de discretização e de estabilização. Esta abordagem implica uma visão dinâmica que leva em conta não somente o sujeito “encarnado”, mas ainda um sujeito sócio-cognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo. Este sujeito constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias – notadamente às categorias manifestadas no discurso. Isto significa que, no lugar de fundamentar implicitamente uma semântica lingüística sobre as entidades cognitivas abstratas, ou sobre os objetos *a priori* do mundo, nós nos propomos reintroduzir explicitamente uma pluralidade de atores situados que discretizam a língua e o mundo e dão sentido a eles, constituindo individualmente e socialmente as entidades. (MONDADA; DUBOIS, 2003, p.20)

No que concerne à constituição colaborativa dos objetos de discurso, caracterizando a abordagem sociocognitivista da linguagem, é relevante considerar que, na maioria dos eventos linguísticos, os sujeitos pressupõem a partilha de determinados conhecimentos de mundo. Esta pressuposição é fundamental para decidir que tipo de informação pode ser explicitada, qual deve permanecer implícita e sobre quais fatos deve-se chamar a atenção do(s) destinatário(s); para decidir se uma produção textual é adequada a determinada ocasião

e ao público-alvo; escolher quais gêneros textuais² devem ser utilizados. Enfim, projetos de dizer podem ser construídos sem considerar os conhecimentos prévios do outro, sua capacidade de interpretação e reações possíveis. (Cf. KOCH; CUNHA-LIMA, 2011)

A representação da realidade a partir dessa perspectiva sociocognitiva interacionista, segundo a concepção de Mondada e Dubois (2003), tem sido considerada um marco importante na agenda de linguistas do mundo inteiro. No Brasil, a questão da referenciação ganhou ênfase a partir da segunda metade da década de 1990 (Cf. BLÜHDORN; ANDRADE, 2009), com o trabalho desenvolvido por renomados pesquisadores, dentre os quais se destacam os nomes de Ingedore Villaça Koch e de Luiz Antônio Marcuschi – cujas pesquisas são tomadas como base para nosso trabalho –, para quem a referenciação é uma construção colaborativa que emerge de práticas simbólicas e sociais, pois os objetos de discurso estão subordinados a modificações de sentido determinadas pelo contexto ou ao ponto de vista intersubjetivo, não se confundindo com a realidade extralinguística.

1.2 REFERENCIAÇÃO: CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE OBJETOS DE DISCURSO

O processo de significação, segundo Blikstein (2003), inicia-se pela percepção da realidade a partir de uma experiência não verbal, que permite ao homem conhecer, construir e ordenar o universo. Portanto, a construção da realidade é decorrente de nossa experiência perceptivo-cognitiva, e é atravessada por um sistema de crenças e valores cultivado dentro de uma *prática social*.

Para fundamentar sua tese, Blikstein observa que Kaspar Hauser, isolado de qualquer contexto ou prática social, aprende a língua, mas não consegue captar o mundo como o faz a sociedade que o cerca. Isso evidencia, segundo o autor, que o mecanismo gerador do sistema perceptual reside na prática social, que cria *padrões perceptivos* ou “óculos sociais”, com os quais os sujeitos percebem a realidade. Para Blikstein, a aporia de Kaspar Hauser leva-nos a verificar que sem prática social não há significação.

Apesar da aquisição de linguagem, Kasper Hauser descodifica de modo sempre aberrante a significação do mundo. A permanência do déficit cognitivo de Kasper Hauser seria um índice de que os elementos que modelam a percepção do mundo e as configurações conceituais podem ser capturados não só na linguagem mas sobretudo da dimensão da práxis [prática social]. (BLIKSTEIN, 2003, p. 55)

² Uma noção mais específica de gênero textual será abordada no capítulo 3.

Para o autor, o mecanismo gerador do sistema perceptual que fabrica o referente encontra-se na prática social. É assim que, dentro do quadro teórico da perspectiva sociocognitiva interacionista da linguagem, a referenciação – vista como processo de construção e reconstrução de objetos de discurso, relacionada simultaneamente à cognição e aos usos da linguagem em contexto e em sociedade – pode ser abordada como uma atividade sócio-cognitivo-discursiva, levando em consideração não apenas o sujeito “encarnado”, mas, sobretudo, o sujeito sociocognitivo, que constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais, como propõem Koch (2005, 2009, 2011a), Marcuschi (2000), Marcuschi e Koch (2002), Mondada e Dubois (2003) e tantos outros autores que têm conferido à questão da referenciação textual uma condição de objeto de estudo privilegiado. Tal perspectiva confere um enfoque dinâmico às noções de língua, linguagem, texto, sentido e inferência.

Por isso, com Souza (2010, p. 47-62), destacamos os aspectos mais importantes das noções de língua, de linguagem e de outras a elas correlatas, frequentes nas obras dos pesquisadores que adotam a perspectiva sociocognitiva interacionista:

i) *a linguagem*, tomada como produto evolutivo de uma faculdade sociobiológica de representação simbólica desenvolvida em condições de socialização, é uma forma de ação e interação social, principal mediador da interação entre as referências do mundo intraindividual e do mundo sociocultural (compartilhado e publicamente negociado);

ii) *a língua* não é um simples código, mas um sistema heterogêneo para o qual convergem práticas culturais e cognitivas, sujeito a convenções de normas e de usos socialmente instituídos. A língua é uma atividade constitutiva, que nos possibilita construir sentidos e, sendo uma forma cognitiva, com ela podemos expressar sentimentos, crenças, ideias e desejos, ou seja, é mais do que uma forma de ação pela qual podemos agir fazendo coisas (Cf. MARCUSCHI, 2008);

iii) *o texto* é entendido como unidade máxima de funcionamento e sentido da língua, único objeto empírico ou material linguístico observável (analítico); objeto multifacetado e complexo, com fronteiras extremamente permeáveis, complexas e momentaneamente estabelecidas, “na concepção interacional (dialógica) da língua, na qual os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, o texto passa a ser considerado o próprio *lugar* da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos” (KOCH, 2009, p. 32);

iv) *o sentido* é uma construção sociointeracional, que não está propriamente no texto e tampouco no leitor, mas que emerge como um efeito de relações entre eles, fruto de uma atividade inferencial e colaborativa;

v) *a inferência*, atividade cognitiva discursivamente situada, não resulta de um processo de associações ou operações lógicas. É uma leitura de implícitos, cuja funcionalidade em processos de compreensão é a de gerar hipóteses integradoras de sentidos pela reunião de informações provenientes do código, do cotexto³, das intenções do autor/falante e dos conhecimentos enciclopédicos e vivenciais alocados na memória.

Ao conceber a referenciação como uma prática sociointerativa, ancoramos nosso trabalho em uma concepção de linguagem, língua, texto, sentido e inferenciação alinhada com esse recorte epistemológico. A visão interacionista e não referencial nem representacionista da língua e da linguagem privilegia as relações sociais instauradas pelos interlocutores mediante os recursos linguísticos com que os sujeitos elaboram versões públicas do mundo, estabelecendo adequações em termos de ajustes, acordos, desacordos etc., de modo que o discurso não depende de uma presumida relação objetiva com o mundo exterior, mas é sempre negociada (Cf. KOCH, 2009; MARCUSCHI, 2007a). Pode ocorrer de um item lexical adquirir novos significados e receber uma carga semântica específica num contexto em que seu uso foi negociado entre os interlocutores.

É por meio dessa ideia de objetos construídos discursivamente que o debate sobre a categorização, tema conhecido nos estudos sobre a relação língua-mundo, pode ser deslocado para a interação social, conforme propõem Mondada e Dubois (2003), ao afirmarem que as categorias utilizadas para descrever o mundo são geralmente instáveis, variáveis e flexíveis e isso é um fato inerente aos objetos de discurso e às práticas de interação, estão ligadas às propriedades intersubjetivamente negociadas das denominações e categorizações no processo de referenciação.

[...] as categorias constituem-se no processo intersubjetivo de pelo menos duas mentes convergindo sobre a melhor forma de construir uma dada proposição diante do mundo. E nisto surge uma relação de coerência de duas posições sobre um dado fenômeno. Em outros termos, a produção de categorias seria uma atividade sócio-cognitiva situada em contextos culturais

³ O termo *cotexto* refere-se à sequência precedente ou subsequente a uma palavra ou enunciado, na linearidade da superfície textual.

específicos na tentativa de construir o conhecimento. (MARCUSCHI, 2007a, p. 136)

Não se trata de negar a existência de certa relação entre a linguagem e algo externo a ela, mas de não se admitir que a realidade seja estável, pronta, universal, que não mude em função do período histórico, do contexto social ou da posição ideológica dos enunciadores.

Mondada e Dubois (2003) entendem que as categorias utilizadas para descrever o mundo alteram-se sincrônica e diacronicamente – elas são plurais e mutáveis, antes de serem fixadas normativa ou historicamente. As autoras destacam que as variações categoriais podem ser vistas como recursos que garantem uma plasticidade linguística e cognitiva, além de adequação contextual e adaptativa. Salientam, ainda, que as diferentes perspectivas de uma “mesma” cena podem suscitar categorizações diferentes da situação, decorrentes da intenção do enunciador, ou seja, os processos de referenciação são escolhas do sujeito em função de seu projeto de dizer.

Segundo Koch,

[...]a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele: interpretamos e construímos nossos mundos por meio da interação com o entorno físico, social e cultural. (KOCH, 2009, p. 61)

A maneira como categorizamos as coisas do mundo e as dizemos no discurso é resultado de um processo complexo que envolve percepção, negociação, colaborações e várias estratégias para dizer a realidade.

As categorias são, pois, arquitetadas num contexto interacional, de forma situada e com finalidade prática. Concordamos com Marcuschi (2007a, p. 131), ao dizer que o conhecimento objetivo, a verdade, a categorização, entre outros, são decorrentes de uma triangulação entre dois indivíduos e o mundo, “sem a necessidade de uma relação direta da mente com o mundo, e sim a coerência de crenças na relação com o mundo”. A adequação referencial deve ser considerada a partir da concepção de referência construída local e interativamente.

Em última análise, a língua não existe fora dos sujeitos sociais que a falam e fora dos eventos discursivos nos quais eles intervêm e nos quais mobilizam suas percepções, seus saberes quer de ordem lingüística, quer de ordem sociocognitiva, ou seja, seus modelos de mundo. Estes, todavia, não são estáticos, (re)constróem-se tanto sincrônica como diacronicamente, dentro

das diversas cenas enunciativas, de modo que, no momento em que se passa da língua ao discurso, torna-se necessário invocar conhecimentos – socialmente compartilhados e discursivamente (re)construídos –, situar-se dentro das contingências históricas, para que se possa proceder aos encadeamentos discursivos. (KOCH, 2009, p.56-57)

Postulamos, assim, (Cf. KOCH, 2005, 2009, 2011a; KOCH; ELIAS, 2014; LIMA; FELTES, 2013; MARCUSCHI, 2000, 2003, 2007a; MONDADA; DUBOIS, 2003), que a referenciação, bem como a progressão referencial⁴, consistem na construção e reconstrução de objetos de discurso. Marcuschi e Koch (2002, p. 38) advertem que “sendo a referenciação um caso geral de operação dos elementos designadores, todos os casos de progressão referencial são baseados em algum tipo de referenciação”.

Segundo Koch (2008), os objetos de discurso, uma vez introduzidos, vão sendo modificados, desativados, reativados, recategorizados, de modo a construir-se ou reconstruir-se o sentido no curso da progressão textual.

A introdução de um objeto de discurso na memória textual do interlocutor é o primeiro passo na construção de um texto. Na constituição da memória textual (ou discursiva)⁵, estão envolvidas, como operações básicas, as seguintes estratégias de referenciação, de acordo com Koch (2009, p. 62):

- i) *construção/ativação*: um objeto de discurso até então não mencionado é introduzido, passando a preencher um nóculo (endereço cognitivo)⁶ de modo a ficar em foco e disponível para retomadas e remissões⁷;
- ii) *reconstrução/reativação*: um nóculo já presente na memória discursiva é reintroduzido na memória operacional⁸, por meio de uma forma referencial, de modo a permanecer saliente (o nóculo continua em foco);

⁴ Progressão referencial é a retomada de um objeto de discurso, que pode ser anafórica (retrospectiva) ou catafórica (prospectiva), para ser recategorizado ou servir de base para a introdução de novos referentes (Cf. KOCH; ELIAS, 2014, p. 132)

⁵ A *memória textual* (ou *discursiva*) é a capacidade de interpretar os discursos do outro, de fazer inferências e também de produzir seu próprio discurso.

⁶ *Nóculo* (ou *endereço cognitivo*) é a concepção que se tem de um referente.

⁷ Ocorre uma *retomada* quando um objeto de discurso anteriormente introduzido é recuperado no cotexto subsequente, podendo (ou não) ser recategorizado. Ocorre uma *remissão* quando se remete a um ponto dado no cotexto precedente ou subsequente.

⁸ *Memória operacional* é a capacidade de lembrar e processar informações simultaneamente.

iii) *desfocalização/desativação*: ocorre quando um objeto de discurso é introduzido, passando a ocupar a posição focal, contudo, permanece em estado de ativação parcial (*stand by*), disponível, portanto, para voltar ao foco sempre que necessário. Assim, após um período de afastamento, o objeto pode ser reintroduzido no foco, dando continuidade à cadeia referencial anteriormente iniciada.

Em relação a (ii), lembramos que nem sempre a reconstrução de um objeto de discurso pode ser feita com base em manifestações do cotexto, mas em elementos do plano cognitivo.

A introdução de objeto de discurso pode ser ancorada e não ancorada: a introdução não ancorada ocorre quando um objeto de discurso totalmente novo, sem qualquer apoio (âncora) é introduzido no texto. No caso da ativação ancorada, embora se trate também de um objeto novo, o texto contém âncoras cognitivas com base nas quais ele poderá ser interpretado.

São caso de ativação ancorada as anáforas associativas e as anáforas indiretas de modo geral. “A anáfora associativa explora relações metonímicas, ou seja, todas aquelas em que entra a noção de ingrediência” (KOCH, 2009, p. 65), como se verifica em (1), em que *Fabiano* e *Baleia* podem ser considerados “ingredientes” de romance *Vidas Secas*⁹

(1)

No Brasil, sempre que se falava de seca, a primeira imagem que vinha à mente era o chão trincado da aridez do sertão nordestino, transformada em obra-prima no romance ***Vidas Secas***, de Graciliano Ramos, de 1938. [...] Um dia, será que grandes metrópoles como São Paulo e Rio caprichosamente terão vidas secas como a de *Fabiano* e a de *Baleia*? Estamos ainda longe desse quadro, evidentemente traumático, mas a atual crise hídrica na Região Sudeste autoriza pesadelos. (VEJA, ed. 2410, p. 67, de 25/1/2015)

Em (2), é *debate em uma Universidade* que vai ancorar a interpretação de *o jovem*, num exemplo de anáfora indireta, cuja interpretação vai exigir do leitor operações mais sofisticadas de ordem conceitual, pois a relação é indireta, construída inferencialmente, a partir do cotexto e com base no conhecimento de mundo dos interlocutores (Cf. KOCH, 2009):

⁹ Em nossos exemplos, os referentes analisados aparecem sublinhados; as retomadas, em itálico.

(2)

Durante debate recente em uma Universidade, nos Estados Unidos, o ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque do PT, foi questionado sobre o que pensava da internacionalização da Amazônia. *O jovem* introduziu sua pergunta dizendo que esperava resposta de um humanista e não de um brasileiro [...]. (O Globo, 23/10/2000. In: KOCH, 2002, p. 34)

A distinção conceitual entre anáfora associativa e anáfora indireta não é pacífica e tem suscitado discussões entre pesquisadores da referenciação. Se em Koch (2009), como visto acima, a diferenciação parece consensual, em Koch e Elias (2014, p. 136), encontramos que a anáfora indireta caracteriza-se por apresentar “inferências ancoradas [...] em relações meronímicas (relações parte-todo)”, uma definição muito próxima da anáfora associativa, que pode nos confundir, dando a impressão de que a pesquisadora alterou sua posição. De fato, a autora admite em outra publicação:

As anáforas indiretas têm recebido na literatura diversas denominações: inferenciais, mediatas, profundas, semânticas, associativas. Adoto aqui a denominação de anáforas indiretas, seguindo a argumentação de Schwarz (2000), de que existem diferentes tipos dessas anáforas, que podem ser classificadas com base nas operações cognitivas e representações de conhecimentos necessárias à sua interpretação.

[...]

Um subtipo das anáforas indiretas são as *anáforas associativas*: trata-se também de uma configuração discursiva em que se tem um anafórico sem antecedente literal explícito, cuja ocorrência pressupõe um *denotatum* implícito, que pode ser reconstruído, por inferência, a partir do co-texto precedente [...]. (KOCH, 2011a, p. 108-109, destaques da autora)

Todavia, a pesquisadora mantém uma distinção conceitual entre anáfora indireta e anáfora associativa. Nesse mesmo caminho, segue Marcuschi (2005), para quem as anáforas associativas são uma parte substantiva das anáforas indiretas. Comentando a posição do linguista brasileiro, Zamponi posiciona-se de maneira muito esclarecedora sobre o tema:

Dizer que as anáforas associativas são “*parte substantiva*” das anáforas indiretas significa que toda anáfora associativa é indireta, mas nem toda anáfora indireta é associativa. Assim, a anáfora indireta seria o fenômeno mais amplo, mais abrangente, do qual a anáfora associativa é parte. (ZAMPONI, 2003, p. 73 – destaque da autora)

Do exposto, inferimos que o problema das anáforas indiretas é bastante complexo, fugindo do escopo de nossa pesquisa. Entretanto, não poderíamos deixar de mencionar essas divergências porque são relevantes para os estudos sobre referenciação, e também para nos posicionarmos ao lado de Koch e Marcuschi, autores em cujas pesquisas nos respaldamos.

Nosso interesse é pelo valor argumentativo que esse recurso representa para a produção de sentidos, pois, a cada introdução de novos referentes, além de agregar ao texto informações novas, o enunciador pode inserir avaliações com o objetivo de persuadir o leitor.

Outro caso de introdução ancorada de objetos de discurso são as chamadas *nominalizações* – “operação discursiva que consiste em referir, por meio de um sintagma nominal, um processo ou estado significado por uma proposição que, anteriormente, não tinha o estatuto de entidade” (KOCH, 2009, p.66).

As nominalizações são uma espécie de rótulo, podendo ser prospectivo e retrospectivo, a exemplo do que ocorre em (3) e em (4), respectivamente:

(3)

Na linha de tiro

O tiro dado na semana passada no notório Eduardo Cunha não o acertou – nem tinha potencial para tal. *A bomba* com a qual o candidato favorito à presidência da Câmara deve se preocupar, e muito, é outra: a delação premiada de Alberto Youssef na qual é citado e que já foi homologada pelo ministro do STF Teori Zavascki. (VEJA, ed. 2.408, Seção Radar, p. 35, de 14/1/2015)

(4)

Para lançar luz sobre um novo cenário de ação empresarial, CartaCapital realizou, em parceria com o Instituto Envolverde, mais uma edição da série Diálogos Capitais – Metrôpoles Brasileiras, desta vez com o tema Cidadania e Economia Criativa. *O evento* foi realizado na terça-feira 25, em Porto Alegre, [...] (Carta Capital, ed. 828, p. 46, de 3/12/2014)

Temos em (3), o sintagma *A bomba* funcionando como rótulo de *a delação premiada de Alberto Youssef na qual é citado e que já foi homologada pelo ministro do STF Teori Zavascki*. Em (4), *O evento* funciona como rótulo de *edição da série Diálogos Capitais – Metrôpoles Brasileiras*.

Conforme já vimos, a progressão referencial é obtida com cadeias referenciais ou coesivas, um dos processos que configuram a arquitetura semântico-discursiva.

A constituição de cadeias referenciais é um mecanismo integrador da informação ingressante, porque, a partir de processos linguístico-cognitivos e semântico-interativos, permite conectar as informações, continuamente acrescentadas aos referentes ao longo das sentenças e dos parágrafos, em uma rede dinâmica e variável de inter-relações semânticas, tornando mais visível o processamento discursivo-textual. (SOUZA, 2010, p. 22)

As cadeias referenciais facilitam a compreensão do texto por possibilitarem a observação da dinâmica dos processos de referenciação; desvelam, assim, as estratégias linguístico-cognitivas e as estratégias sociointerativas.

Pelo fato de o objeto de discurso encontrar-se ativado na memória textual, a reconstrução pode realizar-se por meio de alguns mecanismos como pronominalização, elipses, repetição, sinonímia, hiperonímia, expressões nominais etc. De acordo com o que já expusemos, o emprego de formas nominais anafóricas, em geral, opera a recategorização dos objetos, de acordo com a intenção do enunciador.

1.3 REFERENCIAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO

O homem tem, culturalmente, no exercício das práticas sociais, necessidades de referir-se verbalmente aos estados do mundo, às ações, aos lugares, aos eventos, às pessoas, aos seus sentimentos, às suas intenções. Empenhado em referir o mundo e, simultaneamente, compreender a referência que é feita do mundo, o homem busca estabelecer suas convicções, desvelando, assim, seu lugar discursivo. É daí que podemos conceber a referenciação como uma atividade discursiva: o sujeito opera sobre o material linguístico de que dispõe para representar estados de coisas, em função de seu projeto de dizer (Cf. KOCH, 2005).

O enunciador dispõe de vários recursos linguísticos para imprimir nos referentes as marcas de sua subjetividade e, com isso, tentar persuadir seus interlocutores de seu ponto de vista. A referenciação constitui, portanto, uma manobra do enunciador para validar sua opinião. Se a forma de operar com os objetos de discurso implica numa atividade de seleção visando à produção de sentidos que denotam um ponto de vista, então é possível estabelecermos uma relação entre referenciação e argumentação.

Segundo discutimos em 1.2, a progressão textual, envolvendo operações de ativação, reativação e desativação, constitui importantes estratégias de construção e reconstrução de objetos de discurso que têm, dentre suas funções textual-interativas, a de imprimir nos enunciados, e no texto como um todo, orientações argumentativas pretendidas pelo produtor. Por isso, retomamos a questão das estratégias de progressão referencial, para abordá-las com um pouco mais de detalhes.

Koch (2005, 2011a) destaca entre as principais estratégias de progressão referencial: a) o uso de pronomes ou elipses (pronome nulo); b) uso de expressões nominais definidas; c) uso de expressões nominais indefinidas.

A) Uso de pronomes

A referenciação por intermédio de formas gramaticais que pertencem à categoria dos pronomes (pronomes propriamente ditos, numerais e advérbios pronominais, como *aqui, aí, lá, ali*), descrita como *pronominalização* (anafórica ou catafórica), ao lado das elipses (pronome nulo ou categoria vazia), é bastante comum e facilmente identificável, razão por que não nos deteremos sobre a questão.

B) Uso de expressões nominais definidas

As *expressões nominais definidas*, conforme conceitua Koch (2011a), são formas linguísticas constituídas de, no mínimo, um determinante (artigo definido ou pronome demonstrativo). Tais expressões compreendem: a) as *descrições definidas*; b) os *encapsulamentos* (ou *nominalizações*); c) as *rotulações metalinguísticas* ou *metadiscursivas*; d) as *anáforas indiretas*.

a) Descrições definidas

A *descrição definida* é uma expressão linguística, composta por um determinante e um nome, utilizada para caracterizar o referente. Koch (2011a, p. 87) afirma que essas descrições podem assumir as seguintes configurações, em português:

Determinante + Nome

Determinante + Modificador(es) + Nome + Modificador(es)

Determinante [Artigo definido / Pronome Demonstrativo]

Modificador [Adjetivo / Sintagma Preposicionado / Oração relativa]

A autora tem ressaltado que o emprego de uma descrição nominal, com função de categorização ou de recategorização de referentes, além de trazer para o leitor/ouvinte informações relevantes sobre opiniões, crenças e atitudes do produtor, auxiliando-o na produção do sentido, ainda é responsável por agregar ao referente informações supostamente desconhecidas do parceiro, como se vê em (5):

(5)

Rafael Braga tinha deixado a solitária poucos dias antes de nosso encontro. As recordações da cela de 2 metros quadrados de onde saía duas horas por semana para tomar sol e dos livros infantojuvenis que foram sua única companhia nesse período dominam o início da conversa. Aos 26 anos, Braga continua a ser *o bode expiatório dos protestos de junho de 2013, o único condenado entre os milhares de manifestantes* que tomaram as ruas do Brasil por razões diversas, alguns sem razão nenhuma. (Carta Capital, ed. 830, p. 14, de 17/12/2014)

Neste excerto, o referente *Rafael Braga* é recategorizado por duas descrições definidas – *o bode expiatório dos protestos de junho de 2013* e *o único condenado entre os milhares de manifestantes* –, expressões que, simultaneamente, agregam ao enunciado informações novas sobre o referente e denunciam opiniões do autor do texto.

A seleção do núcleo da forma nominal, bem como a de seus determinantes e modificadores, desempenha um papel relevante, haja vista que o tipo de determinação das expressões nominais estabelece relações referenciais específicas, responsáveis pela orientação argumentativa, como se vê a seguir:

(6)

Antes de se revelar o pivô do petrolão, *o maior escândalo de corrupção da história contemporânea brasileira*, o engenheiro Paulo Roberto Costa era conhecido por uma característica marcante. Ele era controlador e centralizador compulsivo. À frente da diretoria de Abastecimento e Refino da Petrobrás, nenhum negócio prosperava sem seu aval e supervisão direta. Como diz o ditado popular, ele parece ser o dono dos bois, tamanha a dedicação. De certa forma, era o dono – ou, mais exatamente, um dos donos –, pois já se comprometeu a devolver aos cofres públicos 23 milhões de dólares dos não se sabe quantos milhões que enfiou no próprio bolso como *o operador da rede de crimes* que está sendo desvendada pela Operação Lava-Jato. (VEJA, ed. 2.401, p. 60, de 26/11/2014)

Em (6), há três descrições definidas importantes: (i) *o maior escândalo de corrupção da história contemporânea brasileira*, caracterizando o referente *o petrolão*; (ii) *os não se sabe quantos milhões (que enfiou no próprio bolso)*, caracterizando o referente *23 milhões* e (iii) *o operador da rede de crimes*, para o referente *o engenheiro Paulo Roberto Costa*. Todas essas expressões possuem alto valor argumentativo, pois apresentam um ponto de vista que o autor do texto pretende que o leitor também compartilhe.

b) Encapsulamentos

O *encapsulamento* é uma forma de sintetizar em um só sintagma nominal as informações de segmentos precedentes ou subseqüentes do texto, erigindo novo objeto de discurso. Koch (2011a) também usa as nomenclaturas *nominalização* e *sumarização*, mas, neste trabalho, optamos por usar o termo *encapsulamento*, justamente pela força da metáfora da cápsula, que possibilita a nítida percepção de que o termo condensa informações do cotexto. A definição de Conte é bastante clara:

O encapsulamento anafórico pode ser definido no seguinte modo: é um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto. Esta porção de texto (ou segmento) pode ser de extensão e complexidade variada (um parágrafo inteiro ou apenas uma sentença). (CONTE, 2003, p. 178)

Acrescentamos, com Koch (2009), como já o dissemos, que o encapsulamento pode também ser catafórico, ou seja, rotular informações subseqüentes no texto, como verificamos no exemplo (3), em que a expressão *A bomba* resume a porção subseqüente do cotexto: *a delação premiada de Alberto Youssef na qual é citado e que já foi homologada pelo ministro do STF Teori Zavascki*.

A remissão textual por meio de uma forma nominal encapsuladora para recategorizar segmentos precedentes ou subseqüentes do cotexto, resumindo-os sob um determinado rótulo, é uma espécie de anáfora que não nomeia um referente específico, mas referentes textuais abstratos e frequentemente genéricos e inespecíficos. Tais rótulos encapsulam os termos recategorizados, exigindo do leitor/ouvinte a capacidade de interpretação da expressão e também da informação cotextual.

Os encapsulamentos são introduzidos, em grande parte, por um demonstrativo e desempenham duas funções textuais importantes: rotulam uma parte do cotexto que os precede (x é um fato, um acontecimento, uma cena etc.) e, ao mesmo tempo, criam um novo referente textual que, por sua vez, passará a constituir um tema específico para os enunciados subseqüentes, possibilitando sua ativação na memória operacional do interlocutor. Têm, ainda, função predicativa, porque operam uma refocalização da informação cotextual. “Trata-se, pois, de formas híbridas, simultaneamente referenciadoras e predicativas, isto é, veiculadoras tanto de informação dada ou inferível quanto de informação nova” (Koch, 2005, p. 39).

Segundo a pesquisadora, há dois tipos dessas anáforas:

1) as que rotulam um segmento do texto, transformando-o em objeto de discurso e possibilitando, com isso, a progressão textual, como é o caso dos termos *megaoperação* e *esquema* em (7):

(7)

Cinquenta e dois mandados de prisão preventiva e 146 de busca e apreensão começaram a ser cumpridos pela Polícia Federal na quinta-feira 27 em Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Batizada de Terra Prometida, a *megaoperação* visa a combater a venda ilegal de áreas da reforma agrária. [...] Segundo as investigações, o *esquema* era liderado por um grupo de fazendeiros e empresários que compravam áreas destinadas à reforma agrária a preços irrisórios. (Carta Capital, ed. 828, p. 22, de 3/12/2014)

2) as que fazem nominalização por meio de nomes deverbais ou não. São encapsulamentos operados sobre processos e seus actantes, que passam a ser representados como *objeto-acontecimento* na memória discursiva dos interlocutores:

(8)

O governador do Amazonas, José Melo (Pros), candidato à reeleição, entrou na reta final para o segundo turno aliviado. Abriu uma vantagem de 6 pontos em relação a seu adversário, Eduardo Braga (PMDB), depois de penar com uma diferença de 2 000 votos contra si na primeira votação. Agora, tem-se uma ideia de onde reside pelo menos uma parte de sua força eleitoral: no apoio certo de José Roberto Fernandes Barbosa, chefe do tráfico em toda a Região Norte do país. *O acordo espúrio entre governador e bandido* foi selado em uma reunião dentro da cadeia onde Barbosa está preso, na zona rural de Manaus. Deixou de ser secreto, tirando Melo da zona de conforto, no domingo 19, quando VEJA teve acesso a uma gravação da conversa, travada na sala do diretor da prisão, da qual divulgou trechos em seu site. “Eu acho que de voto ele vai ter de nós mais de 100 000”, gaba-se o traficante. Em troca, quer que o governador “não mexa com nós”. “Ninguém vai mexer com vocês, não”, promete o major Carliomar Brandão, subsecretário de Justiça. (VEJA, ed. 2.397, p. 78, de 29/10/2014)

Em (8), ao lado da função organizadora e coesiva do texto (ao assinalar a progressão do argumento), constatamos o potencial retórico desse tipo de anáfora, a cujo sintagma nominal (*o acordo*) acrescenta-se o adjetivo avaliativo *espúrio*, denunciando um juízo de valor emitido pelo enunciador sobre o fato relatado – em uma evidente tentativa de intervir na formação de opinião do leitor. Conforme postula Conte (2003 p. 186), “o encapsulamento

anafórico [...] funciona simultaneamente como um recurso coesivo e um princípio organizador, e pode ser um poderoso meio de manipulação do leitor”.

As anáforas encapsuladoras, por serem rótulos avaliativos (frequentemente metafóricos) de alto valor persuasivo, representam importantes recursos na arquitetura da argumentação, porque têm o poder de orientar o leitor/ouvinte para determinadas conclusões pretendidas pelo produtor. De modo particular, ao criarem referentes novos no texto, pontos cruciais para a coesão, são também responsáveis por manifestar opiniões do enunciador, mesmo em textos de tipologia predominantemente narrativa (reportagens), que se apresentam como imparciais e destituídos de juízo de valor.

c) Rotulações metalinguísticas ou metadiscursivas

De acordo com Koch, a *rotulação metalinguística ou metadiscursiva* é outro recurso importante para os propósitos argumentativos do produtor do texto, em que não se sumariza o conteúdo de um segmento do cotexto precedente, mas orienta para a própria atividade enunciativa, qualificando esse segmento como um tipo de ação ou atividade metadiscursiva, tomando o próprio discurso como objeto. Assim, por meio dessas rotulações, menciona-se um segmento anterior, qualificando-o:

1. como determinado tipo de ato de fala (afirmação, declaração, promessa, conselho, advertência etc.);
2. como um tipo de atividade linguístico-cognitiva (descrição, explicação, relato, esclarecimento, comentário, sondagem etc.);
3. como um processo cognitivo (análise, reflexão, avaliação, opinião, atitude etc.);
4. por intermédio de termos ou denominações metalinguísticas (frase, sentença, pergunta, termo, palavra etc.) (KOCH, 2005, p. 42)

Vejamos os seguintes exemplos:

(9)

Ao aliar-se aos tucanos, o PSB “jogou no lixo o legado de seus fundadores” e “renunciou ao seu futuro”. Esta é *a dura avaliação* de Roberto Amaral, que acaba de deixar o comando do partido. (Carta Capital, ed. 822, p. 40, de 22/10/2014)

(10)

Nos livros de história, as explicações mais comuns para as guerras são as que apontam para as disputas por riqueza, território, poder ou para as divergências étnicas e religiosas. *Essas análises* podem ser corretas, mas nem sempre identificam a causa oculta de muitos conflitos, a escassez de água. (VEJA, ed. 2.397, p. 105, de 29/10/2014)

(11)

A nova rodada da pesquisa CartaCapital/Vox Populi permite analisar dois aspectos centrais da eleição deste ano. O primeiro é perceptível de fora, quando comparado a outros. O segundo é interno e pode ser identificado quando o levantamento é analisado em detalhes.

Trata-se de uma eleição diferente. Nas sucessões presidenciais anteriores, o leitorado movimentou-se com nitidez ao longo do ano da disputa e intensamente nos meses finais. Nesta, a regra é de quase imobilidade.

A afirmação pode soar estranha a quem observa uma mudança nas intenções de voto ocorridas depois da morte de Eduardo Campos e a oficialização de Marina Silva no posto de candidata do PSB. (Carta Capital, ed. 817, p. 33, de 17/9/2014)

(12)

“Deus”, ou melhor, “God”. Era como se referiam a Márcio Thomaz Bastos muitos de seus colegas e seus muitos discípulos. [...] Do ex-presidente da República, o advogado foi, além de ministro, conselheiro e arguto observador. “O que eu ouvi hoje vai para o diário.” *A frase* servia para indicar que era alta a temperatura dos acontecimentos presenciados naquele dia. “O diário” foi escrito entre 2003 e 2007. Seus dezessete volumes estão guardados em um cofre e, por ordem do autor, só poderão ser publicados cinquenta anos depois de sua morte. (VEJA, ed. 2.401, p. 90, de 26/11/2014)

A autora acrescenta que as anáforas desse tipo, muitas vezes, constituem fatos de polifonia, em que o segmento objeto de menção é atribuído à voz de um(uns) outro(s) enunciador(es), por discordância do locutor ou por desejo de demonstrar distanciamento. E lembra que, dentre as várias opções possíveis, a escolha de expressões metalinguísticas e metadiscursivas revela não só a opinião do locutor sobre o discurso rotulado, mas também sobre o próprio enunciador desse discurso. Essas escolhas atendem a um projeto argumentativo, pois além de apresentar ou citar o pensamento de outrem, ou, ainda, acrescentar informações, também implicam tomada de posição diante do exposto.

Koch (2005), comparando as expressões metalinguísticas e metadiscursivas aos verbos introdutórios de opinião¹⁰ – estudados por Marcuschi (2007b) –, que possibilitam a

¹⁰ Os verbos introdutórios de opinião são aqueles utilizados para citar (introduzir) o discurso alheio, “antecipando o caráter geral da opinião relatada” (MARCUSCHI, 2007b, p. 146-147). Entre esses verbos estão: “dizer”, “defender”, “ênfatizar”, “declarar” etc.

distorção ou interferência em citações, afirma que se pode dizer a mesma coisa “dos nomes selecionados para qualificar metadiscursivamente uma ação ou uma atividade de linguagem, ou um processo mental que se atribui a uma pessoa mencionada no texto, bem como para ironizar, contestar, distanciar-se de algo que ela disse” (KOCH, 2005, p. 45). A pesquisadora cita ainda os trabalhos de Van Dijk sobre os discursos jornalísticos, que mostram as diferenças ideológicas na seleção de rótulos metadiscursivos, de acordo com a pessoa ou ao grupo citado.

Enquanto membros de uma elite (política, cultural, econômica ou outra qualquer) *asseveram, expõem, argumentam, refletem, ponderam, constataam, determinam, evidenciam*, e assim por diante, os membros de minorias apenas *falam, dizem, depõem, negam, mentem*. Dessa forma, quando se qualifica a fala dos primeiros, atribuem-se-lhes *asserções, constatações, exposições, reflexões, explicações, ponderações, confirmações, comentários*; ao passo que os enunciados dos segundos são qualificados simplesmente como *afirmações, negativas, falas, respostas* ou, no máximo, *declarações, confissões* ou *recusas*. (KOCH, 2005, p. 45)

Há sempre algum grau de subjetividade em qualquer rótulo, pois a criação de um novo objeto de discurso acontece justamente em função de um projeto de produção de sentido do autor do texto. Koch (2014, p. 70) lembra que “o fato de o produtor rotular o conteúdo que está resumindo como *fato, episódio, acontecimento, evento, cena* constitui sempre uma opção que, embora possa parecer ‘neutra’, não deixa de ser significativa”. O grau de argumentatividade varia, naturalmente, de um rótulo para outro, de modo a ser possível traçar uma escala de argumentatividade que abrigue rótulos, desde os aparentemente neutros até aqueles que possuem força argumentativa maior. Tudo acontece, conforme já afirmamos, em função do projeto de dizer. Ao lado disso, os rótulos podem indicar o estilo do autor ou do gênero textual.

O estilo irônico de um articulista, por exemplo, pode ser revelado pela escolha de determinado rótulo, como *um édito*, em (13), referindo-se à declaração de Pelé e *o seu mantra predileto*, em (14), rotulando a frase de Lula:

(13)

Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, fora das quatro linhas onde conquistou, por méritos, o título de rei do futebol, pisa na bola com frequência. Ainda agora se meteu no escândalo da Fifa e manifestou apoio a Joseph Blatter, presidente renunciário daquela entidade internacional corroída pela corrupção.

Nem de longe, no entanto, essa foi a pior interferência do jogador nas questões políticas. Durante a ditadura no Brasil, o Rei Pelé lançou *um édito*: “O povo brasileiro não está preparado para votar”.

Pelé fez um golaço. Daquela vez, já fora de campo, um golaço contra. (Carta Capital, ed. 854, p. 14, de 17/6/2015)

(14)

O ser eterno

É notória a mania de grandeza do ex-presidente Lula. Patente no *seu mantra predileto*, o “nunca antes na história deste país”, ela é alimentada por um dado da realidade: ao deixar o governo, Lula tinha 83% de aprovação popular. Esse porcentual é um recorde nacional. Mas Lula acha pouco. Há duas semanas, ele garantiu a colegas de partido que disputará a próxima sucessão presidencial. [...]. Em 2018, Lula terá 73 anos de idade. Sua meta, segundo aliados, será alcançar uma aprovação de pelo menos 101%. (Veja, ed. 2398, p. 50, de 5/11/2014)

A incidência e o tipo de rótulo também variam em função do gênero textual – são mais usados em textos opinativos e noticiosos, entre outros, e menos comuns em textos informais. Os rótulos têm valor persuasivo e, portanto, orientam o leitor/ouvinte para o sentido pretendido pelo produtor do texto.

d) Anáforas indiretas

A *anáfora indireta* é uma estratégia de referenciação implícita, portanto, sem que exista no cotexto um referente explícito, mas somente pistas textuais que possibilitam inferências, ou seja, há elementos de sentido entre o referente e a anáfora.

Para Koch, as anáforas indiretas

[...] são formas nominais que se encontram em dependência interpretativa de determinadas expressões da estrutura textual em desenvolvimento, o que permite que seus referentes sejam ativados por meio de processos cognitivos inferenciais, possibilitando, assim, a mobilização de conhecimentos dos mais diversos tipos armazenados na memória dos interlocutores. (KOCH, 2011a, p. 107)

Podemos verificar, no excerto abaixo, o exemplo de uma anáfora indireta, em que não existe um referente explícito a ser retomado por *O texto*:

(15)

Após aprovar o fim da reeleição para presidente, governadores e prefeitos, o plenário da Câmara dos Deputados estabeleceu um mandato de cinco anos para os cargos eletivos. *O texto* cria um confuso sistema de transição. No

caso dos senadores, os eleitos em 2018 permanecerão no cargo por nove anos, enquanto os escolhidos em 2022 ficarão cinco. Prefeitos e governadores eleitos em 2018 terão mandato de quatro. (Carta Capital, ed. 854, p. 19, de 17/6/2015)

A correta interpretação da anáfora requer que o leitor saiba que *O texto* refere-se à redação da Proposta de Emenda à Constituição, uma espécie de atualização da Carta Magna, votada pela Câmara dos Deputados.

Além de ser um recurso muito importante utilizado para a condução argumentativa do enunciado, essas anáforas, conforme destacado por Koch (2011a), contribuem para a construção da coerência textual, porque elas determinam, diante de diversas possibilidades de representação tópica, a interpretação a ser selecionada no cotexto.

C) O uso de expressões nominais indefinidas

As *expressões nominais indefinidas* são formas linguísticas introduzidas por artigos indefinidos, utilizadas para caracterizar um referente. Koch (2001) lembra que o uso de tais expressões é pouco discutido na literatura sobre referenciação, mas seu uso pode ocorrer com função anafórica em certas circunstâncias, como observamos em (16):

(16)

Um homem sozinho, com uma jaqueta numa das mãos e um embrulho na outra, com um ar de quem tanto podia ter saído de uma manifestação como estar a caminho do trabalho ou das compras. *Um homem de camisa branca e calças pretas*. *Um chinês* num oceano de 1,1 bilhão de chineses. *Um desconhecido*.

Sobre a montanha de cadáveres com a qual o regime chinês reafirmou a sua tirania na semana passada, ao reprimir com punho impiedoso os estudantes reunidos em nome da democracia na Praça da Paz Celestial, esse cidadão anônimo fixou uma imagem poderosa. Durante seis minutos, na manhã da última segunda-feira, o homem da camisa branca brincou de dançar com a morte. Sozinho, em plena Avenida da Paz Eterna, ele enfrentou uma coluna de tanques. (VEJA, ed. de 14/6/1989. In: KOCH, 2011, p. 89)

D) Uso de descrições nominais com determinante zero

Propomos, nesta dissertação, a inclusão das *descrições nominais com determinante zero*, que são formas linguísticas constituídas de um nome mais modificador(es), mas introduzidas sem elemento determinante, a exemplo do que ocorre em (17), em que a

descrição nominal *Xerifão do sistema defensivo* retoma o referente *O ministro Ricardo Lewandowski*:

(17)

O ministro Ricardo Lewandowski lembra aqueles jogadores de futebol polivalentes. Durante a instrução e o julgamento do processo do mensalão, postou-se como um zagueiro aguerrido, rechaçando todas as acusações apresentada pelo Ministério Público contra os réus petistas. *Xerifão do sistema defensivo*, fez até cera para impedir ou, pelo menos, adiar a derrota na votação. (Veja, ed. 2 380, n. 27, de 2/7/2014).

Esse tipo de anáfora é bastante comum na recategorização de objetos de discurso e, ao lado daquelas já catalogadas pela literatura, é igualmente argumentativa.

As expressões referenciais, além da função de referir, contribuem efetivamente para a construção de sentidos, revelam opiniões, servem a intenções de persuasão, desvelam posições ideológicas, assinalam, enfim, direções argumentativas.

CAPÍTULO 2

RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃO

A relação entre retórica e argumentação é tão estreita que os conceitos dessas atividades, muitas vezes, são tomados por sinônimos, como verificamos, por exemplo, em Abreu (2009, p. 25 e 27): “Argumentar é a **arte de convencer e persuadir**” e “A retórica, ou **arte de convencer e persuadir** [...]” (destaques nossos) e em Koch (2011b, p. 18): “[...] os termos **argumentação** e **retórica** são aqui utilizados como ‘quase sinônimos [...]’ (destaques da autora). De fato, nem sempre é possível deixar de confundir os dois conceitos, mas diríamos que a argumentação é uma atividade humana que se inicia desde que o homem, à diferença dos animais, identifica-se com a palavra e a ela recorre para partilhar opiniões, crenças, valores e sentimentos, na tentativa de influir no comportamento do outro. A argumentação, portanto, precede à retórica.

O ato de argumentar é tão antigo quanto a língua, considerada a necessidade humana de compartilhar opiniões e tentar persuadir. Somos tentados a pensar que quando o homem desenvolveu um sistema linguístico de comunicação, inventou também a argumentação.

Competência linguística muito exigida dos sujeitos nas diversas práticas sociais em que se veem inseridos no dia a dia, a argumentação encontra espaço sempre que existam condições de dúvida e de conflito. Abreu (2009) e Fiorin (2015) situam o domínio de técnicas argumentativas entre as necessidades humanas requeridas pela vida em sociedade, desde atividades corriqueiras impostas pelo convívio familiar, passando pelos vínculos profissionais ou de amizade, até relações mais formais exigidas para o exercício da cidadania.

Nesta mesma direção, Breton acrescenta que a argumentação é uma das ações humanas destinadas a convencer, a obter de uma ou mais pessoas a adesão a determinada proposição. Para esse teórico, o ato de convencer apresenta-se como uma alternativa ao uso da violência física, representando um passo em direção à civilidade, a um vínculo social partilhado e não imposto, pois é possível recorrer a vários meios de convencimento, envolvendo “toda a riqueza dos comportamentos humanos”, de modo que o outro não perceba que “está sendo objeto de uma solicitação” (BRETON, 2003, p. 7-8).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 50) destacam que “O objetivo de toda argumentação [...] é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento”, caracterizando-se pelos efeitos de persuadir.

Se a prática de argumentar é exercida desde o momento em que o homem estabelece algum tipo de comunicação para veicular opiniões, valores e crenças, como dissemos, podemos, agora, com Breton, perguntar:

Desde quando o homem tem um saber sobre a argumentação? Tudo depende do que se entende por “saber”. No sentido mais amplo que esta palavra pode ter, é provável que as práticas argumentativas, por mais antigas que tenham sido, sempre foram acompanhadas de um saber espontâneo, empírico. Hoje ainda, cada indivíduo, na sua vida cotidiana, é confrontado com inúmeras situações de argumentação e este saber faz parte da “cultura básica” que todos podem adquirir, de certa maneira, por “impregnação”, ao passo que a argumentação é apenas raramente o objeto de um programa de ensino. No sentido estrito, o saber estruturado sobre a argumentação, sobre os métodos e os processos que a tornam mais eficaz surgiu relativamente tarde na história da humanidade. Na região do Mediterrâneo, situamos o surgimento de um saber sistemático neste campo no século V antes de Cristo, com o nome de “retórica”. (BRETON, 2003, p. 23-24)

Dessa conceituação distinguimos *argumentação* de *retórica*: a primeira é o ato de apresentar uma opinião aos outros, dando-lhes razões para aderir a elas; a segunda, por sua vez, nasceu da necessidade de sistematizar os processos argumentativos; não é uma ciência, mas é o saber sobre as técnicas de argumentação, que no percurso de sua existência tem recebido diferentes definições: manipulação do auditório (Platão), arte de bem falar (Quintiliano), exposição de argumentos ou de discursos que devem ou visam a persuadir (Aristóteles). Do posicionamento de Meyer vem a clareza dos dois conceitos:

A grande diferença entre a retórica e a argumentação deve-se ao fato de que a primeira aborda a pergunta [a proposição] pelo viés da resposta, apresentando-a como desaparecida, portanto resolvida, ao passo que a argumentação parte da própria pergunta, que ela explicita para chegar ao que resolve a diferença, o diferencial, entre os indivíduos. (MEYER, 2007, p.27-28)

Quanto às definições dadas acima, o autor atribui à primeira (Platão) a origem das concepções centradas na emoção, no papel, pois, do interlocutor; à segunda (Quintiliano) o que diz respeito à expressão, ao querer dizer, portanto ao papel do orador; à terceira (Aristóteles) o que se reporta à relação entre o explícito e o implícito, o literal e o figurado, concluindo que a mescla de tudo isso é responsável pelos “contornos mal definidos” da retórica em sua trajetória. Se por um lado, podemos chamá-la de arte de bem falar, arte de persuadir, arte do discurso ornamentado, sem perder de vista que tudo isso pressupõe pensar bem e ser capaz de verbalizar as ideias de forma esteticamente ordenada; por outro, não podemos desconsiderar a advertência de Reboul (1998), que afirma existir uma dupla ambiguidade no termo *arte*, tradução do grego *techné*, porque pode, primeiramente, designar tanto uma habilidade espontânea quanto uma competência adquirida por meio do ensino e,

depois, porque pode nomear uma simples técnica, ou a genialidade do criador que ultrapassa a técnica.

Definir a retórica não é uma tarefa fácil, nem é possível dar-lhe uma única definição, pois ela sempre foi flexível, voltada muito mais para a persuasão dos ouvintes do que para a configuração do discurso. Todavia, mais importante do que definir a retórica é reconhecer a importância de seu papel nas relações de interação social, quando as opiniões se defrontam, os interesses se revelam e as ideologias se mostram.

2.1 RETROSPECTIVA DA RETÓRICA: DA ANTIGUIDADE AO SÉCULO XXI

É na Sicília que a retórica tem sua gênese como metalinguagem do discurso. Diz a tradição que, por volta de 485 a.C., dois tiranos, Gélon e Hierão, expropriaram as terras dos habitantes locais e as distribuíram aos mercenários. Hierão teria, ainda, proibido aos seus súditos o uso da fala. Quando foram destronados por efeito de uma revolta popular, por volta de 465 a.C., a reposição da ordem levou os proprietários de terras à instauração de processos que mobilizaram grandes conflitos judiciais. Tais circunstâncias requeriam faculdades de oratória, que os litigantes, evidentemente, não possuíam. Essa necessidade acabou por inspirar a criação de uma arte que pudesse ser ensinada aos cidadãos para habilitá-los na defesa de seus direitos, já que nessa época não havia advogados para representá-los. Com isso, surgiram os primeiros professores de uma técnica que viria, mais tarde, a ser chamada de retórica.

Córax, discípulo do filósofo Empédocles, e o seu próprio discípulo Tísias, conceitualizaram e publicaram o primeiro manual de retórica, uma coletânea de preceitos práticos com exemplos para o uso das pessoas que recorressem à justiça. A tradição também atribui a Córax a primeira definição da retórica: ela é *criadora de persuasão*; não argumenta a partir de verdades, mas a partir do verossímil. (Cf. REBOUL, 1998).

Nascida de uma necessidade jurídica, a retórica assume, em seu início, um caráter pragmático: convencer o interlocutor da justeza da causa. Nessa fase, tem nos sofistas, que se intitulavam “mestres de Retórica”, seus maiores representantes. Deve-se a eles a ideia de que a verdade não ultrapassa o acordo firmado entre os interlocutores, tanto o acordo final que resulta da discussão como o acordo inicial, sem o qual a discussão não seria possível (Cf. REBOUL, 1998).

Górgias (487 a.C.-380 a.C.), também siciliano e discípulo de Empédocles, encantou os atenienses com sua eloquência. Com ele surge uma fonte nova da retórica: estética e

propriamente literária, repleta de figuras de palavras (assonâncias, rimas, paronomásias, ritmo) e de figuras de sentido e pensamento (perífrases, metáforas, antíteses). Segundo Reboul (1998), é no sentido mais técnico que Górgias merece a denominação de sofista, pois ele foi professor e dava, de cidade em cidade, lições de eloquência e de filosofia. Sua ideia de prosa tão bela quanto a poesia, responsável por sua grandiloquência, impôs-se a todos os escritores gregos, inclusive Platão.

Isócrates (436-338 a.C.), embora prezasse a prosa literária, recusava-se a fazer malabarismos propagandísticos e desprezava a grandiloquência, preferindo uma retórica clara, sóbria, sem neologismos ou metáforas brilhantes, porém sutilmente bela e harmoniosa. Opondo-se aos sofistas, que se vangloriavam de capacitar qualquer pessoa a tornar-se bom orador, Isócrates defendia três condições necessárias para tanto: aptidões naturais, prática constante e ensino sistemático, sendo que prática e ensino poderiam melhorar o orador, mas não formá-lo. Moralizava a retórica ao afirmar que ela só era aceitável se estivesse a serviço de causa honesta e nobre e que não podia ser censurada pelo mau uso que dela alguns faziam (Cf. Reboul, 1998).

De arte da persuasão, com Aristóteles (384-322 a.C.), discípulo de Platão, a retórica passaria a integrar um sistema filosófico para, depois, transformar-se em sistema, ou seja, em corpo de conhecimentos, categorias e regras aplicáveis ao discurso. Segundo o filósofo de Estagira – pequena cidade litorânea da Macedônia antiga, situada entre Salônica (também conhecida como Tessalônica) e o monte Atos –, a retórica ocupa-se dos meios que, relativamente a qualquer argumento, são capazes de persuadir um determinado auditório, a partir do verossímil ou do provável.

A Retórica de Aristóteles é uma retórica da prova, do raciocínio, é uma teoria da persuasão, uma técnica aplicável a qualquer assunto, justamente por proporcionar um método de trabalho e um sistema crítico de análise, utilizáveis tanto na construção de um discurso como na interpretação de qualquer forma de discurso. Aristóteles distingue três tipos de discursos retóricos (Cf. OLIVEIRA, 2002): o deliberativo ou político (que se volta para o futuro, buscando persuadir ou dissuadir em relação a alguma coisa a ser feita, típico das assembleias políticas); o judicial ou forense (que se volta para o passado, para acusar ou defender alguém posto em relação com atos mostrados como justos ou injustos, é típico dos tribunais); e o epidítico ou cerimonial (que se volta para o presente, para louvar ou condenar atos contemporâneos).

Reboul (1998) afirma que Aristóteles colocou a retórica em seu verdadeiro lugar ao atribuir-lhe um papel modesto (a retórica é útil, não se reduz ao poder de persuadir, mas é a

arte de achar os meios de persuasão que cada caso comporta), porém indispensável em um mundo de incertezas e de conflitos.

Com a decadência da Grécia, ao passar para o domínio dos romanos e a conseqüente mudança do eixo cultural de Atenas para Roma, a retórica foi transformada em uma importante matéria curricular, com processos forenses simulados. Os retóricos gregos chegaram a Roma no início do século II a.C. e estimularam a arte oratória, mas foi no século I a.C. que Marco Túlio Cícero, orador e político muito hábil, lançou duas obras basilares da retórica latina: *De Inventione* (Sobre a Invenção) e *De Oratore* (Sobre o Orador). O apogeu da oratória latina deu-se sobre a obra de Cícero, que serviu de modelo para a retórica romana posterior. As obras dos poetas Ovídio (43 a.C.-18 d.C.) e Estácio (45-96) introduziram a retórica no campo da literatura. O orador Quintiliano (20-100) publicou, por volta do ano de 95, *Institutio Oratoria* (Tratado sobre a Oratória), com suas ideias sobre temas educacionais e a virtude da oratória (Cf. OLIVEIRA, 2002). Quintiliano esforçou-se por reconciliar a retórica e a ética, que Aristóteles havia separado.

Quando define a retórica como *scientia bene dicendi*, arte de bem falar, a palavra ‘bem’ para ele tem sentido não só estético como também moral. A quantos censuram a retórica por persuadir tanto do pior quanto do melhor, Quintiliano responde que não se pode atribuir ‘o nome de o mais belo dos ofícios a quem aconselhe perversidades’ [...] (REBOUL, 1998, p. 73-74)

Durante a Idade Média, a retórica perde influência e reduz o seu campo, ou seja, deixa de ensinar como persuadir e passa a ensinar como fazer belos discursos, desinteressa-se dos gêneros deliberativo, judicial e epidítico e passa a ocupar-se mais do gênero literário, retomando as obras de Homero e Virgílio, autoridades na arte retórica (Cf. OLIVEIRA, 2004). Numa primeira fase, deixa de integrar a *pronuntiatio* (enunciação do discurso) e a *memoria* (memorização), posteriormente a *inventio* (sujeitos, argumentos, lugares, técnicas de persuasão e de amplificação) e mais tarde ainda a *dispositio* (arrumação das grandes partes do discurso), para reduzir-se à *elocutio* (arte do estilo).

O declínio da retórica começa no Renascimento, com o rompimento do elo entre o argumentativo e o oratório, atribuído ao humanista Pedro Ramus (Pierre de La Ramée, 1515-1572), pois

Este de fato separa resolutamente a dialética, arte da argumentação racional, da retórica, reduzida “ao estudo dos meios de expressão ornados e agradáveis” (TA, p. 669), em suma à elocução. Mas nada prova que a atitude de Ramus tenha sido duradoura; ao contrário, os retóricos que apareceram

até o século XIX, sobretudo na Inglaterra, continuam completos, incluindo tanto a invenção e a disposição quanto a elocução. Apesar disso, no século XVII ocorre uma fratura também grave com Descartes, que vai destruir um dos pilares da retórica, a dialética, em outras palavras a própria possibilidade de argumentação contraditória e probabilista. (REBOUL, 1998, p. 79)

Ao repudiar a dialética por nunca oferecer mais que o verossímil, sujeito, portanto, à discussão, Descartes considera como falso tudo que é somente verossímil, ao passo que a verdade, por ser evidente e única, é capaz de criar acordo entre todos os espíritos. Ainda com Reboul (1998), o pensamento de Descartes contra a dialética – o debate de várias pessoas – e a defesa de que a verdade só pode ser encontrada sozinho, por um retorno a si mesmo, seria seguido por outros filósofos, como os empiristas ingleses, que têm em John Locke seu maior representante: “qualquer verdade vem da experiência sensível, e a retórica, com seus artifícios verbais, só faz afastar da experiência” (REBOUL, 1998, p.80).

Se para Descartes e Locke a retórica não poderia ter pretensões a qualquer invenção, ela continuaria, contudo, a servir aos debates jurídicos, à política e à pregação, perdurando em tratados até o século XIX, até sua saída de cena (falsa saída, segundo Reboul) com o aparecimento de duas novas correntes de pensamento – o positivismo, que a rejeita em nome da verdade científica; e o romantismo, que a rejeita em nome da sinceridade.

Violentemente criticada como disciplina não científica, a retórica foi eliminada do currículo da universidade republicana, no final do século XIX, mas não acarretou o desaparecimento do estudo das práticas discursivas, que passou a ser repensado no quadro da análise do discurso, da comunicação institucional e das interações verbais (Cf. PLANTIN, 2008).

Com o declínio da retórica, no século XIX, os problemas que constituíam seu objeto de estudo foram retomados, em uma perspectiva diferente, pela Linguística, pela Análise do Discurso e pela Estilística, sendo esta última “a herdeira mais direta da Retórica” (DUCROT; TODOROV, 2010, p. 80). Nesse contexto, cabe mencionar aqui, a título de informação e de maneira bastante concisa, o surgimento dessas três ciências.

a) A Linguística

De acordo com Borba, a linguagem humana tem sido objeto de interesse desde a mais remota antiguidade, face à curiosidade natural do homem, preocupado em entender o “instrumento de comunicação que o distingue dos brutos e o eleva à categoria de ser

pensante” (BORBA, 1972, p. 12). Segundo esse autor, antes de dotar-se de métodos e definir seu objeto de estudo, a linguística passou por diversas fases: fase da gramática, fase da filologia, fase do comparativismo.

A *fase da gramática* teve início na Grécia antiga, surgida das preocupações filosóficas sobre a relação entre o pensamento e a palavra (entre o objeto e seu nome) – as discussões giravam em torno da naturalidade e da arbitrariedade da referência. Os problemas da linguagem interessaram a diversas escolas filosóficas gregas, dentre as quais se destacam os estoicos, defensores da origem natural (na alma) da linguagem e da palavra como a expressão da coisa conforme sua natureza. Os primeiros estudos sobre a linguagem não surgiram na Grécia propriamente, mas em Alexandria, onde se reuniam sábios gregos interessados na interpretação e na reconstrução da antiga literatura, cuja decadência ocorrera no século III a.C. A esses estudos deram o nome de *gramática*. Posteriormente, com o interesse centrado na língua, “a palavra restringiu seu sentido, passando a designar o estudo da língua e depois a exposição dos fundamentos da linguagem (gr. *techné grammatiké*, lat. *ars grammatica*)”. Além dos gregos, ocuparam-se da gramática também os romanos e os hindus. Os primeiros construíram sua gramática sob o modelo grego, enquanto os hindus, além de ocuparem-se da língua, ensinavam a interpretar a língua dos textos sagrados, de onde passaram a dedicar-se à “língua das classes pobres, formulando regras e listas de formas descritivas do tipo correto de língua a que chamavam sânscrito”. Os hindus ocupam um lugar importante na história da linguística, pela análise precisa dos sons e das formas do antigo indiano e pela influência sobre os indianistas europeus do século XIX e criadores da gramática comparativa das línguas indo-europeias. Na Idade Média, a gramática ocupou-se mais da morfologia, da lexicografia e da ortografia, deixando a sintaxe em segundo plano. No final desse período, impulsionado pelo Cristianismo, cresceu o interesse pelas línguas contemporâneas, favorecendo o surgimento de gramáticas e dicionários de várias línguas. (BORBA, 1972, p. 12-21)

Na *fase da filologia*, os sábios não se ocupavam exclusivamente da língua, pois procuravam também interpretar e comentar os textos; interessavam-se, ainda, pela história das instituições, pelos costumes, entre outras coisas do gênero.

[A filologia,] Quando aborda questões linguísticas é para comparar textos de diferentes épocas, para determinar a língua particular de cada autor, para decifrar e explicar inscrições feitas numa língua arcaica ou obscura. Estas investigações preparam, sem dúvida, a linguística histórica. (BORBA, 1972, P. 21)

Borba acrescenta que a falha da crítica filologia está em ater-se à língua escrita, deixando de lado a língua falada.

A fase do comparativismo representa o período propriamente científico da linguística e teve início com a descoberta da possibilidade de comparação entre as línguas. O filósofo e cientista alemão Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) foi o primeiro a compreender a utilidade da análise de várias línguas para o conhecimento do espírito humano. Alguns equívocos marcaram esse período, como a crença de que as línguas são preservadas “pelo uso de um povo educado e cuidadoso e sofrem mudanças por causa das corrupções vulgares” e a teoria hebraísta, que tomava o hebraico como língua tronco, mas isso não impediu que estudiosos percebessem as semelhanças entre as línguas mais conhecidas da Europa, permitindo-lhes reuni-las em três grupos – o germânico (inglês, holandês, alemão, sueco e dinamarquês), o românico (francês, italiano, espanhol e português) e o eslavo (russo, polonês, boêmio e sérvio). A descoberta do sânscrito, no início do século XIX, confirmou o conceito de parentesco entre as línguas. Ao lado disso, a gramática hindu, minuciosa e sistemática, levou os estudiosos europeus a analisar as formas linguísticas para precisar a ideia a respeito das relações entre as línguas. Atribui-se a William Jones (1746-1794) a descoberta de que o grego, o latim e o sânscrito eram formas divergentes de uma mesma língua pré-histórica. Surge daí a ideia de comparar essas línguas e construir uma ciência específica de suas relações. Em 1866, Franz Bopp (1791-1867) demonstrou em seu *Sistema de conjugação do sânscrito em comparação com o grego, latim, persa e germânico* a afinidade dessas línguas. Ao lado de Bopp, outro precursor da linguística geral foi Friedrich Wilhelm Humboldt (1767-1835), cujo trabalho de maior fôlego foi sobre a língua de Kawi, na ilha de Java. (BORBA, 1972, p. 22-32)

No final do século XIX, um grupo de estudiosos, conhecidos por *neogramáticos*, questionaram os pressupostos tradicionais da prática histórico-comparativa e apresentaram uma orientação metodológica diferente, com um conjunto de postulados teóricos para a análise da mudança linguística. A posição desse grupo imprimiu uma “forte direção à linguística histórica”. (FARACO, 2011, p. 34)

Embora a tradição atribua a Ferdinand de Saussure (1857-1913) a paternidade da linguística moderna, caracterizada pelos estudos sincrônicos do século XX, “a linguística se constituiu como ciência, no sentido que a modernidade deu ao termo, a partir dos últimos anos do século XVIII” (FARACO, 2011, p. 29), com os trabalhos de William Jones, desencadeadores de um movimento de estudos comparativos e históricos na Europa do século XIX, conforme referimos acima.

Atualmente, existe dentro da linguística uma pluralidade de teorias, reunidas em dois grupos: um de visão voltada para os mecanismos inerentes à língua, como a iconicidade e a arbitrariedade do signo linguístico, por exemplo; e outro grupo, cuja visão está voltada para a constituição heterogênea da língua, tais como as irregularidades e as subversões ao sistema (Cf. FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 12).

b) A Análise do Discurso

No tocante à Análise do Discurso (AD), Mussalim situa a origem da disciplina na França, na década de 1960, com os trabalhos de Jean Dubois e Michel Pêcheux.

Dubois, um linguista, lexicólogo envolvido com os empreendimentos da Linguística de sua época; Pêcheux, um filósofo envolvido com os debates em torno do marxismo, da psicanálise, da epistemologia. O que há de comum no trabalho desses dois pesquisadores com preocupações distintas é que ambos são tomados pelo espaço do marxismo e da política, partilhando convicções sobre a luta de classes, a história e o movimento social. (MUSSALIM, 2012, p. 113-114)

A pesquisadora também aponta a influência dos trabalhos de Althusser e de Lacan no quadro epistemológico do surgimento da AD. O primeiro, ao analisar os fatores determinantes das condições de reprodução social, propôs uma existência material das ideologias, ou seja, elas não poderiam ser estudadas como ideias, mas como práticas materiais que reproduzem as relações de produção. Assim, “como a ideologia deve ser estudada em sua materialidade, a linguagem se apresenta como o lugar privilegiado em que a ideologia se materializa [...], como uma via por meio da qual se pode depreender o funcionamento da ideologia” (MUSSALIM, 2012, p. 116). O segundo, ao fazer uma releitura da teoria freudiana sobre sujeito, recorre ao estruturalismo linguístico, para abordar o inconsciente de maneira mais precisa, assumindo

que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, como uma cadeia de significantes latente que se repete e interfere no discurso efetivo, como se houvesse sempre, sob as palavras, outras palavras, como se o discurso fosse sempre atravessado pelo discurso do Outro, do inconsciente. (MUSSALIM, 2012, p. 119)

Dessa proposta, acrescenta a pesquisadora, decorrem implicações para a psicanálise, dentre elas, a que diz respeito ao conceito de sujeito, definido em função de sua relação com a

linguagem e com o inconsciente. Para Mussalim, embora não despreze o caráter formal da linguagem, à AD interessa a linguagem apenas em situações estratégicas de interlocução.

Outra pesquisadora da AD, Brandão situa a gênese da disciplina nos anos 1950, citando, de um lado, os trabalhos de Harris (*Discourse analysis*, 1952) como marco inicial da análise do discurso, colocando-a “como simples extensão da linguística imanente na medida em que transfere e aplica procedimentos de análise de unidades da língua aos enunciados”, sem considerar as condições sócio-históricas da produção, que mais tarde viria marcar a análise do discurso; e, de outro lado, os trabalhos de Jakobson e Benveniste sobre a enunciação, considerando a posição de locutor indicada por índices específicos demarcadores da relação “entre o locutor, seu enunciado e o mundo”, relação que “estará no centro das reflexões da análise do discurso em que o enfoque da posição sócio-histórica dos enunciadores ocupa um lugar primordial” (BRANDÃO, 2012, p. 14). Essas duas direções, assinala a autora, marcariam duas vertentes da AD: *a perspectiva americana* (entende a teoria do discurso como uma extensão da linguística) e *a perspectiva europeia* (considera uma relação necessária entre o discurso e as condições de produção desse discurso).

c) A Estilística

No século XX, os compêndios de estilística e retórica registram o nome de Charles Bally (1865-1947), que desenvolve uma linguística da fala, partindo do princípio de que a linguagem é apta a expressar pensamentos e sentimentos e o estudo da expressão dos sentimentos é próprio da estilística, inaugurando a concepção de que a subjetividade está inscrita na língua, especialmente na língua falada em situações concretas de comunicação.

A estilística deste autor é um estudo que busca, na investigação dos processos lingüísticos por intermédio dos quais o falante se expressa, dar conta do caráter coletivo da expressividade lingüística. Diretamente influenciado por Saussure, Bally assume as distinções língua/fala, sincronia/diacronia e paradigma/sintagma conduzindo-as, como princípios metodológicos, a uma verdadeira abordagem da língua viva, no seu uso cotidiano e oral, com estudos basicamente voltados à fonética, ao uso lexical e às construções sintáticas. (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 16)

A Estilística de Bally estabelece novos caminhos para a antiga retórica, ao desenvolver o conceito de expressividade, a ênfase, o ritmo, a simetria, a eufonia e os elementos evocativos circunscritos às situações concretas de fala, formal ou coloquial (Cf. OLIVEIRA, 2004), além de investigar os recursos da língua para expressar afetividade.

Ao lado de Bally, o linguista e crítico literário alemão Karl Vossler (1872-1949), influenciado pelos princípios idealistas de Benedetto Croce – cujo fundamento principal é de que a arte deve expressar a intuição –, abriu novas perspectivas para interpretação crítica dos estudos literários. Sua estilística viria a contribuir para um novo campo de estudo voltado para a obra literária e totalmente contrário aos métodos até então abordados, voltados para as causas históricas da evolução das línguas. Contrapondo-se ao positivismo realista e à Estilística linguística de Bally, Vossler defende que a linguagem, por constituir a expressão de uma vontade, é muito mais do que um objeto passível de ser examinado, analisado e considerado em suas partes. Assim, no início do século XX, coexistem a estilística da expressão (Bally) – privilegiando as relações da forma com o pensamento, o fato linguístico considerado em si mesmo – e a estilística do indivíduo (Vossler) – com ênfase nas relações da expressão com o indivíduo ou determinado grupo social (Cf. OLIVEIRA, 2004).

Lembramos que a Estilística estuda os processos de manipulação da linguagem que permitem ao enunciador sugerir sentidos por meio de opiniões. É, pois, descritiva e não se confunde com a Retórica antiga, a arte de persuadir, portanto, prescritiva.

Também ocupa lugar de destaque na história do estudo das práticas discursivas o nome de Roman Jakobson (1896-1982), considerado um dos primeiros linguistas a pensar sobre as questões da enunciação, com sua teoria das funções da linguagem, supondo um sujeito capaz de falar e assumir diferentes atitudes diante dos diversos aspectos da mensagem (Cf. FLORES; TEIXEIRA, 2005). Igualmente, merece menção Émile Benveniste (1902-1976), cujo pioneirismo não se deve a uma anterioridade temporal de desenvolvimento das pesquisas enunciativas, mas antes à generalidade de sua proposta de refletir sobre a enunciação a partir de um diálogo com a antropologia, com a psicanálise, com a sociologia e, principalmente, com a filosofia (Cf. TEIXEIRA; FLORES, 2011).

Nos anos subsequentes à Segunda Guerra, de acordo com Plantin (2008), os estudos de argumentação passam por um notável desenvolvimento, com a publicação das obras de Perelman e Olbrechts-Tyteca, de Toulmin e de Curtius. Este último, com *A literatura europeia e a Idade Média latina*, obra que se transformou em um clássico dos estudos literários, com a qual ele reintroduz o conceito de topos, redefinido, agora entendido como formas estereotipadas de expressão e de pensamento, modos de dizer e de pensar.

Segundo Reboul (1998, p. 87-88), os anos 1960 assistiram ao surgimento de várias retóricas intituladas de *novas*. “Houve várias [retóricas], e a que estava mais na moda naquela época afirmava-se puramente literária, sem relação alguma com a persuasão. Tinha-se então esquecido tão bem o que significava a palavra ‘retórica’ que ela virou rótulo de coisa

completamente diferente”, transformada em “conhecimento dos procedimentos da linguagem característicos da literatura” (Rhétorique générale, p. 25, apud REBOUL, 1998, p. 88).

Contrária a essa retórica literária, opõe-se outra corrente, surgida dos estudos propostos por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, que constituem uma tentativa de recuperação dos postulados da retórica e da dialética para a análise da argumentação, cujo livro mais importante, *Tratado da Argumentação, a Nova Retórica*, teve impacto reduzido e influência limitada no cenário linguístico da época. Segundo Oliveira (2004), essa obra propõe a retomada da Retórica aristotélica ao defender que não deve haver fundamentações teóricas baseadas na razão absoluta, pois fatores de toda ordem contribuem para que o ato de comunicação alcance plenamente seu objetivo.

[...] a teoria da argumentação não se pode desenvolver se toda prova é concebida como redução à evidência. Com efeito, o objeto dessa teoria [da Nova Retórica] é o estudo das técnicas discursivas que *permettem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento*. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 4)

Os autores procuram, dentro da linguagem, descobrir os elementos de persuasão capazes de justificar uma comprovação do tipo argumentativo ou persuasivo, não há a pretensão de conseguir uma conclusão necessária ou irretorquível, mas obter a adesão do interlocutor a uma tese que lhe é proposta; enfim, é uma argumentação que não força, que não é constrangedora. (OLIVEIRA, 2004, p. 119)

O livro, em sua essência, é um estudo dos diversos tipos de argumentos e uma das preocupações centrais dos autores é evidenciar que existem outras maneiras possíveis e igualmente válidas de pensamento além da lógica e, assim como Aristóteles, entendem que a argumentação pode valer-se do verossímil, do provável. De acordo com Reboul (1998), a teoria proposta por Perelman e Olbrechts-Tyteca só teve penetração realmente no fim da década de 1970, período que Plantin (2008) caracteriza como “momento lógico-linguístico”, preocupado com a argumentação como prática crítica, no campo do estruturalismo, da lógica linguística e do cognitivismo. Tal período foi sucessor de outro espaço de tempo, por ele denominado de “período ideológico”, referindo-se às décadas subsequentes à Segunda Guerra, quando o pensamento dos intelectuais europeus insurgiu-se contra os discursos totalitários nazistas e stalinistas.

Nessa esteira dos estudos argumentativos, em 1976, vem a lume um artigo de Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre, na verdade a proposição de uma teoria, *Argumentation dans La Langue* (ADL), que em português significa “Argumentação na

Língua”, defendendo que a argumentação está marcada na língua, por meio da orientação argumentativa que as palavras conferem ao discurso. A nova teoria viria a solidificar a Semântica Argumentativa, cuja gênese está em obras anteriores como *Provar e Dizer (Le Preuve et Le Dire*, de 1973) e *O Dizer e o Dito (Le Dire et Le Dit*, de 1980).

A Semântica Argumentativa assume como sua fundamentação filosófica a noção de *alteridade* concebida por Platão, trazida para o estudo da linguagem por Saussure. Mas, diferentemente do Saussure do *Curso de linguística geral*, que se ocupa essencialmente da *língua*, embora não negue a importância da *fala* – o que é confirmado na “Nota sobre o discurso”, um dos manuscritos saussurianos que compõem a obra *Escritos de linguística geral* – Ducrot leva a noção de valor linguístico para o emprego da língua, mostrando-o em diferentes níveis: na relação entre entidades lexicais, entre enunciados, entre discursos, entre locutor e alocutário. (BARBISAN, 2003, p. 20)

A obra de Ducrot dedica-se ao estudo das palavras, das expressões, observando a orientação argumentativa que elas conferem ao discurso. Para o teórico francês, a língua oferece uma infinidade de possibilidades de construção e também uma série de limitações de uso. Sua teoria desenvolveu-se a partir da análise de algumas preposições, advérbios, conjunções, locuções prepositivas, adverbiais e conjuntivas e palavras denotadoras de inclusão e exclusão, atribuindo-lhes a denominação de conectores, destacando as funções de ligação e de orientação, ou seja, o conector é uma palavra ou expressão que articula as informações e os argumentos de um enunciado.

A teoria de Ducrot, do ponto de vista lógico-epistêmico, como lembra Plantin (2008), ao considerar que a conclusão já está presente no argumento, opõe-se às teorias e às práticas antigas ou neoclássicas da argumentação, pois

Para a retórica, a competência argumentativa não é uma competência semântica da língua (no sentido saussuriano), mas uma técnica especializada do planejamento lógico-discursivo, uma competência da fala, de múltiplas dimensões (emocional, objetual, relacional). Não basta saber falar para saber argumentar, são necessários competências e um aprendizado específicos. (PLANTIN, 2008, p.35-36)

Nesta trajetória histórica dos estudos argumentativos, Oliveira também destaca a contribuição de Austin, da Escola Analítica de Oxford, que desenvolveu, na década de 1960, sua Teoria dos Atos da Fala, a partir da análise de alguns advérbios, “que possibilitam ao falante justificar, desculpar ou eximir-se da responsabilidade de seu ato” (OLIVEIRA, 2004, p.125).

Atualmente, com a consolidação dos regimes democráticos e o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e de comunicação de massa, as preocupações com os fenômenos da linguagem se reavivam, ocupam as agendas da comunidade científica, a ponto de tornar-se um lugar comum a afirmação de que vivemos na *era da comunicação*. Na sociedade competitiva em que vivemos, sentimos necessidade de ter habilidades de relacionamento que nos possibilitem atuar cooperativamente, de modo a nos tornarmos membros de determinado grupo. Dentre tais aptidões, a retórica se apresenta como instrumento atual e indispensável para que o homem moderno defenda seus interesses, proponha suas opiniões, partilhe suas emoções.

2.2 PERSUASÃO E MANIPULAÇÃO DA LINGUAGEM

A partir de uma perspectiva sociocognitiva interacionista, a linguagem é vista como uma forma de atuação sobre o real, de constituição do real. Pela linguagem, o homem constrói a realidade, de acordo com suas crenças e valores, e pela argumentação, busca legitimar perante o outro a sua maneira de ver o real. Não há, portanto, acesso à realidade sem um recorte ideológico.

É por essa razão que podemos afirmar que não há discurso neutro, embora, em algumas circunstâncias, afirme-se o contrário, como frequentemente ocorre no discurso jornalístico, por exemplo. “A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende ‘neutro’, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade” (KOCH, 2011b, p. 17). Também no dizer de Hernandes (2006, p. 23), “Não é possível o acesso ao real sem um recorte ideológico, sem atribuir valores aos acontecimentos”.

Ao lado dessas concepções de discurso, tomemos o significado etimológico de *manipulação*, qual seja, o ato de *manipular*: “1. Preparar com a mão; imprimir forma a (alguma coisa) com a mão. [...] 3. Engendrar, forjar, maquinar: manipular um plano. [...]” (FERREIRA, 1986, p. 1081). Podemos, a partir daí, argumentar em duas direções. Primeira, que escolher as palavras e arranjá-las na frase para referir os seres e os acontecimentos do mundo, de acordo com determinado ponto de vista e com a intenção de persuadir o outro, é uma espécie legítima de manipulação da linguagem, portanto, não é um mal em si. Segunda, se considerarmos que manipular o discurso é uma forma de “forjar” – no sentido de falsificar ou inventar – o enunciado, o conceito de manipulação torna-se ruim, por transgredir as normas sociais. É nesta última direção que pretendemos situar nossa análise. Para tanto,

parafrazeamos o pesquisador holandês Teun A. Van Dijk (2012), por considerarmos sua abordagem sobre a manipulação do discurso bastante clara e didaticamente apresentada.

De acordo com esse autor, entre a persuasão (legítima) e a manipulação (ilegítima) há uma fronteira muito sutil e dependente do contexto comunicativo, consistindo a diferença no fato de, no caso da persuasão, haver liberdade para aderir. Na manipulação, ocorre o controle do manipulador sobre os interlocutores, que podem ter seus interesses contrariados, tornando-se vítimas, quando são incapazes de perceber as intenções reais do manipulador. Isso acontece nas circunstâncias em que o desejo ou a necessidade de persuadir pode levar o enunciador a manipular a linguagem, incorrendo em prática abusiva do discurso.

Para Van Dijk (2012), a manipulação (entendida como abuso de poder), caracteriza-se quando é possível constatar que pessoas foram induzidas a agir contra seus próprios interesses para satisfazer somente aos interesses do manipulador. O autor defende ainda que a manipulação, por envolver interação e abuso de poder entre grupos e atores sociais, é um fenômeno social; por implicar a manipulação das mentes das pessoas, é um fenômeno cognitivo e, finalmente, por ser exercida pela fala, pela escrita e por mensagens visuais, é um fenômeno também discursivo-semiótico.

Uma abordagem social da manipulação considera a produção do discurso em seu ambiente social, inclusive os papéis desempenhados pelos agentes em função, por exemplo, de suas posições socioeconômicas, institucionais, profissionais. Assim, não é difícil constatar que pais possam manipular os filhos, professores manipulem seus alunos, os políticos seus eleitores e a mídia seu público.

No contexto midiático, que é o nosso objeto de interesse, a manipulação pode ocorrer a partir da seleção das notícias e do tratamento dado às informações veiculadas. Não só o que a imprensa informa, mas também aquilo que deixa de informar é fruto de um recorte ideológico, como tentaremos demonstrar, mais adiante, em nossas análises, procurando demonstrar que as escolhas relacionadas ao discurso jornalístico também atendem a um projeto de persuasão do leitor. Casos mais graves de manipulação do discurso midiático ocorrem quando as informações veiculadas são distorcidas ou são tendenciosas, porque podem ter consequências nocivas à sociedade; não que um órgão de imprensa não possa ser partidário, mas que o seja de forma clara, busque convencer pela argumentação, no campo das ideias.

Quanto à influência mental baseada no discurso, Van Dijk (2012) alerta que a manipulação precisa ser distinguida de outras formas legítimas de gerenciamento da mente, tais como ensinar, informar e persuadir. Para tal distinção, é preciso entender o modo como o

discurso afeta a mente. Isto ocorre, de acordo com o autor, por processos intrincados gerenciados em tempo real por meio de estratégias eficientes, envolvendo a memória de curto prazo (MCP) e a memória de longo prazo (MLP). A primeira é responsável pela compreensão de palavras, orações, sentenças, enunciados e sinais não verbais; a segunda, pelo conhecimento adquirido, pelas atitudes e ideologias, memórias pessoais que definem história de vida e experiências pessoais, representações associadas à memória episódica (memória episódica é a memória individual que uma pessoa tem de determinado evento).

Tanto o discurso, em geral, como a manipulação, em particular, envolve o processamento da informação na MCP. Esse processo “é estratégico no sentido de ser on-line, ser propositalmente direcionado, operar em vários níveis da estrutura do discurso e ser hipotético: suposições e atalhos rápidos e eficientes são feitos em vez de análises completas” (VAN DIJK, 2012, p. 241).

O controle de algumas estratégias parcialmente automatizadas de compreensão do discurso pode constituir uma forma de manipulação, segundo o pesquisador, como imprimir parte do texto em destaque, em fontes grandes ou em negrito, por exemplo. Esses dispositivos, como é o caso das manchetes, lides e slogans publicitários contribuem para um processamento mais detalhado e se fixam na lembrança do leitor, além de fazer com que se preste mais atenção em determinadas partes da informação do que em outras.

Isso também ocorre em outras formas de comunicação, como reportagens e livros didáticos, exemplifica o autor, mas a manipulação, nesse caso, é chamar a atenção para determinada informação e não para outra, resultando numa compreensão parcial ou tendenciosa, como é o caso de manchetes que enfatizam detalhes irrelevantes, deixando de expressar os tópicos mais importantes de um discurso, para, propositadamente, prejudicar a compreensão dos detalhes.

A maior parte da manipulação visa a resultados mais estáveis e, portanto, foca-se na memória de longo prazo (MLP), da qual fazem parte as representações associadas à *memória episódica*, onde estão armazenadas as experiências cotidianas, como modelos mentais específicos que servem de base para memórias futuras, para a aquisição de novos conhecimentos, das atitudes e das ideologias.

Os modelos mentais são pessoais, únicos e exclusivos para cada situação, isto é, são interpretações individuais de um determinado discurso em uma situação específica e, embora envolvam conhecimentos e crenças socialmente partilhados – necessários para o entendimento entre as pessoas e para o estabelecimento da comunicação e da interação – tais modelos continuam sendo únicos e pessoais. Compreendemos os discursos e os eventos

comunicativos de modo geral de acordo com nossos modelos mentais, que também operam como planos para a fala.

Dado o papel fundamental dos modelos mentais para a fala e para a compreensão, pode-se esperar que a manipulação vise especialmente a formação, a ativação e os usos de modelos mentais na memória episódica. Se os manipuladores estão pretendendo que o receptor compreenda um discurso como *eles* o veem, é crucial que o receptor forme os modelos mentais que os manipuladores desejam, restringindo assim a liberdade de interpretação desse receptor ou, ao menos, reduzindo a probabilidade de que entenda o discurso contra os interesses dos manipuladores. (VAN DIJK, 2012, p. 244)

Para tanto, existem estratégias discursivas que são direcionadas no sentido de formar ou ativar os modelos preferidos pelo manipulador. Por exemplo, enfatizar os detalhes de nossas boas ações, compatíveis com nossos interesses e omitir nossas más ações, incompatíveis com nossos interesses. Culpar a vítima é outra forma de influenciar os modelos mentais dos receptores, como fazem alguns advogados para defender o agressor. Quanto mais sutis forem as manobras discursivas para formação ou reativação de modelos mentais preferidos, maiores serão as possibilidades de os usuários da língua não perceberem a manipulação do discurso.

Algumas situações possibilitam a criação de modelos mentais preferenciais que ocupam um lugar especial na memória episódica e são facilmente recuperados mesmo depois de muito tempo, porém a forma mais influente de manipulação concentra-se nas crenças mais gerais e abstratas, atitudes e ideologias, pois há mais estabilidade numa atitude geral socialmente compartilhada do que em opiniões individuais.

Segundo o autor, o processo de manipulação assume que a MLP armazena não apenas aquilo que é interpretado subjetivamente, como também crenças socialmente compartilhadas de forma mais estável, permanente e geral – as chamadas representações sociais, que são gradualmente adquiridas ao longo da vida e, mesmo podendo ser mudadas, não o são de maneira abrupta. Outro ponto defendido pelo pesquisador é que os modelos mentais concretizam a história pessoal, as experiências e as opiniões dos indivíduos ao mesmo tempo em que constituem as crenças socialmente partilhadas. Assim, a maior parte da interação e do discurso é produzida e compreendida de acordo com modelos mentais que combinam crenças pessoais e sociais.

A manipulação influencia na formação de modelos mentais dos indivíduos visando ao controle das representações sociais compartilhadas por grupos de pessoas, haja vista que essas crenças sociais controlam a ação e a produção de discursos desses sujeitos em muitas

situações e durante período de tempo relativamente longo. Se uma crença partilhada passa a determinar as atitudes de pessoas, como ser contra o direito de greve de servidores públicos, por exemplo, poucas tentativas de manipulação serão necessárias para que a opinião pública aprove medidas governamentais contra esse direito. É por isso que a manipulação centra-se em grupos de pessoas, e não em indivíduos. E depois que os grupos sociais aceitam as representações preferidas pelos grupos ou instituições dominantes, não será preciso manipulá-los novamente, pois eles tenderão a pensar e agir de acordo com essas cognições sociais, aceitas como suas.

A manipulação vista como fenômeno discursivo-semiótico, realizada por meio do discurso em sentido amplo, inclui características não verbais como gestos, expressões faciais, pausas, entonações, layout de texto, gráficos, imagens etc. Entretanto, toda essa dimensão não se encaixa no escopo de nosso trabalho. Interessa-nos apenas a manipulação do discurso no texto escrito, possível graças aos recursos linguísticos de argumentação que podem ser utilizados para essa finalidade, em determinados contextos, conforme veremos na próxima seção.

2.3 ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICAS DE ARGUMENTAÇÃO

O discurso é uma ação verbal reveladora das intenções do falante, já o dissemos. Obviamente, há discursos mais descontraídos, informais, produzidos durante as atividades cotidianas, nas relações familiares e entre amigos. Mesmo nessas situações específicas de relação interpessoal, nossos discursos sempre se constituem com certo grau de intencionalidade, pois todo ato de fala pressupõe alguma intenção do falante, por mais desprezioso que ele possa parecer. Por outro lado, há outras situações em que o uso da língua requer um grau maior de argumentatividade, exigindo do falante habilidades linguísticas que lhe permitam agir sobre o outro, para convencer e persuadir. Nesse sentido, afirmarmos com Abreu (2009) que, em nossas relações familiares, no trabalho, no esporte ou na política, para integrar-se ao universo do outro, para obter aquilo que queremos de modo cooperativo e construtivo, é preciso saber argumentar.

Conhecer os mecanismos linguísticos responsáveis pela argumentação é importante tanto para construir um discurso persuasivo quanto para, no outro extremo, perceber no discurso do outro sua ideologia, conhecer suas opiniões, captar suas intenções e, assim, concordar com elas, ou refutá-las. Essa relação entre os interlocutores é permeada por um

jogo de intenções que comanda a interação entre eles. Daí entendermos o sentido dos enunciados como uma forma de ação sobre o outro, dotado de uma força argumentativa, que lhe é constitutiva (Cf. CABRAL, 2011). A língua dispõe de mecanismos retóricos capazes de orientar a compreensão de um discurso, para persuadir o interlocutor/leitor. Dentre eles, destacam-se a adjetivação, o uso de operadores argumentativos, de elementos intensificadores, de marcadores de pressuposição, de modalizadores, de figuras de linguagem. Nesta pesquisa, limitaremos nossa abordagem ao uso dos adjetivos, para analisar sua importância na produção dos sentidos em textos jornalísticos.

2.3.1 Adjetivação

O adjetivo tem merecido especial atenção nos estudos da linguagem por seu alto valor retórico na construção da trama argumentativa, dadas suas propriedades de elemento intensificador do significado de uma palavra e de índice revelador da subjetividade do enunciador.

Do ponto de vista histórico, a gramática latina não distinguia adjetivos de substantivos, denominando-os comumente de *nomen*, com as especificações *nomen substantivum* e *nomen adiectivum*, em razão da frequente passagem de uma classe para outra, fenômeno conhecido por *intercâmbio taxeonômico* (Cf. CASTILHO, 2010; ALMEIDA, 1999). Com efeito, estando um adjetivo em sua função qualificadora de um substantivo, subtraindo-se este último do enunciado, continuará facilmente subentendido; assim é que se diz “os corruptos”, “um estudioso”, “aquele indesejável” etc. Tais adjetivos, acompanhados de um artigo ou de um pronome, assumem o caráter do substantivo, por exercerem a função própria de substantivo.

Por outro lado, também o substantivo pode passar para a classe dos adjetivos, quando se relaciona com outro substantivo, modificando-o e, portanto, exercendo a função de adjetivo, em expressões como “comício *monstro*”, “filho *homem*”, “menino *prodígio*” etc. Por exercerem a função própria do adjetivo, são chamados de substantivos adjetivados.

A partir do século XVIII, as gramáticas românicas passaram a tratar dos adjetivos separadamente dos substantivos, tendo em vista, segundo Castilho (2010, p. 511-512): a) as diferenças morfológicas e b) diferenças sintáticas, existentes entre adjetivo e substantivo.

A) Diferenças morfológicas

Embora compartilhem propriedades morfológicas de gênero e número, adjetivo e substantivo afastam-se nos seguintes pontos:

- a) o adjetivo aceita flexão de grau, expressa por sufixos (como *branquíssimo*), por terminações que são vestígios do latim (maior, menor, melhor, pior), ou por especificadores e complementadores: [*mais Adj do que X*], [*tão Adj como X*], [*o mais Adj dos X*]. O sufixo *-íssimo* é repellido pelo substantivo: não ocorre *mesíssima*. Quando aplicado a um substantivo, esse sufixo implicará sua recategorização¹¹, como se vê em “*o governador é candidatíssimo à presidência da República*”;
- b) adjetivos podem ser criados por derivação de modo, pelo sufixo *-vel*: *amável*, *provável*, mas não *mesável*, salvo quando se quer transformá-los em adjetivo, como em *reitorável*, por exemplo;
- c) o adjetivo aceita a derivação por *-mente*, transformando-se em advérbio, como em *facilmente*, porém isso não ocorre com substantivos: *mesamente*, por exemplo, é agramatical;
- d) o adjetivo admite a derivação de quantificação, expressa por *-oso*, *-al*: *estudioso*, *sensacional*, por exemplo, o que não ocorre com os substantivos: *mesosa*, *mesal*.

B) Diferenças sintáticas

Dentre os critérios apresentados para distinguir adjetivos de substantivos, estão a função atributiva exercida por expressões constituintes de um sintagma nominal, como em *um livro caro*; a função predicativa de expressões constituintes de um sintagma verbal, como em *o livro é caro*; o fato de tais expressões poderem ser modificadas pelo intensificador *muito*, a exemplo de *um livro muito caro*; poderem assumir formas comparativas e superlativas, como em *um livro mais caro que um caderno*, *livro caríssimo*.

¹¹ Embora o substantivo não admita flexão de grau, em algumas situações, para dar ênfase, agrega-se a um substantivo o sufixo *-íssimo*, mas isso acarreta, conseqüentemente, sua recategorização, passando para a classe dos adjetivos. Castilho (2010, p. 512) explica que os substantivos admitem “sufixos derivacionais que indicam o tamanho, como em *mesona*, *mesinha*, mas tamanho não é grau”.

Por ser um dos mais expressivos mecanismos de persuasão, o adjetivo, ao longo da história, tem sido objeto de estudo de vários autores no mundo todo. No Brasil, encontramos várias propostas de nomenclaturas do adjetivo, resultando em grandes contribuições para os estudos da linguagem.

Bechara diz que o

[...] adjetivo é a classe de lexema que se caracteriza por constituir a *delimitação*, isto é, por caracterizar as possibilidades designativas do substantivo, orientando delimitativamente a referência a uma *parte* ou a um *aspecto* do denotado. (BECHARA, 2006, p. 142 – destaques do autor)

Almeida nos ensina:

A esta classe pertencem todas as palavras que se referem ao substantivo para inçar-lhe uma qualidade, ou seja, **adjetivo é toda a palavra que modifica a compreensão do substantivo**, afetando, quanto à idéia, a substância da coisa: homem *inteligente*, laranjeira *alta*, rapaz *estudioso*, homem *magnânimo*. (ALMEIDA, 1999, p. 137 – destaques do autor)

Nessas definições, ressaltando a propriedade do adjetivo de modificar a compreensão do substantivo, vislumbramos sua importância para a construção dos sentidos e, conseqüentemente, para a trama argumentativa do discurso.

Para nossa dissertação, escolhemos a classificação de Castilho (2010), por considerá-la alinhada ao nosso propósito de investigar os efeitos argumentativos dos adjetivos associados aos núcleos das expressões nominais no processo de referenciação.

Castilho (2010) mostra que os efeitos de sentido provocados pelo uso dos adjetivos começam pela sua colocação na frase. Assim, a anteposição do adjetivo em relação ao substantivo já é um índice da subjetividade do enunciador, tanto na língua falada quanto na escrita, assegurando uma caracterização mais subjetiva por parte do enunciador, como se vê em *Londrina é uma grande cidade*, cujo efeito de sentido difere da paráfrase *Para mim, Londrina é uma cidade grande*. Antepostos, os adjetivos favorecem uma predicação mais subjetiva do substantivo, dando realce aos seus valores afetivos, embora existam casos, adverte o linguista, em que a anteposição ou a posposição afetam o processo semântico desencadeado pelo adjetivo, transpondo-o de predicativo em *mulher atual* (= mulher moderna, atualizada) para adjetivo dêitico em *atual mulher* (= esposa de hoje, em contraste com ex-mulher).

Considerando as propriedades semânticas dos adjetivos, Castilho (2010) os classifica em:

A) Adjetivos predicativos

A1) Modalizadores

Predicam o sentido do substantivo de maneira subjetiva, pois revelam a avaliação pessoal do enunciador sobre o conteúdo desse substantivo. Subdividem-se em:

- a) epistêmicos (asseverativos e quase asseverativos)
- b) deônticos
- c) discursivos

A2) Qualificadores

Interferem nas propriedades intensionais do adjetivo que predicam, agregando-lhes traços:

- a) polares
- b) dimensionadores
- c) graduadores
- d) aspectualizadores
- e) aproximadores

A3) Quantificadores

Modificam a extensão dos substantivos, adicionando ou subtraindo indivíduos e/ou traços semânticos de um conjunto. Suas subclasses são as seguintes:

- a) aspectualizadores iterativos
- b) delimitadores:
 - b1) específicos
 - b2) genéricos
 - b3) de domínio

B) Adjetivos não predicativos

B1) De verificação

- a) classificadores

- b) pátrios
- c) gentílicos
- d) de cor
 - d1) simples
 - d2) compostos
 - d3) substantivos regramaticalizados como adjetivos

C) Adjetivos dêiticos

C1) Locativos

C2) Temporais

A seguir, destacamos apenas os adjetivos predicativos, por expressarem maior grau de subjetividade:

Quadro 2 – Adjetivos predicativos modalizadores

| | |
|---|---|
| <p>Epistêmicos Veiculam uma <i>avaliação</i> de (1) certeza (asseverativos) e de (2) incerteza (quase asseverativos) sobre o referente do substantivo.</p> | <p>(1) A causa <i>real</i> da crise política são as elites. (CASTILHO, 2010, p. 524) (2) A causa <i>provável/possível/plausível</i> da crise política são as elites. (CASTILHO, 2010, p. 524)</p> |
| <p>Deônticos Denotam que o enunciador considera o referente do substantivo como algo <i>necessário</i>.</p> | <p>Temos uma decisão <i>obrigatória</i> a tomar no caso da crise política. (CASTILHO, 2010, p. 525)</p> |
| <p>Discursivos Predicam o substantivo do enunciado e também um dos participantes do discurso. São, pois <i>biargumentais</i>.</p> | <p>O país passa por uma crise <i>lamentável</i>. parafraaseável por Acho lamentável a crise que o país enfrenta.</p> |

Fonte: O autor. Elaborado com base em CASTILHO, 2010.

Quadro 3 – Adjetivos predicativos qualificadores

| | |
|--|--|
| <p>Polares Ordenam-se em pares antonímicos.</p> | <p>Ponta Grossa é uma <i>pequena</i> cidade <i>grande</i> – com seus aproximados 460 mil habitantes, tem hábitos provincianos.</p> |
| <p>Dimensionadores Atribuem traços de dimensão horizontal (largo, longo, comprido) e vertical (alto, baixo, curto, fundo, raso).</p> | <p>A casa da fazenda era iluminada por <i>largas</i> janelas que davam para as montanhas.</p> |
| <p>Graduadores Subdividem-se em graduadores intensificadores (graduam para mais as propriedades do substantivo) e graduadores atenuadores (graduam para menos).</p> | <p>Os cassinos de Las Vegas têm um movimento <i>incrível</i> de turistas brasileiros. Houve uma <i>modesta</i> recuperação da economia neste trimestre.</p> |
| <p>Aspectualizadores Atribuem aos substantivos deverbais traços de (1) imperfectividade ou de (2) perfectividade.</p> | <p>(1) A Bolsa de Valores sofreu uma queda <i>lenta</i> na última semana. (CASTILHO, 2010, p. 527) (2) O advogado demonstrou um interesse <i>momentâneo</i> pela causa dos fazendeiros.</p> |
| <p>Delimitadores aproximadores Encerram simultaneamente uma face qualitativa e uma face quantitativa, repassando ao substantivo suas qualidades intensionais, tornando a interpretação semântica imprecisa, aproximada.</p> | <p>Envelhecer é uma fatalidade <i>biológica</i>. (CASTILHO, 2010, p. 530). Depois de um <i>teórico</i> período de experiência junto à firma do pai, o Toninho foi nomeado vice-presidente da empresa. [R. Ilari] (CASTILHO, 2010, p. 530)</p> |

Fonte: O autor. Elaborado com base em CASTILHO, 2010.

No caso dos adjetivos delimitadores, o autor esclarece que o termo *delimitador* foi usado por ele em correspondência ao inglês *hedge* (*cerca; barreira*, em português), proposto pelo linguista americano George Lakoff, que atribuiu à palavra a função de delimitar a interpretação, deixando-a imprecisa, aproximada. De fato, como interpretar literalmente uma expressão como *fatalidade biológica*?

Intuitivamente, os traços intensionais de *fatalidade* foram mantidos. Entretanto, o teor de verdade do referente desse substantivo ficou delimitado pelos traços de *biológica*, que classificou *fatalidade* dentro das perspectivas abertas por um setor do conhecimento científico. (CASTILHO, 2010, p. 528-529)

Já na expressão *teórico período de experiência*, o delimitador *teórico* camufla (com ironia, ou eufemismo, a depender do contexto da enunciação) uma situação de protecionismo disfarçado, uma vez que se reporta a uma pessoa que trabalha na empresa do próprio pai.

Tais adjetivos afetam a extensão dos substantivos que referem de uma maneira bastante *sui generis*, requerendo do interlocutor, por vezes, “manobras mentais” para entender o sentido global do enunciado em que eles operam.

Quadro 4 – Adjetivos predicativos quantificadores

| | | |
|---|--------------------|--|
| Aspectualizadores iterativos Estes adjetivos pluralizam o estado de coisas descrito pelos substantivos deverbais. | | Aqui a saída <i>normal/habitual/semanal</i> é nas quintas-feiras.(CASTILHO, 2010, p. 529) |
| Delimitadores Fornecem instruções sobre como entender o referente do substantivo. Podem ser: | Específicos | Nos dias que correm, é necessário dar atenção <i>particular/específica</i> ao problema econômico. (CASTILHO, 2010, p. 530) |
| | Genéricos | Há uma <i>relativa</i> esperança de que as coisas melhorem. (CASTILHO, 2010, p. 530) |
| | de Domínio | Uma questão <i>econômica</i> dificulta a demarcação das terras dos índios (= interprete o sentido de <i>questão</i> do ponto de vista da Economia). (CASTILHO, 2010, p. 530) |

Fonte: O autor. Elaborado com base em CASTILHO, 2010.

Analisando os adjetivos da perspectiva de suas funções argumentativas, precisamos considerá-los dentro de uma escala que vai do mais objetivo ao mais subjetivo. “O eixo de objetividade-subjetividade é contínuo e o polarizamos apenas para que fiquem evidentes os graus da escala. Há toda uma variação nesse eixo, mesmo dentro da vertente de objetividade, que comporta, ela própria, vários graus” (MOSCA, 1987, p. 338). Assim, na terminologia proposta por Castilho (2010), os adjetivos modalizadores expressam maior afetividade na medida em que revelam com mais evidência o envolvimento do enunciador em relação ao substantivo predicado, ou porque resultam de escolhas lexicais refletidas, feitas especialmente para persuadir o interlocutor/leitor de alguma tese proposta.

Já nos adjetivos qualificadores e quantificadores, há um grau menor de afetividade, posto que, de início, interferem nas propriedades intensionais e extensionais dos substantivos, respectivamente, embora possam revelar alguma afetividade do enunciador. Isso não impede

que se vislumbre um grau de afetividade em adjetivos qualificadores e quantificadores, por exemplo, como ocorre nos excertos abaixo:

(18)

Léo e Lula são *bons* amigos. Mais do que por amizade, eles se uniram por interesses comuns. Léo era operador da empreiteira OAS em Brasília. Lula era presidente do Brasil e operado pela OAS. Na linguagem dos arranjos de poder baseados na troca de favores, operar significa, em bom português, comprar. Agora operador e operado enfrentam circunstâncias amargas. O operador esteve até pouco tempo atrás preso em uma penitenciária em Curitiba. Em prisão domiciliar, continua enterrado até o pescoço em suspeitas de crimes que podem levá-lo a cumprir pena de dezenas de anos de reclusão. O operado está assustado, mas em liberdade. (Veja, ed. 2436, de 29/7/2015)

(19)

Inúmeros brasileiros vivem uma ficção, a supor que se trate da própria realidade. Eles acreditam que, derrubado o governo Dilma Rousseff, o destino voltará a sorrir. E que a corrupção é o mal maior, de *exclusiva* marca petista. (Carta Capital, ed. 861, de 5/8/2015)

Em (18), é evidente o tom de ironia no adjetivo qualificador *bons*, utilizado para sugerir ao leitor que se existe uma relação estreita entre Léo Pinheiro, (acusado em um processo que apura irregularidades na Petrobras – e que ele é culpado), é provável que o ex-presidente também esteja envolvido na mesma irregularidade. Por sua vez, o adjetivo *exclusiva*, um quantificador delimitador, em (19), também denota a subjetividade do enunciador, porque direciona o leitor para a inferência de que a corrupção pode ser praticada por qualquer partido político que esteja no poder.

Teoricamente, os adjetivos subjetivos não se aplicam a textos que se pretendem imparciais e objetivos, a exemplo de certos gêneros textuais jornalísticos, como é o caso da notícia e da reportagem. “Entretanto, em qualquer construção linguística, a objetividade, a neutralidade e a imparcialidade são impossíveis, pois a linguagem está sempre carregada dos pontos de vista, da ideologia, das crenças de quem produz o texto [...]” (FIORIN, 2015, p.83). Prova disso, é a grande incidência de cartas dos leitores com reclamações sobre parcialidade, manipulação, pregação ideológica, proselitismo e coisas do gênero em textos informativos dos jornais e revistas.

CAPÍTULO 3

DISCURSO DA IMPRENSA E IDEOLOGIA

Neste capítulo, fazemos um breve relato sobre gêneros jornalísticos, com destaque para a reportagem, por ser o nosso objeto de análise nesta dissertação. Refletimos sobre as questões de ideologia e a divulgação de notícias e elaboramos algumas considerações sobre objetividade e subjetividade no jornalismo.

Os discursos da esfera midiática, por atingirem um elevado número de pessoas, geralmente são utilizados pela retórica da manipulação das ideias, a serviço de ideologias. Por constituírem um fértil material no campo da argumentação, já que estabelecem um elo muito particular com seus leitores, os textos jornalísticos têm sido objeto de diversificadas abordagens na análise dos fenômenos da linguagem. Não obstante o grande alcance dessas pesquisas, há certas considerações sobre esses textos que incitam sempre reflexões importantes. Defendemos a existência de uma relação estreita entre a divulgação de um acontecimento e a intenção de, por meio dela, influenciar opiniões e desencadear determinadas ações.

Jornais e revistas dispõem de gêneros declaradamente opinativos, tais como o editorial e os artigos assinados, por exemplo, que comportam a apresentação de pontos de vista, na maioria das vezes, identificáveis. O texto noticioso, por seu turno, já o dissemos, apresenta-se como isento de opinião e subjetividade. Para Hernandez (2006, p. 34), essa classificação é uma tentativa de “fazer crer na idéia de que existe uma maneira de expor a notícia de maneira ‘neutra’. O fazer crer na neutralidade reforça – mas não se confunde com – o efeito de objetividade no jornalismo”. Ocorre que o princípio de não contaminação do texto informativo admite discussões, uma vez que “todo discurso é **construção retórica**, na medida em que procura conduzir seu destinatário na direção de determinada perspectiva do assunto, projetando-lhe o seu próprio ponto de vista, para o qual pretende obter adesão”, defende Mosca (2004, p. 23, destaque da autora), que também questiona a “tradicional divisão das modalidades dos gêneros jornalísticos em informativos, interpretativos e opinativos que, na realidade, serve apenas para despistar um leitor desavisado” (2004, p. 26).

Assim sendo, a função do texto noticioso não se limita a apenas transmitir informações, de maneira imparcial e objetiva. Sabemos que é impossível abordar um assunto de maneira absolutamente isenta, sem atribuir valores aos acontecimentos. Toda matéria jornalística é fruto de um processo de escolhas e de filtragens que, por si só, já caracteriza a não isenção.

Cabe aos jornais fazerem uma triagem dos acontecimentos, enfim, contar as grandes histórias que podem repercutir na vida dos leitores. Um jornalista,

portanto, é sempre um mediador. Ele reporta o que acontece no mundo para o seu público, ou, para ser mais preciso, transforma fragmentos de realidade em notícia. (HERNANDES, 2006, p. 23)

A decisão de um órgão de imprensa de reportar um fato, torná-lo público e selecionar um enfoque para relatá-lo, aponta para uma atribuição de valor a esse acontecimento. Para Charaudeau (2012, p. 38), “toda escolha se caracteriza por aquilo que retém ou despreza; a escolha põe em evidência certos fatos deixando outros à sombra”.

Outro aspecto importante a observar é a possibilidade de a notícia ser passiva de manipulação, não no sentido de se alterar um acontecimento, mas na maneira de ser apresentada. O produtor do texto jornalístico dispõe de meios para conduzir a percepção do leitor para este ou para aquele ponto de sua narração, conforme seus objetivos.

Utilizaremos, como exemplo de manipulação da percepção do leitor, a abordagem de um mesmo acontecimento feita por dois jornais. Trata-se da manifestação de funcionários públicos do Paraná contra alterações em seu sistema previdenciário – propostas pelo governo do estado –, ocorrida no dia 29 de abril de 2015, em frente à Assembleia Legislativa do Estado, ocasião em que os manifestantes, em sua maioria professores, foram abordados pela polícia militar, com um saldo de 213 feridos. O episódio teve repercussão imediata, inclusive na imprensa internacional. No dia seguinte, o portal de notícias G1 referiu-se ao caso com a seguinte manchete: “Professores e polícia entram em confronto durante votação na Alep”, seguida do olho “Projeto que promove mudanças na Previdência foi aprovado nesta quarta. Professores estão em greve desde sábado (25) e milhares estão sem aula”. No texto da matéria, composto por 17 parágrafos, apenas os três primeiros referem-se à abordagem policial, de maneira muito superficial. Os demais tratam das alterações da previdência do estado que estavam sendo votadas, elegendo-as, pois, como o evento mais importante.

O jornal O Estado de S. Paulo, em seu portal de notícias, no mesmo dia do evento, estampou a seguinte manchete: “Confronto entre PM e professores no PR deixa cerca de 200 feridos”, seguida do olho “Grupo protestava contra ajuste previdenciário; 13 pessoas foram presas e 15 estão feridas em estado grave”. Também em 17 parágrafos, o relato dedica apenas um – o mais curto, com apenas duas linhas – para referir-se ao projeto que originou o protesto, e os demais para descrever a ação policial e suas consequências.

A partir de um mesmo acontecimento (ação policial contra os manifestantes diante da Assembleia Legislativa do Paraná), os dois jornais apresentaram realidades distintas. O G1 direcionou a atenção do leitor para as alterações na legislação previdenciária dos funcionários, que estava sendo votada pelos deputados, fornecendo justificativas e explicações detalhadas

sobre o projeto. O Estado de S. Paulo, ao enfatizar a ação dos policiais e as consequências decorrentes (213 feridos), direcionou a atenção do leitor para o confronto, descrito com detalhes e ilustrado com depoimentos das vítimas e de autoridades que criticaram o desempenho da polícia.

Os exemplos relatados demonstram como a realidade pode ser filtrada para atender aos interesses do enunciador. Os jornais citados não mascararam ou criaram os fatos narrados, mas apenas fizeram um recorte da realidade de acordo com suas ideologias.

Os jornais sempre reportam realidades filtradas, resultado de um processo com três fases: 1) “pinçagem” ou escolha do que é considerado “relevante”; 2) remontagem dos pontos que interessam para criar uma sensação de realidade e verdade; e 3) esquecimento ou negação do que é notado como inoportuno ou desimportante na situação retratada (ou de tudo o que poderia contradizer a tese resultante dos itens 1 e 2). Não existe nenhuma forma de falar de uma ocorrência qualquer de maneira “isenta”. E isso não é um “problema” dos jornais. A construção de uma determinada realidade, deve-se reforçar, dá-se a partir de uma visão de mundo, uma ideologia. (HERNANDES, 2006, p. 27)

Juntamente com a eleição de um tema relevante, existe outra seleção importante para persuadir o leitor: trata-se da escolha das palavras para relatar os fatos, descrever as situações e os personagens, fazer interpretações, parecer objetivo e imparcial nas análises. Charaudeau (2012, p. 38) defende que a maneira como o sujeito informador decide transpor em linguagem o fato selecionado, tendo em vista o efeito que escolheu produzir, põe “em jogo a inteligibilidade da informação transmitida, e como não há inteligibilidade em si, esta depende de escolhas discursivas efetuadas pelo sujeito informador. [...] A linguagem é cheia de armadilhas”, que, segundo acrescenta, estão na polissemia e na sinonímia, responsáveis pela produção de nuances de sentidos; no valor referencial da descrição de um estado do mundo; no valor enunciativo; no jogo do explícito e implícito, nem sempre perceptível por todos. As palavras expandem valores, pontos de vista, conceitos e pré-conceitos, medeiam nossas relações sociais.

Nessa linha de raciocínio, inferimos que um fato apresentado como notícia pode não ser somente um acontecimento apurado como verdadeiro e publicado com objetividade, mas serve para a exposição de uma ideologia. A intenção de formar opinião e de fazer aliados oculta-se nas estratégias discursivas dispersas pelo texto.

3.1 GÊNEROS TEXTUAIS JORNALÍSTICOS

Uma abordagem histórica dos gêneros textuais demonstra que a preocupação em classificar os textos de acordo com suas especificidades e diferenças tem origem na Antiguidade clássica, “especialmente ligada aos gêneros literários, cuja análise se inicia com Platão para se firmar com Aristóteles, passando por Horácio e Quintiliano, pela Idade Média, o Renascimento e a Modernidade, até os primórdios do século XX” (MARCUSCHI, 2008, p. 147), quando o surgimento de novos parâmetros de análise requeridos pela prosa comunicativa inspiraram os estudos de Mikhail Bakhtin, abrindo novas perspectivas para o estudo dos gêneros. Dedicando-se aos estudos da linguagem e da literatura, o teórico russo ampliou o sentido da palavra *gênero* ao utilizá-la para referir-se também às diversas modalidades de texto com os quais nos comunicamos diariamente, desde as interações linguísticas mais corriqueiras às mais formais.

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua. A utilização efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. [...] Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 1997, p. 280, destaques do autor)

Para contornar a conseqüente dificuldade de definir o caráter genérico do enunciado diante de uma infinidade de gêneros do discurso, Bakhtin os divide em dois grandes grupos: os *primários*, que englobam os textos produzidos em situações cotidianas, como o diálogo, a conversa espontânea, o bilhete, o recado, a lista de compras etc; e os *secundários*, produzidos nas situações formais de comunicação, que exigem uma ação discursiva específica, tais como proferir uma palestra, participar de um debate, ministrar uma aula, fazer um requerimento, redigir uma ata, entre outros.

Antes de prosseguirmos, cabe distinguir dois conceitos – o de gênero textual e o de tipo textual. *Os gêneros textuais* são textos materializados nas diversas situações comunicativas, sujeitos a regularidades institucionais e técnicas, e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos, determinados por seus objetivos enunciativos e com estilos consonantes com o contexto histórico e social (Cf. MARCUSCHI, 2008, p. 155).

Os tipos textuais são sequências linguísticas definidas pelas características de sua composição. “O conjunto de categorias para designar tipos textuais é limitado e sem tendências a aumentar” (MARCUSCHI, 2008, p. 155). São eles: narração, argumentação, exposição, descrição e injunção.

Segundo Bakhtin (1997, p. 302-303), a produção de textos, orais e escritos, obedece a um conjunto de características relativamente estáveis de estruturação. Tais características tanto nos orientam para a produção de nossos próprios enunciados (isto é, aprendemos a moldar nossos textos às formas do gênero), quanto nos permitem identificar e interpretar os enunciados que se nos apresentam. Em outras palavras, a produção e a interpretação do enunciado são possíveis somente quando sabemos a qual gênero relacioná-lo. Na esfera jornalística, é o domínio dessa habilidade que possibilita ao leitor distinguir um editorial de um artigo, uma notícia de um informe publicitário, por exemplo, em meio à diversidade de textos midiáticos.

Atualmente, em decorrência das constantes evoluções dos novos suportes de comunicação, as informações precisam chegar muito rapidamente ao público. Nesse contexto, os gêneros jornalísticos tornam-se efêmeros e, conseqüentemente, sujeitos à “hibridação ou mescla de gêneros em que um gênero assume a função de outro”, fenômeno que Marcuschi (2008, p. 165) denomina de “intergenericidade”, e que não deve ser confundida com a heterogeneidade tipológica do gênero – a realização de sequências de vários tipos textuais (narração, descrição, argumentação, entre outras) dentro de um determinado gênero, como acontece em uma dissertação escolar, por exemplo.

Da mesma maneira que a publicidade recorre à “subversão da ordem instituída para chamar a atenção sobre um produto”, a imprensa, muitas vezes, utiliza-se da intergenericidade para atrair o leitor pelo efeito de estranhamento, mas a estratégia vai além e acaba por facilitar a interpretação do texto (Cf. MARCUSCHI, 2008, p. 167-168).

Percebemos, com isso, a atualidade da teoria formulada por Bakhtin, prevendo uma diversidade de novos gêneros, determinados pela situacionalidade, criados para atender às demandas da interação verbal do homem contemporâneo. Concordamos com Pinheiro (2002, p. 267), quando afirma que a concepção bakhtiniana é a mais adequada para subsidiar análises de textos midiáticos, “pois a flexibilidade de sua teoria permite a adequação e a transposição de seus fundamentos sobre a organização genérica às obras deste tempo, especialmente, aos textos midiáticos contemporâneos” que, para atingir determinados objetivos, podem manifestar-se hibridizados, a exemplo da Carta ao Leitor, editorial da revista *Veja*, apresentado em forma de poema, criticando a atuação da presidente Dilma Rousseff:

(20)

Se a senhora for capaz de mudar de ideia quando
 todo mundo ao seu redor é cabeça-dura e a culpa.
 Se mantiver a autoconfiança mesmo errando,
 mas der a devida atenção também a quem discorda.
 Se responder com fatos a quem, para a senhora, mente
 e, sentindo-se odiada, evitar a reação exagerada,
 e, mesmo assim, não se mostrar acima do bem e do mal.

[...]

Se usar a passagem implacável do tempo de modo
 que consiga fazer o Brasil voltar à normalidade e progredir,
 da senhora de novo será o poder que recebeu da urna,
 mas que, por ideologia e maus conselheiros, teve de dividir,
 e – ainda melhor – na história não deixará lacuna. (Veja, ed. 2434, de
 15/7/2015)

Embora estruturado em estrofes, características de um poema, o texto não deixa de ser reconhecido e interpretado pelo leitor como um editorial, não pelas regularidades desse gênero, que nesse caso não existem, mas por outras especificidades, com as quais o leitor já está familiarizado, tais como: o título *Carta ao Leitor*; por referir-se a fatos que estão repercutindo no momento (a situação de crise na política e na economia do país atribuída ao temperamento da presidente Dilma); a localização na revista, logo nas páginas iniciais; e por suas funções (manifestar o ponto de vista do veículo jornalístico).

O fato de que os gêneros são flexíveis, mutáveis e sujeitos à criatividade dos autores não pode deixar de ser considerado em análises de textos midiáticos, porque tais hibridizações não acontecem de maneira gratuita, mas, ao contrário, servem a propósitos que vão muito além dos efeitos de estranhamento, como dissemos anteriormente. Aliás, causar estranhamento já é uma das estratégias do enunciador para chamar a atenção do leitor e trazê-lo para o texto.

Outro fator importante a ser levantado neste ponto de nossa pesquisa é que o reconhecimento de um gênero cria expectativas no leitor: ao deparar-se com um editorial, por exemplo, espera-se ler a opinião do editor sobre determinado assunto, porque se sabe estar diante de um gênero opinativo, mas não se cogita encontrar opiniões em textos noticiosos, pelo simples conhecimento de que tais gêneros não se destinam a conter juízos de valor. É perante essa condição que um veículo jornalístico pode, em determinadas circunstâncias, usar um texto noticioso para disseminar concepções como se fossem verdades.

Nessa perspectiva, considerando que os gêneros jornalísticos tanto incorporam e refletem as transformações ocorridas na sociedade como também veiculam ideias capazes de transformá-la e, ainda, que se mesclam para atingir determinados fins, resultando em uma

mistura nem sempre perceptível, é relevante para este estudo mencioná-los, com o objetivo de comparar suas especificidades.

A primeira ordenação dos textos jornalísticos por gêneros deve-se ao inglês Samuel Buckley, diretor de *The Daily Courant*, que, no início do século XVIII, separou *notícias* e *comentários*, por acreditar que as informações não deveriam conter opiniões de quem as relata (PENA, 2012, p. 66), instituindo, assim, o valor da pretensa objetividade no jornalismo, um conceito até hoje debatido pela literatura especializada. A maioria dos autores da área, entretanto, tem atribuído ao pesquisador francês Jacques Kayser (1900-1963) o primeiro trabalho sobre gêneros jornalísticos a obter repercussão internacional.

A classificação dos gêneros jornalísticos não é universal, está sujeita à cultura do país e mesmo a particularidades regionais; também não é estanque, pois alguns gêneros podem assumir duas ou mais funções e, conseqüentemente, ser enquadrados em duas ou mais classificações. De acordo com Costa (2010), no Brasil, as pesquisas acadêmicas sobre o tema vêm desde a década de 1960, com as obras de Luiz Beltrão que, embora sem conceituar ou referir-se ao termo *gênero jornalístico*, considera três categorias de jornalismo: a *informativa* (notícia, reportagem, história de interesse humano e informação pela imagem); a *interpretativa* (reportagem em profundidade); e a *opinativa* (editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada e opinião do leitor).

Os critérios de classificação baseados no paradigma opinião/informação são questionados até mesmo entre os pesquisadores que os adotam, como Barros Filho (2008), Melo (2010) Pena (2012), entre outros, pois a separação entre informar e opinar é, em alguns casos, muito sutil. Para esses críticos, a classificação é justificável por suas funções didáticas e práticas. Entre as primeiras estão a recomendação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de incluir os gêneros de imprensa nas atividades de prática de leitura e produção textual, na educação básica; e a sistematização do ensino de jornalismo, nos cursos superiores de comunicação. Entre as segundas, a normatização do trabalho nas redações.

A preocupação de dividir os gêneros entre informativos e opinativos é recente, tanto na prática do jornalismo como nos estudos acadêmicos. De acordo com Pena (2012, p. 41), até o início do século XX, os jornais eram “essencialmente opinativos” e a maneira de apresentar a informação era diferente desta que hoje conhecemos. Segundo o autor, os jornais não se preocupavam em esconder as opiniões de seus donos sobre quaisquer temas e, antes de abordar o assunto principal, os textos empreendiam “longas digressões” para relacionar o tema da matéria à linha editorial do jornal, de maneira que “as narrativas eram mais retóricas do que informativas”. Aliás, Pena (2012, p. 66) posiciona-se como um crítico da questão dos

gêneros por considerar as classificações propostas pelos estudiosos como meras ordenações destinadas a “fornecer um mapa para a análise de estratégias do discurso, tipologias, funções, utilidades e outras categorias”, com “múltiplas variações” que tornam “a tarefa muito mais complexa do que parece, com fronteiras tênues e conceituações diversificadas”.

Atualmente, uma das mais referenciadas classificações de gêneros jornalísticos é proposta por José Marques de Melo que, ao longo de sua carreira de docente e de pesquisador, tem empreendido relevantes estudos sobre o tema, constantemente revisados e atualizados em função das transformações do jornalismo contemporâneo. Melo (2010, p. 27-28) identifica “cinco gêneros consagrados pela cultura jornalística brasileira – informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário”. Essa classificação ainda não foi publicada, mas está registrada em anotações de aulas ministradas pelo autor e é apresentada por Costa (2010):

Quadro 5 – Gêneros informativos

| | |
|------------|--|
| Nota | Relato de acontecimento que está em processo de configuração. Nem todos os elementos da notícia (AÇÃO – AGENTE – TEMPO – LUGAR – MODO – MOTIVO) são conhecidos. Trata-se de um “furo”: antecipação de um fato que pode gerar notícia. Nutre-se dos boletins informativos difundidos pelas fontes. É mais frequente no rádio, na televisão e na internet. |
| Notícia | Relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. Contém necessariamente respostas às perguntas de Quintiliano (QUE + QUEM + QUANDO + COMO + ONDE + POR QUE), transformadas em fórmula jornalística (3Q + CO + PQ). Narrado em “pirâmide invertida”, compõe-se de duas partes: “cabeça” (lead) e “corpo” (body). Privilegia o “clímax” (sensação) evitando a cronologia” (nariz de cera). ¹² |
| Reportagem | Relato ampliado de acontecimento que produziu impacto no organismo social (desdobramentos, antecedentes ou ingredientes noticiosos). Trata-se do aprofundamento dos fatos de maior interesse público que exigem descrições do repórter sobre o “modo”, o “lugar” e “tempo”, além da captação das “versões” dos “agentes”. De autoria originalmente individual, esse formato [gênero] converteu-se em trabalho de equipe. |
| Entrevista | Relato que privilegia a versão de um ou mais protagonistas dos acontecimentos. Não se confunde com a técnica de “apuração” dos fatos. Configura uma espécie de relato da alteridade, dando “voz” aos “agentes” da cena jornalística. O |

¹² PIRÂMIDE INVERTIDA – “Técnica de redação jornalística pela qual as informações mais importantes são dadas no início do texto e as demais, em hierarquização decrescente, vêm em seguida, de modo que as mais dispensáveis fiquem no final”. (Manual de Redação da Folha de S. Paulo, 2013, p. 94-95)

CABEÇA (LEAD) – “Geralmente, como abertura de texto, apresenta sucintamente o assunto ou destaca o fato essencial ou ainda o clímax da notícia. Resume-se numa linha ou parágrafo introdutória(o) que apresenta os principais tópicos da matéria desenvolvida num texto jornalístico, abrindo-o”. (COSTA, 2014, p. 158-159)

CORPO (BODY) – É “o desenvolvimento da história, narrativa ou texto”. (BAHIA, 2009, p. 64)

CLÍMAX – Corresponde ao primeiro parágrafo, “ao principal do que contém a notícia com toda sua carga de interesse, impacto”. (BAHIA, 2009, p. 64)

NARIZ DE CERA – “Preâmbulo longo e vago que introduzia uma notícia jornalística e constituía uma espécie de lide atual. Era uma forma tradicional, muitas vezes, desnecessária de introduzir o texto jornalístico”. (COSTA, 2010, p.172).

| | |
|--|--|
| | repórter assume a função de “mediador”, assumindo empaticamente o papel de “intérprete” do receptor. |
|--|--|

Fonte: COSTA, 2010, p. 55

A separação entre textos informativos e opinativos, como vimos acima, é recente na história do jornalismo e decorre, em grande parte, da consolidação dos regimes democráticos que possibilitaram o surgimento de uma sociedade mais exigente em relação às informações divulgadas pela mídia e, conseqüentemente, requerendo dos jornalistas uma postura mais profissional e isenta (embora não exista isenção, como discutiremos adiante). Nesse contexto, emerge um jornalismo moderno, “um passo à frente do velho jornalismo engajado do início do século XX” (MOTTA, 2002, p. 15), apresentando-se comprometido com a verdade (contudo a verdade seja sempre o fruto de um recorte ideológico).

Quadro 6 – Gêneros opinativos

| | |
|------------|--|
| Editorial | Expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento. Porta-voz da instituição jornalística. Espaço de contradições. Opinião das forças que mantêm a instituição jornalística (proprietários, jornalistas, acionistas, anunciantes, leitores). Sinaliza à opinião pública, pretendendo nela influir. Predominante nos jornais, perde intensidade nas revistas, figurando episodicamente no rádio e na televisão e ressurge na Internet. |
| Comentário | Oriundo do jornalismo norte-americano, no qual é cultivado por jornalistas de grande credibilidade, mais conhecidos como “opinion makers”. Explica as notícias, seu alcance, suas circunstâncias, suas conseqüências. Nem sempre emite uma opinião explícita. O julgamento dos fatos é percebido pelo raciocínio do comentarista, pelos rumos da sua argumentação. Sua característica inerente é a continuidade. Uma matéria que contém a apreciação de um fato articula-se necessariamente com as que a antecederam e com as que virão. |
| Artigo | Matéria jornalística através da qual jornalistas e cidadãos desenvolvem ideias e apresentam opiniões. Contém julgamentos mais ou menos provisórios, porque é escrito enquanto os fatos ainda estão se configurando. Democratiza a opinião no jornalismo, possibilitando o seu acesso às lideranças emergentes na sociedade. |
| Resenha | Apreciação das obras de arte ou dos produtos culturais, com a finalidade de orientar a ação dos fruidores e consumidores. Não tem a intenção de oferecer julgamento estético. Tem função eminentemente utilitária. Ao mesmo tempo em que sinaliza aos consumidores, dialoga com os produtores, oferecendo pistas para os autores, diretores, atores. Formato [gênero] que abrange toda mídia, da imprensa ao rádio e à televisão, expandindo-se também na Internet. |
| Coluna | Mosaico estruturado por unidades curtíssimas de informação e de opinião, caracterizando-se pela agilidade e pela abrangência. Cumpre uma função que foi peculiar ao jornalismo impresso antes do rádio e da televisão: o furo. Tem como espaço privilegiado os bastidores da notícia, descobrindo fatos que estão por acontecer, pinçando opiniões que ainda não se expressaram, ou exercendo |

| | |
|------------|--|
| | um trabalho sutil de orientação da opinião pública. Aparentemente tem caráter informativo, mas na prática é uma seção que emite juízos de valor, com sutileza ou de modo ostensivo. |
| Crônica | Formato genuinamente brasileiro, corresponde a um relato poético do real. Gira permanentemente em torno da atualidade, captando com argúcia e sensibilidade o dinamismo da notícia que permeia toda a produção jornalística. Conversa aparentemente fiada, em torno de questões secundárias, constitui um momento de pausa, que reflete a trégua necessária à vida social. Hegemônica na imprensa, encontra também espaço no rádio e começa a florescer na Internet. |
| Caricatura | Forma de ilustração que a imprensa absorve com sentido nitidamente opinativo. Sua origem semântica corresponde a ridicularizar, satirizar, criticar. Pode ser exercitada também sob a forma de texto humorístico. Os caricaturistas atuam como a consciência crítica da sociedade, revelando uma tendência nitidamente oposicionista. Predomina na imprensa, mas floresce também na televisão, expandindo-se na Internet. |
| Carta | Espaço facultado aos cidadãos para que expressem seus pontos de vista, suas reivindicações, sua emoção. Pretende romper a barreira que existe entre leitor e editor, produtor e consumidor. Território democrático, aberto a todos os cidadãos interessados em participar do debate público, sendo vedado o anonimato. |

Fonte: COSTA, 2010, p.64-65.

Se em seus primórdios o jornalismo era essencialmente opinativo, fruto de uma imprensa artesanal e elaborado por um pequeno número de articulistas, quando não por um único, com carga panfletária e sabidamente partidário, a modernidade demandou a organização dos jornais em grandes empresas, com a conseqüente ampliação do número de profissionais e a transformação dos textos de opinião diante de um público que passou a exigir avaliações mais críticas.

Com a modernização do jornalismo, a sua dimensão opinativa exige uma qualidade crítica tão consistente quanto a qualidade noticiosa. E este desempenho sensorial só funciona adequadamente quando a opinião se mostra preparada para orientar e formular critérios, completando-se com um noticiário ágil e dinâmico. (BAHIA, 2009, p.116)

Aparentemente separados, os gêneros opinativos estão vinculados aos informativos, pois “É a notícia que gera todos os outros tipos de abordagens jornalísticas [...] (editoriais, comentários, charges e segue a lista)” (HERNANDES, 2006, p. 24), com o importante diferencial de que são espaços legitimados da opinião, da subjetividade; apresentam-se ao público com a declarada intenção de fazer adeptos. O leitor sabe que em um texto opinativo, mesmo que ele esteja relacionado a um fato noticiado, encontrará um ponto de vista, com o qual poderá concordar, discordar, ou permanecer indiferente.

Quadro 7 – Gêneros interpretativos

| | |
|------------|--|
| Dossiê | Mosaico destinado a facilitar a compreensão dos fatos noticiosos. Condensação de dados sob a forma de “boxes”, ilustrados com gráficos, mapas ou tabelas. Trata-se de matéria destinada a complementar as narrativas principais de uma edição ou para celebrar efemérides. |
| Perfil | Relato biográfico sintético, identificando os “agentes” noticiosos. Focaliza os protagonistas mais frequentes da cena jornalística, incluindo figuras que adquirem notoriedade ocasional. |
| Enquete | Relato das narrativas ou pontos de vista de cidadãos aleatoriamente escolhidos. Tanto pode ser restrita aos “olimpianos” ¹³ quanto abrangente, incluindo os “cidadãos comuns”. Destina-se a acionar os mecanismos psicológicos de “projeção” ou “identificação”. |
| Cronologia | Reconstituição do acontecimento de acordo com variáveis temporais (secular, anual, semanal, horária). Destina-se a reconstruir o fluxo das ocorrências, permitindo sua melhor compreensão pelo receptor. Trata-se de ilustração que complementa cobertura de fatos extraordinários ou cuja dinâmica tem como alavanca o fator “tempo”. |

Fonte: COSTA, 2010, p. 68.

A interpretação no jornalismo é outro ponto que suscita debate. Alguns autores defendem que a seleção dos fatos potencialmente publicáveis – uma rotina nas redações – já pressupõe uma espécie de análise, como é o entendimento de Beltrão:

Torna-se [...] necessário uma escolha de notícias, o que vale dizer uma interpretação, um julgamento dos fatos por parte do jornalista, porque o homem não consegue acompanhar o ritmo acelerado do mecanismo da transmissão de notícias e o tempo que lhe sobra, hoje, para a leitura é mais ou menos o mesmo de antigamente. Desse modo, a interpretação, sobre ser característica do jornalismo, varia de intensidade para cada veículo. Se na televisão, por exemplo, o agente tem de ser conciso e superficial, no jornal precisa de desenvolver e pôr a trabalhar o seu senso crítico. (BELTRÃO, 2008, p. 80)

O autor justifica a interpretação como “condição imprescindível” de todas as funções básicas do trabalho jornalístico alegando que a “crescente complexidade da vida moderna” impede que o grande público tenha algum interesse pelos “fatos em si”. Em outras palavras, se as notícias não forem publicadas com alguma interpretação especializada, não se tornarão inteligíveis. Nessa perspectiva, interpretação e notícia formariam um contínuo – a informação pressupõe interpretação e todo texto interpretativo traz alguma informação.

O Manual de Redação da Folha de S. Paulo (2013, p. 30-31), ao admitir que “A análise da notícia situa-se num campo intermediário entre a crônica, a crítica ou o comentário

¹³ A expressão faz alusão aos deuses do Olimpo; aqui, é usada para referir-se às pessoas famosas.

(mais subjetivos) e a notícia propriamente dita (mais objetiva)”, recomenda cautela na construção desse gênero de texto com a advertência de que “É preciso evitar a tendência, muito comum, de transformar a análise da notícia em artigo ou comentário”.

Quadro 8 – Gêneros utilitários

| | |
|-----------|--|
| Indicador | Dados fundamentais para a tomada de decisões cotidianas (cenários econômicos, meteorologia, necrologia, etc.) |
| Cotação | Dados sobre a variação dos mercados: monetários, industriais, agrícolas, terciários. |
| Roteiro | Dados indispensáveis ao consumo de bens simbólicos. |
| Serviço | Informações destinadas a proteger os interesses dos usuários dos serviços públicos, bem como dos consumidores de produtos industriais ou de serviços privados. |

Fonte: COSTA, 2010, p. 72.

Com os gêneros utilitários, os periódicos cumprem uma função social ao oferecer para seus leitores uma série de opções, soluções para necessidades corriqueiras e um leque de informações úteis. Por outro lado, tais amenidades podem ser vistas como uma “simbiose entre jornalismo e publicidade” (COSTA, 2010, p. 69), se considerarmos que o veículo tem a possibilidade de ajustar estas informações aos interesses de seus anunciantes, pois tais gêneros tanto auxiliam o leitor-consumidor quanto estimulam o consumo de produtos e serviços.

Quadro 9 – Gêneros diversionais

| | |
|------------------------------|--|
| História de interesse humano | Narrativa que privilegia facetas particulares dos “agentes” noticiosos. Recorrendo a artifícios literários, emergem dimensões inusitadas de protagonistas anônimos ou traços que humanizam os “olimpianos”. Apesar da apropriação de recursos ficcionais, os relatos devem primar pela “verossimilhança” sob o risco de perder a “credibilidade”. Destina-se a preencher os espaços ociosos dos aficionados por relatos jornalísticos. |
| História colorida | Relatos de natureza pictórica, privilegiando tons e matizes na reconstituição dos cenários noticiosos. Trata-se de uma leitura impressionista, que penetra no âmago dos acontecimentos, identificando detalhes enriquecedores, capazes de iluminar a ação dos agentes principais e secundários. Não obstante a presença do repórter no cenário noticioso, ele se comporta como um “observador distante”, enxergando detalhes não perceptíveis a olho nu. |

Fonte: COSTA, 2010, p. 75

A expressão *jornalismo diversional*, terminologia adotada nos trabalhos de Marques de Melo, nada tem a ver com a ideia de entretenimento, de diversão, ao contrário do que possa parecer, mas relaciona-se ao *New Journalism* americano – movimento surgido nos Estados Unidos, no início da década de 1960, formado por repórteres que escreviam matérias com

relativa liberdade para experimentações literárias. Segundo Costa (2010, p. 74), o movimento ficou conhecido no Brasil como jornalismo literário, dando ensejo à criação da Academia Brasileira de Jornalismo Literário, sociedade sem fins lucrativos que visa ao desenvolvimento de metodologias e técnicas de redação de narrativas não ficcionais.

Esse gênero tem sido tratado pelos estudiosos como um recurso narrativo que busca, pela descrição da realidade com formas literárias para despertar um prazer estético, criar um vínculo entre a instituição jornalística e seu público.

3.1.1 O gênero reportagem

O senso comum costuma não distinguir reportagem de notícia, tantas são as semelhanças existentes entre os dois gêneros. Na verdade, a fronteira é muito sutil, de tal modo a ser consensual, entre os pesquisadores, a construção do conceito de reportagem em comparação com a notícia. “No jornalismo, a grande notícia – e quase sempre a notícia mais importante – é a reportagem”, explica Bahia (2009, p. 61) para, em seguida, advertir que “Toda reportagem é notícia, mas nem toda notícia é reportagem”, apontando não para uma mudança de natureza do gênero, mas para uma evolução decorrente da profundidade com que os fatos são abordados. Segundo Lage,

Como estilo de texto (não como departamento das redações), a reportagem é difícil de definir. Compreende desde a simples complementação de uma notícia – uma expansão que situa o fato em suas relações mais óbvias com outros fatos antecedentes, consequentes ou correlatos – até o ensaio capaz de revelar, a partir da prática histórica, conteúdos de interesse permanente, como acontece com o relato da campanha de Canudos por Euclides da Cunha (em sua obra *Os Sertões*). (LAGE, 2012, p. 107)

Dessa conceituação podemos inferir que a reportagem amplia a narração dos acontecimentos divulgados, enriquecendo-a com detalhes, questionamentos, circunstâncias, análise de desdobramentos dos fatos e de suas consequências, enfim, procurando construir um panorama o mais completo possível da notícia. Entretanto, como afirmam Sodré e Ferrari (1986, p. 17), reportagem e notícia não se distinguem apenas pela extensão e abrangência; há diferenças, “sobretudo as relativas às peculiaridades de discurso e a modos de enunciação”.

Para esses autores, embora narração e descrição estejam presentes na construção dos dois gêneros, o discurso predominante da notícia é o descritivo, apenas divulga os acontecimentos e suas circunstâncias; é, em síntese, “um relato de ações *acabadas* no tempo”,

ou seja, na reportagem, o discurso predominante é a narração, que “reconstitui as ações e as presentifica, como se estivessem *ocorrendo*” (SODRE; FERRARI, 1986, p. 19 e 21, destaque dos autores). Outra diferença apontada por eles é a questão do tempo: a notícia precisa ser atual, enquanto a reportagem, embora não prescindida de atualidade, pode retomar casos que mantenham algum tipo de interesse ou importância histórica.

É exatamente o predomínio da narrativa e a possibilidade de abordagem de assuntos remotos no tempo que aproximam a reportagem da literatura ficcional, permitindo a aparição de movimentos como o *New Journalism* americano, citado acima, cujas influências são detectadas em muitas matérias. Não raro o texto da reportagem recorre à dramatização dos fatos, a exemplo da literatura de ficção, como forma de ilustrar uma situação e, assim, captar a atenção do leitor, inserindo-o na situação narrada. Muitas vezes, diante de algumas dessas dramatizações, tão bem elaboradas, somos tentados a questionar a veracidade dos relatos. Aliás, não basta à reportagem ser verdadeira; precisa *parecer* verdadeira. Para tanto, a dramatização deve ser bem dosada, de modo a não comprometer a verossimilhança, sem perder de vista o projeto do jornalismo, que é o relato da realidade (Cf. SODRÉ; FERRARI, 1986).

Outro aspecto importante a ser considerado diz respeito aos critérios de noticiabilidade, que irão determinar se um relato irá render uma notícia ou uma reportagem. É claro que a experiência profissional permite, no momento da pauta, vislumbrar este ou aquele formato, mas isso não descarta uma avaliação que irá definir a publicação, ou não, dos acontecimentos.

Não é difícil imaginar a rotina das redações, diariamente envoltas em uma profusão de ocorrências potencialmente publicáveis. É óbvio que nem todas podem ser divulgadas, após serem submetidas aos critérios de noticiabilidade, assim definidos pelo Manual da Redação da Folha de S. Paulo (2013, p. 44):

- 1) Ineditismo (a notícia inédita é mais importante do que a já publicada).
- 2) Improbabilidade (a notícia menos provável é mais importante do que a esperada).
- 3) Interesse (quanto mais pessoas possam ter sua vida afetada pela notícia, mais importante ela é).
- 4) Apelo (quanto maior a curiosidade que a notícia possa despertar, mais importante ela é).
- 5) Empatia (quanto mais pessoas puderem se identificar com o personagem e a situação da notícia, mais importante ela é).
- 6) Proximidade (quanto maior a proximidade geográfica entre o fato gerador da notícia e o leitor, mais importante ela é).

Quanto ao critério do ineditismo, lembramos que a reportagem, quando publica um caso de interesse permanente ou com valor histórico, conforme mencionamos acima, considera o surgimento de novos fatos relacionados ao evento principal ou mesmo a originalidade do enfoque. Pena (2012) ressalta que os critérios de seleção estão inseridos na rotina jornalística e são negociáveis entre os profissionais da redação, tornando-os, portanto, variáveis. A influência de alguns desses itens pode, eventualmente, estar condicionada aos interesses de uma classe ou grupo dominante, aos gostos de quem momentaneamente detém o poder, ou a “estratégias fundadas em avaliações prévias quanto a efeitos, consequências ou desdobramentos de um fato noticiado” (LAGE, 2012, p. 87).

No que tange à produção da reportagem, há uma variedade de tipos e modelos. No quadro abaixo, apresentamos duas propostas de classificação retiradas de nosso referencial teórico, para efeitos de comparação e que nortearão nossas análises.

Quadro 10 – Tipos ou modelos de reportagem

| LAGE | SODRÉ E FERRARI |
|--|---|
| <i>Investigativa</i> : parte de um fato para revelar outros mais ou menos ocultados e, através deles, o perfil de uma situação de interesse jornalístico. | <i>De fatos</i> : relato objetivo de acontecimentos, que obedece na redação à forma da pirâmide invertida. Como na notícia, os fatos são narrados em sucessão, por ordem de importância. |
| <i>Interpretativa</i> : o conjunto de fatos é observado da perspectiva metodológica de dada ciência (as interpretações mais frequentes são sociológicas e econômicas). | <i>De ação</i> : relato mais ou menos movimentado, que começa sempre pelo fato mais atraente, para ir descendo aos poucos na exposição dos detalhes. O importante é o desenrolar dos acontecimentos de maneira enunciante, próxima ao leitor, que fica envolvido com a visualização das cenas, como num filme. |
| <i>Novo jornalismo</i> : aplica técnicas literárias na construção de situações e episódios narrados. | <i>Documental</i> : relato documentado, que apresenta os elementos de maneira objetiva, acompanhados de citações que complementam e esclarecem o assunto tratado. É expositiva e aproxima-se da pesquisa. Às vezes, tem caráter denunciante. Mas, na maioria dos casos, apoiada em dados que lhe conferem fundamentação, adquire cunho pedagógico e se pronuncia a respeito do tema em questão. |

Fontes: LAGE, 2012, p. 108. SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 45, 52, 64.

Quanto à estrutura composicional, além do corpo ou desenvolvimento da história, a exemplo da notícia, a reportagem pode conter: a) título; b) subtítulo; c) olho; d) *lead*.

a) Título

O título sintetiza o fato reportado e é responsável por “vender” a notícia; destina-se basicamente a chamar a atenção do leitor, atraindo-o para o texto. Portanto, deve ser conciso, porém criativo, original. Costa (2014, p. 219) afirma que pelo título o leitor decide se irá ler ou não o texto integral, “já que é um elemento composicional do gênero”. Nesta mesma direção, Bahia defende que

O título faz parte da técnica de redação, mas é cada vez mais uma arte. Ele é inconfessadamente a primeira linha, a primeira oração ou a primeira frase de uma notícia, de uma reportagem, de uma análise ou de um editorial. Mas, por razões visuais, o título tem uma estrutura própria, independente do texto. Para uns, o título está tão intimamente ligado à notícia que sem ele [a notícia] perde o sentido. Para outros, ele deve dizer tanto que possa dispensar o resto. “O título é a notícia”, dizem. Mas, não é bem assim. Leitores apressados ou exclusivos consumidores de títulos não pensam dessa forma. E se é verdade que um título vende uma notícia, um jornal ou um livro, isso é bastante para torná-lo inseparável do texto. (BAHIA, 2009, p. 57)

A apresentação dos títulos é suscetível de variações, pois está sujeita a critérios de padronização estabelecidos pelos veículos, tais como número de palavras, tamanho dos caracteres etc. O Manual da Redação da Folha de S. Paulo (2013, p. 102) recomenda que na confecção de títulos sejam observados os seguintes critérios:

- 1) não use ponto, dois pontos, ponto de interrogação, exclamação, reticências, travessão ou parênteses, exceto em casos autorizados pela Secretaria de Redação;
- 2) evite ponto e vírgula;
- 3) jamais divida sílabas em duas linhas e evite fazer o mesmo com nomes próprios de mais de uma palavra;
- 4) tente preencher todo o espaço destinado ao título no diagrama;
- 5) evite a reprodução literal das palavras iniciais do texto;
- 6) evite verbo no condicional; quando não puder assumir uma informação, atribua-a à fonte.

Nos textos noticiosos, o título deve:

- 1) conter verbo, de preferência na voz ativa;
- 2) estar no tempo presente, exceto quando o texto se referir a fatos distantes no futuro ou no passado;
- 3) empregar siglas com comedimento. Para editoriais e textos opinativos, podem-se usar frases nominais em títulos: *Rombo na Previdência*.

Observamos que algumas dessas orientações são prescritivas, outras assumem o caráter de recomendação, abrindo precedentes para, em casos presumidamente excepcionais, permitir que a criatividade ou alguma intenção específica se imponham às padronizações.

b) Subtítulo

O subtítulo, também conhecido no jargão jornalístico como *linha fina*, “é um título secundário, que se segue ao principal e o complementa, geralmente expandindo-o” (COSTA, 2014, p. 213).

c) Olho

O olho (ou lupa) “caracteriza-se mais como excerto, pequeno e importante, que é retirado da matéria principal, colocado em destaque gráfico, e serve de chamada” (COSTA, 2014, p. 182).

d) Lead

O *lead*, expressão inglesa frequentemente aportuguesada para *lide*, é o primeiro parágrafo da notícia ou da reportagem, contendo uma síntese do que há de mais importante no corpo da matéria. Sua função é apresentar ao leitor o fato essencial (ou o clímax) da notícia, despertando-lhe a curiosidade pelo restante do texto, respondendo às perguntas básicas: o quê, quem, como, onde, quando e por quê, não necessariamente nessa ordem. Alguns veículos são rigorosos com a redação do *lide* e muitos especialistas criticam essa estrutura. Pena (2012, p. 42) enxerga no lide “uma prisão de estilo para muitos talentos em formação”, mas reconhece “a inegável transformação do jornalismo mundial a partir de sua utilização”, pois ele sintetiza o assunto da reportagem e contribui para a dinâmica da leitura.

Nesta mesma direção, Bahia (2009, p. 68) acrescenta que o *lead* não pode levar a um estilo monótono de comunicação, criando uma padronização do texto, de modo a “tolher [...] outras técnicas de elaboração do texto inteligentes, criativas e acessíveis aos destinatários da notícia”.

Cada um desses componentes da reportagem traz informações importantes para orientar o leitor. A figura a seguir exemplifica todas as partes que organizam uma matéria noticiosa:

Figura 1 – Estrutura composicional da notícia/reportagem



Fonte: NICOLETI, 2014.

Do exposto nesta seção, podemos tecer algumas considerações sobre o gênero reportagem. Embora existam, por um lado, algumas características do gênero comuns à notícia depondo contra definições mais taxativas e dificultando, por vezes, a identificação deste ou daquele gênero; por outro, fica claro que a reportagem vai além da notícia, no sentido tradicional, aprofundando-se em detalhes, nos desdobramentos dos fatos e nas análises, de modo a ampliar a abordagem do assunto.

Quanto ao discurso, há mais liberdade de uso da linguagem, permitindo que a narrativa recorra às dramatizações para ilustrar o relato, numa tentativa de aproximar mais o leitor do texto.

Das várias tipologias que encontramos no referencial teórico, optamos por apresentar as propostas de dois autores que, embora não sejam convergentes, são modelos consagrados pela prática das redações e são suficientes para subsidiar as análises que pretendemos fazer neste trabalho.

3.2 REFLEXÕES SOBRE IDEOLOGIA

Nossa pretensão não é fazer uma revisão aprofundada sobre ideologia, um conceito tão complexo, de longa história nos estudos sociais e que ainda provoca debates – alguns intrincados – em diversas áreas do conhecimento. Também não vemos necessidade de pormenorizar a trajetória histórica de um conceito já amplamente estudado. Portanto, nossa abordagem será muito sucinta, limitada aos objetivos de nossa pesquisa e contendo apenas o necessário para embasar argumentos posteriores.

O conceito de ideologia foi proposto pelo francês Destutt de Tracy, filósofo, político, soldado e líder da escola dos Ideólogos, em um livro publicado em 1801 – *Eléments d'Ideologie* (Elementos de Ideologia), cujo ponto de partida é o materialismo francês do século XVIII.

Concebida como uma teoria sobre as faculdades sensíveis, uma mistura de moral e psicologia, pretendia ser um método para o conhecimento da formação das ideias humanas: “querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção) e recordar (memória)” (CHAUÍ, 2012, p. 27). Uma vez compreendida a natureza humana, também visava a tornar-se um meio de combate aos desvios da política e aos excessos do poder, voltado para a prática, isto é, como um método de ensino baseado na maneira como os homens formulam suas ideias.

De acordo com Dunker (2008, p. 185), o projeto de Destutt tinha o objetivo de “combater o terror e servir para regular a sociedade, resolvendo, por intermédio de uma teoria sobre a gênese do saber no ser humano, os desvios da política e os excessos do poder”.

Nascido como uma *ciência das ideias*, o termo ideologia não tardaria a adquirir novo sentido, porém, de conotação pejorativa, originado de um discurso que Napoleão Bonaparte fez ao conselho de Estado em 1812, portanto, poucos anos depois da publicação de *Eléments d'Idéologie*. Nesse pronunciamento, Napoleão acusou Destutt de Tracy e outros professores da disciplina Ciência Moral e Política, do Institut de France, de serem opositores de seu governo, atribuindo à ideologia o caráter de especulação abstrata, de “tenebrosa metafísica”, invertendo, assim, “a imagem que os ideólogos tinham de si mesmos: eles, que se

consideravam materialistas, realistas e antimetafísicos, foram perversamente chamados de ‘tenebroso metafísicos’, ignorantes do realismo político que adapta as leis ao coração humano e às lições da história” (CHAUI, 2012, p. 31).

Auguste Comte, em seu *Cours de Philosophie Positive* (Curso de Filosofia Positiva), aproximou-se do conceito dos ideólogos franceses ao atribuir ao termo ideologia dois significados: de *estudo das ideais* a partir da observação da relação do homem com o meio ambiente e de *conjunto de ideias de uma determinada época*.

No início do século XIX, Karl Marx viria a conhecer o termo ideologia com duplo sentido: de doutrina das ideias (Destutt de Tracy) e de especulação abstrata (Napoleão Bonaparte) e daria ao conceito um novo emprego ao incorporá-lo a um novo sistema teórico e a um partido político. Para Thompson (2011, p. 49), embora o conceito de ideologia tenha “um novo *status* como instrumental crítico e como componente essencial de um novo sistema teórico”, a maneira como Marx relacionou o conceito aos vários assuntos e os diversos pressupostos ligados a seu uso não são muito claros. Thompson atribui o contínuo debate em torno da obra de Marx à ambiguidade do conceito de ideologia nos muitos usos que ele fez do termo.

Jacob Gorender, no prefácio da edição brasileira de *A Ideologia Alemã*, afirma que Marx e Engels (2001) nunca chamaram sua própria teoria de ideologia; isso, contudo não representou um impedimento para que o conceito ganhasse diferentes significados na história do marxismo, desenvolvidos por seus seguidores. Portanto, não existe uma definição de ideologia formulada pelo próprio Marx. Entretanto, do conjunto de suas ideias, inferimos, grosso modo, que ideologia é a inversão da noção de causa e efeito (inversão da realidade), com a intenção de dissimular ou ocultar os conflitos de classe e silenciar as questões capazes de despertar a consciência do proletariado sobre sua própria condição socioeconômica.

Constantemente revisto na literatura pós-marxista, o conceito de ideologia ainda não tem uma definição fechada. A esse respeito, Eagleton afirma:

Ninguém propôs ainda uma definição única e adequada de ideologia [...] o termo “ideologia” tem toda uma série de significados convenientes, nem todos eles compatíveis entre si. Tentar comprimir essa riqueza de significado em uma única definição abrangente seria, portanto, inútil, se é que é possível. A palavra “ideologia” é, por assim dizer, um *texto*, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias, e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado. (EAGLETON, 1997, p. 15)

Eagleton destaca, contudo, que os vários significados do termo ideologia têm em comum o fato de representarem um conjunto de crenças e valores decorrentes de interesses sociais, ou, em outras palavras, a representação do ponto de vista de uma determinada classe social sobre a realidade em que está inserida. Como a sociedade é composta de várias classes sociais, existem várias ideologias, tantas quantas forem as classes.

O aspecto conflituoso desse contexto surge quando a classe detentora do poder econômico, para manter-se no domínio, tenta ocultar a divisão injusta da sociedade. Chauí (2012) explica que uma das maneiras de a classe dominante fazer isso é tornar seus ideais aceitos por todos, de modo que os indivíduos passem a acreditar que as diferenças sociais são de menor importância. Nesta mesma direção, Thompson (2011, p. 76) acrescenta que, “em alguns casos, a ideologia *pode* operar através do ocultamento e do mascaramento das relações sociais, através do obscurecimento ou da falsa interpretação das situações”. Um modo de estabelecer e sustentar relações de dominação apontadas por Thompson é a produção de sentido das *formas simbólicas*, definidas como

um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos. Falas linguísticas e expressões, sejam elas faladas ou escritas, são cruciais a esse respeito. Mas formas simbólicas podem também ser não linguísticas ou quase-linguísticas em sua natureza (por exemplo, uma imagem visual ou um construto que combina imagens e palavras). (THOMPSON, 2011, p. 79)

Interessam-nos, sobretudo, as formas simbólicas linguísticas pelas quais determinados grupos detentores de algum tipo de poder operam para estabelecer e manter relações de dominação. Na teoria desenvolvida por Thompson (2011, p. 81-89), que reproduzimos abaixo, de forma concisa, a ideologia pode operar por meio de cinco modos gerais: a) legitimação, b) dissimulação, c) unificação, d) fragmentação e e) reificação. O autor tem o cuidado de observar que esses cinco modos não representam as únicas maneiras de como a ideologia opera; as estratégias de construção simbólica relacionadas aos modos de operação também não são as únicas relevantes, nem exclusivas desses modos, podendo associar-se a outros; as estratégias não são intrinsecamente ideológicas, mas o serão dependendo de “como a forma simbólica, assim construída, estar servindo, nessas circunstâncias, para manter ou subverter, para estabelecer ou minar, relações de dominação”. Vejamos, pois, cada uma delas:

A) Legitimação

Conforme já observado por Max Weber, as relações de legitimação podem ser estabelecidas e sustentadas por serem representadas como legítimas, baseando-se em três tipos de fundamentos:

- a) *estratégia de racionalização*: é uma cadeia de raciocínio elaborada para defender ou justificar um conjunto de relações, ou instituições sociais, e persuadir uma audiência de que esse raciocínio é digno de apoio;
- b) *estratégia de universalização*: apresentação de acordos institucionais que servem ao interesse de alguns indivíduos como se servissem ao interesse de todos;
- c) *estratégia de narrativização*: narrativas do passado para justificar o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável, tal como “a invenção de uma tradição para criar um sentimento de pertença a uma comunidade e a uma história que transcende a experiência do conflito, da diferença e da divisão”.

B) Dissimulação

Negar, ocultar ou obscurecer uma relação de dominação pode ser um modo de sustentá-la. A dominação também pode ser representada de uma maneira que desvie nossa atenção ou, ainda, subestime relações e processos sociais existentes. A ideologia como dissimulação pode ser expressa por meio de diversas estratégias, tais como:

- a) *estratégia de deslocamento*: “um termo costumeiramente usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa é usado para se referir a um outro, e com isso as conotações positivas ou negativas do termo são transferidas para o outro objeto ou pessoa”;
- b) *estratégia da eufemização*: consiste em descrever ações, instituições ou relações sociais de modo a despertar uma valoração positiva. Um exemplo é a supressão violenta de um protesto popular ser descrito como a restauração da ordem;
- c) *estratégia de tropo*: é o uso de figuras de linguagem, tais como a sinédoque, a metonímia e a metáfora para dissimular relações de dominação. A *sinédoque*, envolvendo a junção semântica da parte e do todo, pode dissimular relações sociais por meio da confusão ou da inversão das relações entre coletividades e suas partes, entre grupos particulares e formações sociais e políticas mais amplas, de tal modo que o uso de termos genéricos como “os ingleses”, “os americanos”, por exemplo, para referir-se a governos particulares ou a grupos dentro de um estado-nação. A *metonímia*, substituindo um termo por outro com o qual se

mantenha em relação de casualidade ou semelhança, para, por exemplo, supor um referente sem explicitá-lo ou atribuir-lhe valor, positivo ou negativo, por associação a algo. A metáfora, para levantar uma tensão dentro de uma sentença que, se bem-sucedida, pode gerar um sentido novo e duradouro. A metáfora dissimula relações sociais ao atribuir-lhes certas características às custas de outras, impondo-lhes sentido positivo ou negativo.

C) Unificação

Trata-se de instituir, simbolicamente, uma forma de unidade entre os indivíduos para estabelecer uma identidade coletiva e, dessa forma, sustentar um relação de dominação. As estratégias típicas para esse modo são:

- a) *estratégia da padronização*: é a adaptação de formas simbólicas a um padrão proposto como fundamento a ser partilhado. Um exemplo é a padronização de uma língua nacional em um contexto de grupos linguisticamente diversos, para criar uma identidade coletiva;
- b) *estratégia da simbolização da unidade*: “envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, que são difundidas através de um grupo, ou de uma pluralidade de grupos”. Um exemplo é a construção de símbolos como bandeiras, hinos, brasões etc.

D) Fragmentação

É a segmentação de indivíduos e grupos que, se fossem unificados em comunidades, poderiam representar um desafio real aos grupos dominantes, ou o direcionamento de forças de oposição potencial contra um alvo projetado como mau, perigoso ou ameaçador para uma relação de dominação instituída. As estratégias típicas desta construção simbólica são:

- a) *estratégia da diferenciação*: consiste em dar ênfase a diferenças e divisões entre pessoas e grupos, “apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio às relações existentes, ou um participante efetivo no exercício do poder”;
- b) *estratégia do expurgo do outro*: envolve a construção de um inimigo, interno ou externo, retratado como uma ameaça, contra o qual os indivíduos são convocados a resistir coletivamente ou expurgá-lo.

E) Reificação

Reificar é transformar, por operação mental, conceitos abstratos em realidades concretas. Assim, “relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal. Processos são retratados como coisas, ou como acontecimentos de um tipo quase natural, de tal modo que o seu caráter social e histórico é eclipsado”. Esse modo pode ser expresso pelas seguintes estratégias:

- a) *estratégia da naturalização*: consiste em dar tratamento natural a um estado de coisas que, na verdade, é uma criação social e histórica, como ocorre com a divisão socialmente instituída do trabalho entre homens e mulheres, por exemplo, como se fosse resultante das características fisiológicas dos sexos;
- b) *estratégia da eternalização*: é o esvaziamento do caráter histórico de fenômenos sócio-históricos, quando passam a ser tratados como se fossem permanentes, imutáveis e recorrentes. A perda da origem de costumes e instituições cristaliza-se de tal forma que todo questionamento sobre sua finalidade torna-se inimaginável.

Um fator muito importante a ser destacado sobre a ideologia como reificação é a possibilidade de, no plano linguístico, esse modo poder ser expresso por intermédio de recursos gramaticais e sintáticos, tais como a *anáfora encapsuladora*, já descrita anteriormente, e a *passivização*, isto é, o uso de verbos na voz passiva. O encapsulamento e a passivação são dois recursos utilizados para desviar a atenção do leitor/ouvinte para certos temas com prejuízos de outros.

Thompson acentua que suas considerações sobre os modos de operação da ideologia e de algumas das estratégias típicas de construção simbólica não são ideológicos em si, mas são indicações preliminares de uma situação a ser explorada e devem ser tomadas como orientações gerais para facilitar a pesquisa de um tipo mais empírico ou histórico. O autor também pondera que, se o sentido gerado por tais mecanismos serve ou não para estabelecer ou sustentar relações de dominação, é uma questão a ser respondida somente mediante exame das circunstâncias sócio-históricas particulares, como são usados e entendidos pelos membros da sociedade que os produzem e recebem em contextos estruturados pelo cotidiano. A mesma ponderação é feita por Eagleton, pois a

[...] ideologia é mais uma questão de “discurso” que de “linguagem”. Isto diz respeito aos usos efetivos da linguagem entre determinados sujeitos humanos para a produção de efeitos específicos. Não se pode decidir se um enunciado é ideológico ou não examinando-o isoladamente de seu contexto discursivo,

assim como não se pode decidir, da mesma maneira, se um fragmento de escrita é uma obra literária. A ideologia tem mais a ver com a questão de quem está falando o quê, com quem e com que finalidade do que com as propriedades linguísticas inerentes de um pronunciamento. (EAGLETON, 1997, p. 22)

Considerando que a sociedade contemporânea é fortemente influenciada pelos meios midiáticos, pois eles tanto propagam formas simbólicas quanto instituem novos tipos de interação e determinam ações, nosso propósito é verificar como o discurso jornalístico, apresentando-se como objetivo e imparcial, utiliza determinados recursos linguísticos para veicular ideologias.

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO

As organizações jornalísticas constroem uma postura diante dos fatos sociais, chamada de linha editorial, uma espécie de política predeterminada pela direção do veículo de comunicação que orienta os recortes da realidade, a seleção dos valores, elege seus paradigmas e influencia na elaboração de sua mensagem. Nas redações, o ideal de profissionalismo é perseguido a todo custo, na busca de consolidar perante a opinião pública a imagem de jornalismo sério, definido pela tradição dos manuais como sendo objetivo, imparcial e desprovido de valorações na apresentação dos fatos, em respeito ao interesse público, à verdade e à ética. Em meio a esse contexto, a objetividade informativa torna-se sinônimo de procedimento profissional e tema obrigatório nos códigos de ética.

Um conceito que sempre preocupou a filosofia do conhecimento, a objetividade tornou-se um dos temas mais discutidos em jornalismo. Não há consenso sobre o surgimento da polêmica sobre o assunto, mas críticos mais zelosos costumam atribuir a Tucídides, historiador da Grécia Antiga e autor de *História da Guerra do Peloponeso*, que viveu entre 469 e 395 a.C., a primeira abordagem do assunto; estudiosos contemporâneos, como David Mindich, ex-editor da CNN e autor do livro *Just the facts: how objectivity came to define american journalism*, situam a discussão em torno da objetividade como envolvimento ético por volta de 1830, atingindo seu apogeu em 1890 (PENA, 2012, p. 49-50). Traquina (1993, p. 167-168) também situa o surgimento do conceito durante os anos 1920 e 1930, nos Estados Unidos, representando um marco na história do jornalismo, contribuindo para reforçar o mito da “noção do ‘comunicador desinteressado’ aonde o papel do jornalista é definido como o de observador neutro, desligado dos acontecimentos e cauteloso em não emitir opiniões

peçoais”. A essa concepção também está vinculado o surgimento da primeira teoria do jornalismo, a Teoria do Espelho, cuja base é a ideia de que a imprensa, ao relatar a realidade, funciona como um espelho do real.

Convencionalmente, entendemos o conceito de objetividade por oposição a subjetividade, isto é, tomamos por objetivo o que nos é apresentado como o resultado de uma observação isenta de qualquer tipo de valoração. Segundo Pena (2012, p. 50), esta concepção de objetividade é equivocada, pois ela surge não para negar a subjetividade, mas para reconhecer a sua inevitabilidade. De fato, se aceitarmos que a descrição da realidade está limitada às nossas capacidades físicas de percepção do real e determinada pelo conjunto de nossos valores e crenças, a subjetividade faz parte do processo, de maneira que a objetividade não pode ser vista como seu oposto, mas entendida como uma busca de aproximação da realidade.

Assim, a objetividade transforma-se em técnica de distanciamento crítico, de não envolvimento com os fatos narrados, um princípio a ser seguido por todo e qualquer jornalista para criar o efeito de fidelidade ao real. Hernandez (2006, p. 31) lembra que “a técnica mais comum é fazer com que a notícia seja manifestada, no nível discursivo, sem a explicitação de um ‘eu’. O uso da terceira pessoa numa reportagem dá a impressão de que o próprio assunto se apresenta para o público”. A transcrição de diálogos é outro recurso citado pelo autor. No outro polo, o do leitor, diante do ocultamento da subjetividade do produtor, a sensação de informação pura, da narração objetiva da realidade.

Realmente, quando pensamos em objetividade jornalística, o conceito que formamos é o da notícia destituída de qualquer espécie de opinião do repórter ou do veículo jornalístico, ou seja, é o relato imparcial de um fato ou de um conjunto de fatos tal qual eles realmente aconteceram. Costa (2010, p. 50) observa que a sociedade nutre uma expectativa em relação à atividade do jornalista de registrar os acontecimentos, se não como testemunha, pelos menos como alguém que apurou, checkou, confrontou e contextualizou os fatos. Pela objetividade, esperamos do jornalismo a narração dos fatos tal como aparecem na realidade, para que possamos, por nós mesmos, formar nossas próprias opiniões.

Beltrão (2008, p. 79), todavia, contrário a essa expectativa, pondera que “A mera informação, sem um juízo que a valorize e a interprete, faria do jornalismo uma algaravia sem ordem nem conserto e deixaria ao leitor a pesada carga de buscar os ‘porquês’ e ‘para quês’ do que acontece”. Alguns estudiosos defendem que a valorização da objetividade jornalística, atribuída tanto por leitores quanto por profissionais que a perseguem, teve início com a separação entre notícia (*news*) e comentários (*comments*) realizada pelo editor inglês Samuel

Buckley no *Daily Courant*, no princípio do século XVIII. Outros, a uma tendência de adaptação dos jornais em decorrência do cerceamento da liberdade de imprensa em diversos países e, ainda, há defensores de que a objetividade ganhou destaque com o comportamento da imprensa americana de transformar a informação em mercadoria, no século seguinte. De qualquer maneira, a separação entre notícia e comentário não garante uma divisão entre informação e opinião. Chaparro (2007, p. 13) classifica a divisão como “fraude teórica surpreendentemente persistente, já secular” e é categórico ao afirmar que não existe fronteira entre opinião e informação.

De fato, a objetividade jornalística encontra seu primeiro obstáculo nos critérios de noticiabilidade, uma triagem dos acontecimentos, submetidos a parâmetros que vão desde questões meramente técnicas até questões relacionadas à posição ideológica do veículo de informação. Na concepção de Beltrão (2008, p. 81), diante das inúmeras ocorrências que chegam diariamente às redações, selecioná-las e comentá-las são “funções básicas e gerais para todas as múltiplas variedades do trabalho jornalístico e constituem a condição imprescindível de todas elas”. Essa afirmação permite-nos inferir que a objetividade torna-se insustentável diante da necessidade de escolher relevâncias, o melhor ângulo para o relato, o enfoque a ser dado ao tema. Difícil resistir à tentação de perguntar: Existe *escolha* objetiva?

Chaparro (2007, p. 12) explica que “No jornalismo, a objetividade simplesmente não existe. Porque a observação e o relato estão no espaço estético de intervenção individual, sob a perspectiva escolhida pelo sujeito narrador”.

Embora a realidade seja única, a maneira como cada sujeito a observa está condicionada as suas capacidades físicas de percepção e ao seu conjunto de valores e crenças. O real, portanto, é sempre fruto do recorte de quem o relata. De igual modo, Charaudeau argumenta que

Não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real. Sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade. (CHARAUDEAU, 2012, p. 131)

Sob essa perspectiva, os profissionais do jornalismo, mesmo que comprometidos com a ética da objetividade, são sempre mediadores da realidade que reportam, na medida em que o recorte que fazem do real é determinado por seus pontos de vista.

Ainda que alguns teóricos da comunicação defendam que os meios midiáticos “podem e devem reflectir, com exactidão, o mundo real, de uma maneira justa e equilibrada”

(HACKETT, 1993, p. 105), a objetividade absoluta não existe. Além do filtro de jornalistas, redatores, proprietários e até de outros interessados com alguma ligação ao veículo de informação, há outros obstáculos para a objetividade: em grande parte dos acontecimentos, o repórter não é *a testemunha ocular da história*, contrariando Heron Domingues, o consagrado Repórter Esso. A esse respeito, Barros Filho (2008, p. 34) observa que o fato gerador de uma informação, não sendo suscetível de repetição, chegará ao repórter já filtrado pelos limites de percepção e da subjetividade do observador-fonte. Ademais, o significado de qualquer relato está subordinado à linguagem, que não é neutra, ao contrário, traduz sempre juízos de valor, implícitos nas considerações e nas escolhas lexicais. Refletindo sobre o caso, Lage comenta:

O texto relativo a uma realidade é diferente da realidade mesma, abrindo-se campos definidos ao arbítrio do falante. [...] Para os jornalistas, a nomeação neutra é a mais difícil de conceber, de vez que terão que operar com palavras de uso comum, moeda corrente no sistema de trocas ideológicas, com carga inevitável de implicações e conotações. (LAGE, 2012, p. 69-70)

A objetividade jornalística ficaria limitada à precisão do relato, à concessão do mesmo espaço a pontos de vista antagônicos e à redação aparentemente impessoal. Para Beltrão (2008, p. 150), o jornalista não pode perder de vista o objeto, deve resistir à tentação de incrementá-lo com sua cultura ou com inferências e ater-se ao sucedido. Uma conduta pautada na ética profissional, a observância aos limites das ocorrências e a adoção de técnicas visando à redação objetiva no texto informativo, contudo, não representam a garantia de um relato absolutamente objetivo da realidade, colocando-nos diante do seguinte paradoxo: a objetividade é subjetiva.

Em todo relato objetivo estão subjacentes um ou mais juízos de valor, bem como a seletividade dos eventos e as prescrições ditadas à perspectiva da exposição dos fatos. Isso nos leva à conclusão de que a subjetividade é inevitável, acabando por constituir-se em condição obrigatória para a obtenção da objetividade.

Ressaltamos aqui que a subjetividade no texto jornalístico, mesmo fora daqueles gêneros especificamente opinativos, não é um mal em si. Instaura-se um problema para o leitor quando a opinião torna-se velada e o texto informativo apresenta-se como objetivo, imparcial e isento, para influenciar na formação de opinião do destinatário. De acordo com Hackett (1993), a realidade pode apresentar-se distorcida no texto jornalístico de várias maneiras: por uma opinião subjetiva disfarçada de relato pretensamente real; pela distorção tendenciosa; pela falta de equilíbrio na apresentação de pontos de vista concorrentes; quando

a linguagem utilizada dá outro sentido a um relato; quando há omissão de argumentos a favor de uma parte em uma reportagem supostamente imparcial.

Na avaliação de Barros Filho (2008, p. 68), a aparência de objetividade no texto informativo leva o leitor a despir-se “de seus filtros valorativos”, responsáveis pelo contraste de sua própria opinião com a de outros, tornando-o mais “inclinado a aceitar sem resistência o que lhe dita a mídia, por desconhecer a realidade fenomênica tratada e não ter nenhum registro sobre ela”.

Diante desses argumentos, importa-nos reconhecer e apontar na superfície do texto da reportagem as técnicas retóricas vinculadas à argumentação; analisar a intencionalidade do enunciador e discutir o uso dos recursos linguísticos utilizados no discurso jornalístico para dar-lhe aparência de objetividade; discutir as estratégias de manipulação do texto e examinar a posição ideológica do locutor frente aos fatos noticiados.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DA REFERENCIAÇÃO E DE SUAS ORIENTAÇÕES ARGUMENTATIVAS EM TEXTOS DE REPORTAGENS

4.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A REVISTA SEMANAL

Anteriormente, vimos que a reportagem é a notícia aprofundada, enriquecida por detalhes, pormenorizada desde os fatos subjacentes de um acontecimento até a análise de suas consequências e de seus desdobramentos. Por esta sua característica de extensão e abrangência, o gênero reportagem perdeu um pouco seu espaço nos jornais diários e encontrou nas revistas semanais seu veículo ideal, vindo a tornar-se a matéria-prima desses periódicos.

Na sociedade atual, mesmo com a velocidade dos meios eletrônicos de comunicação, a revista ainda representa um importante instrumento de informação, tanto pela variedade de assuntos que proporciona a seus leitores, como pela capacidade de oferecer mais detalhes sobre os fatos já divulgados por outros suportes midiáticos. No entendimento de Vilas Boas,

A revista semanal preenche os vazios informativos deixados pelas coberturas dos jornais, rádio e televisão. [...] A periodicidade semanal é preponderante. As revistas fazem jornalismo daquilo que ainda está em evidência nos noticiários, somando a estes pesquisa, documentação e riqueza textual. Isso possibilita a elaboração/produção de um texto prazeroso de ler, rompendo as amarras da padronização cotidiana. (VILAS BOAS, 1996, p. 9)

Além da abordagem de vários temas e da periodicidade, o autor destaca que a revista também conta com o aspecto gráfico, elaborado de forma a tornar-se atraente e provocador, possibilitando que o ato de ler, ao lado do desejo de informar-se, torne-se uma atividade de entretenimento.

Dentro desse contexto, é importante conhecer um pouco da história das revistas no Brasil. De acordo com Nascimento (2002, p. 15), a primeira revista brasileira, *As variedades ou Ensaio de Literatura*, editada pelo tipógrafo e livreiro português Manoel Antonio da Silva Serva, circulou em 1812, não tinha caráter noticioso e não sobreviveu à segunda edição. No início do século XX, com a reestruturação dos jornais, as contribuições literárias passam a ser publicadas em páginas separadas; com isso, muitos literatos buscam refúgio nas páginas das revistas, que à época eram mais voltadas para a literatura do que para assuntos de atualidade. Dessa fase, Nascimento (2002) cita: *Ilustração Brasileira* (1901), *O Minarete* (1903), *Fon-Fon* (1907), *Careta* (1908), *O Pirralho* (1911) e *A Cigarra* (1913), entre outras.

Criada por Carlos Malheiros Dias, em 1928, *O Cruzeiro* representou o marco do jornalismo de revista; pioneira na reportagem, a publicação circulou até 1975; em 1952, a Editora Bloch lançou *Manchete*, que circulou até 1990; a Editora Abril lançou, em 1966,

Realidade, que circulou até 1976 e foi considerada uma das mais conceituadas revistas do país (SCALZO, 2013, p. 30-31).

Depois do desaparecimento de *Realidade*, a Editora Abril lançou a revista *Veja*, em 1968, idealizada pelos jornalistas Victor Civita e Mino Carta, inspirados nos moldes da norte-americana *Time*. Durante sete anos, desde o lançamento, a revista amargou prejuízos e lutou contra a censura da ditadura militar, até que passou a ser comercializada também por assinaturas, em 1971 (Cf. SCALZO, 2013, p. 31). Atualmente, é a semanal mais vendida no país, ocupando o primeiro lugar em uma lista de 22 publicações semanais, com 1.167.928 exemplares vendidos entre janeiro e setembro de 2014, segundo dados da Associação Nacional de Editores de Revista (ANER).

A revista Carta Capital, publicada pela Editora Confiança, foi fundada por Mino Carta e Bob Fernandes, em agosto de 1994. Inicialmente, com publicação mensal, depois quinzenal, a partir de março de 1996, tornou-se semanal, a partir de agosto de 2001. Atualmente, ocupa a 18ª posição na mesma lista da ANER, com 29.513 exemplares comercializados.

4.2 SOBRE O CORPUS DA PESQUISA

O corpus da pesquisa é formado por duas reportagens, sendo uma de *Veja* e outra de Carta Capital. A escolha dessas revistas deu-se em função da reconhecida linha editorial de cada uma delas – *Veja*, uma publicação alinhada à direita política e Carta Capital, à esquerda. Também levamos em consideração na constituição do *corpus* a inevitável parcialidade dos veículos de comunicação (da qual esses dois semanários não escapam) – que, de modo geral, sob a capa da imparcialidade, projetam-se social e politicamente – e a repercussão dessas duas revistas, porta-vozes de ideologias antagônicas.

Para efeitos deste trabalho, concebemos como *direita* a ideologia favorável à liberdade de mercado, defensora dos direitos individuais e dos poderes socialmente instituídos, das tradições culturais e dos valores religiosos e da intervenção mínima do estado na vida dos cidadãos. Consideramos de *esquerda* a ideologia que sobrepõe a igualdade entre os indivíduos aos valores culturais, religiosos e de ordem moral, defensora do controle do estado sobre a economia e todos os setores da vida social.

O ponto principal de nosso trabalho são os processos de referenciação, aí considerada a seleção dos elementos léxicos e de seus modificadores, mas como não podemos considerar

separadamente as formas nominais que sustentam a trama argumentativa do texto, pois o discurso não se compõe de pedaços juntados como peças de um quebra-cabeça linguístico, não deixaremos de analisar outros aspectos textuais e discursivos considerados relevantes.

| | |
|----|---|
| 25 | está bem mais magro, tem o rosto pálido, a cabeça raspada e não cultivava mais a barba. O estado de espírito também é outro. Antes afeito às sombras e ao silêncio, Youssef mostra desassombro para denunciar, apontar e distribuir responsabilidades na camarilha que assaltou durante quase uma década os cofres da Petrobras. Com a autoridade de quem atuava como o banco clandestino do esquema, ele adicionou novos personagens à trama criminosa, que agora atinge o |
| 30 | topo da República. Comparsa de Youssef na pilhagem da maior empresa brasileira, o ex-diretor Paulo Roberto Costa já declarara aos policiais e procuradores que nos governos do PT a estatal foi usada para financiar as campanhas do partido e comprar a fidelidade de legendas aliadas. Parte da lista de corrompidos já veio a público. |
| 35 | Faltava clarear o lado dos corruptores. Na terça-feira, Youssef apresentou o ponto até agora mais “estarrecedor” – para usar uma expressão cara à presidente Dilma Roussef – de sua delação premiada. Perguntado sobre o nível de comprometimento de autoridades no esquema de corrupção na Petrobras, o doleiro foi taxativo: |
| 40 | – O Planalto sabia de tudo! – Mas quem no Planalto? – perguntou o delegado. – Lula e Dilma – respondeu o doleiro. |
| 45 | Para conseguir os benefícios de um acordo de delação premiada, o criminoso atrai para si o ônus da prova. É de seu interesse, portanto, que não falsifique os fatos. Essa é a regra que Youssef aceitou. O doleiro não apresentou – e nem lhe foram pedidas – provas do que disse. Por enquanto, nesta fase do processo, o que mais interessa aos delegados é ter certeza de que o depoente atuou diretamente ou pelo menos presenciou ilegalidades. Ou seja, querem estar certos de que não lidam com um fabulador ou alguém interessado apenas em ganhar tempo fornecendo |
| 50 | pistas falsas e fazendo acusações ao léu. Youssef está se saindo bem e, a exemplo do que se passou com Paulo Roberto Costa, o ex-diretor da Petrobras, tudo indica que seu processo de delação premiada será homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Na semana passada, ele aumentou de cerca de trinta para cinquenta |
| 55 | o número de políticos e autoridades que se valiam da corrupção na Petrobras para financiar suas campanhas eleitorais. Aos investigadores, Youssef detalhou seu papel de caixa do esquema, sua rotina de visitas aos gabinetes poderosos no |

| | |
|----|---|
| | <p>Executivo e no Legislativo para tratar, em bom português, das operações de lavagem de dinheiro sujo obtido em transações tenebrosas na estatal. Cabia a ele expatriar e trazer de volta o dinheiro quando os envolvidos precisassem.</p> |
| 60 | <p>Uma vez feito o acordo, Youssef terá de entregar o que prometeu na fase atual da investigação. Ele já contou que pagava em nome do PT mesadas de 100.000 a 150.000 reais a parlamentares aliados ao partido no Congresso. Citou nominalmente a ex-ministra da Casa Civil Gleisi Hoffmann, a quem ele teria repassado 1 milhão de reais em 2010. Youssef disse que o dinheiro foi entregue</p> |
| 65 | <p>em um shopping de Curitiba. A senadora negou ter sido beneficiada.</p> |
| 70 | <p>Entre as muitas outras histórias consideradas convincentes pelos investigadores e que ajudam a determinar a alta posição do doleiro no esquema – e, conseqüentemente, sua relevância para a investigação –, estão lembranças de discussões telefônicas entre Lula e o ex-deputado José Janene, à época líder do PP, sobre a nomeação de operadores do partido para cargos estratégicos do governo. Youssef relatou um episódio ocorrido, segundo ele, no fim do governo Lula. De acordo com o doleiro, ele foi convocado pelo então presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli, para acalmar uma empresa de publicidade que ameaçava explodir o esquema de corrupção na estatal. A empresa queixava-se de</p> |
| 75 | <p>que, depois de pagar de forma antecipada a propina aos políticos, tivera seu contrato rescindido. Homem da confiança de Lula, Gabrielli, segundo o doleiro, determinou a Youssef que captasse 1 milhão de reais entre as empreiteiras que participavam do petrolão a fim de comprar o silêncio da empresa de publicidade. E assim foi feito.</p> |
| 80 | <p>Gabrielli poderia ter realizado toda essa manobra sem que Lula soubesse? O fato de ter ocorrido no governo Dilma é uma prova de que ela estava conivente com as lambanças da turma da estatal? Obviamente, não se pode condenar Lula e Dilma com base apenas nessa narrativa. Não é disso que se trata. Youssef simplesmente convenceu os investigadores de que tem condições de obter provas</p> |
| 85 | <p>do que afirmou a respeito de a operação não poder ter existido sem o conhecimento de Lula e Dilma – seja pelos valores envolvidos, seja pelo contato constante de Paulo Roberto Costa com ambos, seja pelas operações de câmbio que fazia em favor de aliados do PT e de tesoureiros do partido, seja, principalmente, pelo fato de que altos cargos da Petrobras envolvidos no esquema mudavam de</p> |

| | |
|-----|--|
| 90 | <p>dono a partir de ordens do Planalto.</p> <p>Os policiais estão impressionados com a fatura de detalhes narrados por Youssef com base, por enquanto, em sua memória. “O Vaccari está enterrado”, comentou um dos interrogadores, referindo-se ao que o doleiro já narrou sobre sua parceria com o tesoureiro nacional do PT, João Vaccari Neto. O doleiro se</p> |
| 95 | <p>comprometeu a mostrar documentos que comprovam pelo menos dois pagamentos a Vaccari. O dinheiro, desviado dos cofres da Petrobras, teria sido repassado a partir de transações simuladas entre clientes do banco clandestino de Youssef e uma empresa de fachada criada por Vaccari. O doleiro preso disse que as provas desses e de outros pagamentos estão guardadas em um arquivo com mais de</p> |
| 100 | <p>10.000 notas fiscais que serão apresentadas por ele como evidências. Nesse tesouro do crime organizado, segundo Youssef, está a prova de uma das revelações mais extraordinárias prometidas por ele, sobre a qual já falou aos investigadores: o número das contas secretas do PT que ele operava em nome do partido em paraísos fiscais. Youssef se comprometeu a ajudar a PF a localizar as</p> |
| 105 | <p>datas e os valores das operações que teria feito por instrução da cúpula do PT.</p> <p>Depois da homologação da delação premiada, que parece assegurada pelo que ele disse até a semana passada, Youssef terá de apresentar à Justiça mais do que versões de episódios públicos envolvendo a presidente. Pela posição-chave de Youssef no esquema, os investigadores estão confiantes em que ele produzirá as</p> |
| 110 | <p>provas necessárias para a investigação prosseguir. Na semana que vem, Alberto Youssef terá a oportunidade de relatar um episódio ocorrido em março deste ano, poucos dias antes de ser preso. Youssef dirá que um integrante da coordenação da campanha presidencial do PT que ele conhecia pelo nome de “Felipe” lhe telefonou para marcar um encontro pessoal e adiantou o assunto: repatriar 20</p> |
| 115 | <p>milhões de reais que seriam usados na campanha presidencial de Dilma Roussef. Depois de verificar a origem do telefonema, Youssef marcou o encontro que nunca se concretizou por ele ter se tornado hóspede da Polícia Federal em Curitiba. Procurados, os defensores do doleiro não quiseram comentar as revelações de Youssef, justificando que o processo corre em segredo de Justiça.</p> |
| 120 | <p>Pelo que já contou e pelo que promete ainda entregar aos investigadores, Youssef está materializando sua ameaça velada feita dias atrás de que iria “chocar o país”.</p> |

4.3.1 Análise da Reportagem 1

É necessário fazermos uma observação preliminar sobre o contexto histórico em que esta reportagem veio a lume: sua publicação ocorreu a menos de setenta e duas horas do segundo turno das Eleições Presidenciais de 2014. O conteúdo da reportagem e a antecipação em dois dias de sua circulação normal apontam para a intenção de influenciar a opinião pública e, com isso, interferir na eleição. Essa evidência é tão forte, que a própria revista, reconhecendo-a, em uma atitude defensiva, adianta-se em negá-la, com uma espécie de justificativa, destacada no início do texto da reportagem, conforme analisaremos posteriormente. Antes disso, dediquemo-nos ao título da matéria, absolutamente fora dos padrões recomendados pelos manuais de redação jornalística, que dão orientações de evitar o uso de ponto, dois pontos, ponto de interrogação, exclamação, reticências, travessão ou parênteses, de acordo com o Manual da Redação da Folha de S. Paulo (2013, p.103).

O título tem sua raiz etimológica no latim *titulus*, que significa “inscrição”, “marca” e na antiguidade era fixado à extremidade do *umbilicus*, uma espécie de bastão sobre o qual se enrolava o papiro, servindo, assim, como um rótulo que indicava o assunto e o autor da obra (LONARDONI, 1999, p. 110). No jornalismo diário, foi concebido, inicialmente, para ser um enunciado breve, com poucas e curtas palavras, portanto, objetivo e capaz de sintetizar a informação mais importante do texto.

Ao tratar das estruturas temáticas no discurso da mídia, Van Dijk (2013, p. 134) observa que os títulos (manchetes) e os *leads* possuem um papel macroestrutural especial no discurso noticioso, porque “são usados para exprimir ou inferir o tema ou tópico”. Para o autor, lidos e interpretados em primeiro lugar, a manchete e o *lead* trazem uma informação inicial que desencadeará um complexo processo de compreensão, iniciado pelo estabelecimento ou confirmação do modelo de contexto comunicativo que, por sua vez, envolve “interesses, objetivos e crenças específicas” (VAN DIJK, 2013, p. 142), tais como a ativação de *scripts* e modelos de memória, responsáveis pelo reconhecimento (ou não) da importância da informação, fator determinante para a decisão de ler (ou não) o texto completo.

Submetido a critérios de apresentação que podem variar de um veículo para outro, o título guarda uma relação de coerência com o estilo adotado pelo suporte. “Na maioria dos veículos impressos, porém, os títulos obedecem a um número certo de palavras, em linhas padronizadas, tamanho exato e usos (tempo de verbo, emprego de sujeito, etc.) limitados” (BAHIA, 2009, p. 57). Entretanto, para cumprir sua função de causar impacto e chamar a

atenção do leitor, está sujeito a modificações tão radicais que, mesmo contrárias às normas de redação jornalística, são aceitas em prol do interesse de “vender” a notícia.

No caso da reportagem em pauta, o título foge dos padrões, conforme já afirmamos, ao apresentar declarações textuais, reproduzindo fragmentos de um interrogatório, com perguntas e respostas de interrogador e interrogado. Embora não as recomende para a confecção de títulos, o Manual da Redação da Folha de S. Paulo (2013, p. 39) ensina:

Quanto menos usado o recurso da declaração textual, mais valor ele adquire. Reserve-o para afirmações de grande impacto, por seu conteúdo ou pelo caráter inusitado que posam ter [...]. Reproduzir declarações textuais confere credibilidade à informação, dá vivacidade ao texto e ajuda o leitor a conhecer melhor o personagem da notícia.

O primeiro efeito, neste caso, é o de estranhamento – técnica bastante utilizada na literatura de ficção e no discurso publicitário –, causado pela quebra de expectativa, pois, em nossa cultura, não esperamos encontrar manchetes estruturadas dessa forma. Em seguida, instaura-se a curiosidade e, uma vez estabelecida a relação entre o texto noticioso e o contexto socio-histórico, a leitura do texto completo será inevitável.

No olho da reportagem, o enunciado *O doleiro Alberto Youssef afirma em depoimento à Polícia Federal que o ex e a atual presidente da República não só conheciam como usavam o esquema de corrupção da Petrobras*, com o verbo *afirmar* (flexionado no indicativo – o modo da certeza – apresenta o fato como certo, preciso), é fundamental para completar o arrebatamento do leitor.

O tema desta reportagem é a divulgação de trechos do depoimento de Alberto Youssef, acusado de atuar como operador de um esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, grandes empreiteiras do país e políticos. Preso desde março de 2014, vem colaborando com as investigações em um acordo de delação premiada, um instituto jurídico de redução – ou até extinção – da pena, que o estado concede ao ator ou associado de ato delituoso, mediante a denúncia de outros agentes no mesmo crime, desde que permita o desmantelamento da organização criminosa.

O texto inicia-se com uma justificativa à decisão de publicar a reportagem às vésperas da eleição presidencial em segundo turno, fazendo uma alusão ao encerramento da Carta ao Leitor, da mesma edição. Antes de ser reproduzida, a última frase do editorial é categorizada pela descrição nominal indefinida *uma observação altamente relevante*, nas linhas 1 e 2 da reportagem. A expressão tem sua força argumentativa realçada pelo vocábulo *relevante*, um adjetivo modalizador epistêmico asseverativo, pois traduz uma avaliação

subjativa do enunciador a respeito do substantivo predicado (*observação*); o advérbio *altamente* intensifica o sentido do adjetivo e contribui para aumentar a carga persuasiva do enunciado.

A iniciativa de publicar a reportagem é categorizada pela descrição definida *o dever jornalístico*, na linha 2 (*do dever jornalístico de publicar a reportagem a seguir às vésperas da votação em segundo turno das eleições presidenciais*). A descrição é reveladora da posição ideológica do enunciador, ao mesmo tempo em que marca a manipulação do discurso, pois destaca para o leitor a função social da atividade jornalística e apaga outras intenções que possam ter motivado a publicação da matéria. Aqui, o efeito manipulador consiste na “autoapresentação positiva por superioridade moral”, “lutando pela democracia” (VAN DIJK, 2012, p. 259) e pela sugestão de que não publicar o conteúdo da reportagem seria uma omissão, uma falta para com a sociedade.

A última declaração textual da Carta ao Leitor é, então, reproduzida: “*Basta imaginar a temeridade que seria não publicá-la para avaliar a gravidade e a necessidade do cumprimento desse dever*” (linhas 3 a 5). O discurso relatado, que em si mesmo é altamente argumentativo pelas descrições definidas que contém (*a gravidade e a necessidade* – linha 4, para categorizar o objeto de discurso *cumprimento desse dever* – linha 5), reforça o projeto de persuasão do autor do texto. Temos o discurso relatado quando o locutor (L) pretende revelar o discurso de outro locutor (L’). Neste caso, a citação serve como apoio, uma espécie de justificativa para a revelação dos fatos que serão narrados. Funciona como se o locutor, em uma situação informal de fala, dissesse “Olha, existe um acontecimento muito grave, que pode mudar o rumo das coisas e que, portanto, é imperativo revelar a todos”.

Recorrer ao discurso de outro para sustentar uma proposição é uma técnica bastante utilizada, chamada, em retórica, de argumento de autoridade. Segundo Fiorin (2015, p. 176), ao apelar para o respeito e para a reverência devotados a alguém reconhecido como especialista, reforça-se o próprio ponto de vista mediante a invocação da autoridade, “porque ela é especialmente confiável e reconhecida como fonte de conhecimento num dado tema. Por outro lado seria falta de modéstia, seria mesmo uma insolência, questioná-la”. Aqui, é um fragmento de um texto opinativo (Carta ao Leitor), supostamente reconhecido pelos leitores da revista como um discurso sério e ponderado, que é investido de autoridade para respaldar uma decisão apresentada como se fosse uma missão, um dever.

Retornando às formas nominais que caracterizam a argumentatividade do discurso relatado, a expressão *a temeridade* (linha 4) é um encapsulamento, neste caso, prospectivo, que sumariza a hipotética omissão de divulgar a reportagem como uma atitude indigna,

sugerindo que não revelar seu conteúdo é equivalente a submeter toda a sociedade brasileira a uma situação arriscada, perigosa. Seria, portanto, uma atitude inconcebível, pois caracterizaria irresponsabilidade, falta de ética profissional. As outras duas descrições definidas (*a gravidade e a necessidade*, na linha 4) contribuem para persuadir o leitor de que a divulgação da matéria impõe-se como uma missão, que se deixasse de ser cumprida tanto lesaria a sociedade, por um lado, como, por outro, poderia enodoar a imagem do veículo noticioso.

A afirmação de que a revista não publica reportagens com a intenção de interferir no processo eleitoral (linhas 5 e 6) é uma defesa prévia que, na verdade, reverte-se em reconhecimento tácito do real propósito de modificar a situação, pois o tema a ser apresentado envolve um dos candidatos. Se considerarmos o evento comunicativo e as consequências sociais que daí poderiam decorrer, concluiremos que há manipulação do discurso, pois ao fornecer informações sobre apenas um dos candidatos, sejam elas confirmadas ou não, tendenciosas ou não, a revista estará lesando o leitor em seu direito de ser devidamente informado, em meio a um processo eleitoral, sobre todos os candidatos.

A informação “devida”, nesse caso, pode então ser especificada como equilibrada, relativamente completa, imparcial, relevante, e assim por diante. Isso não significa que um jornal [ou qualquer outro órgão de imprensa] não poderia apoiar ou favorecer seu próprio candidato, mas isso poderia ser feito com argumentos, fatos etc., ou seja, através da informação adequada e da persuasão, não por meio da manipulação – por exemplo, omitindo informações muito importantes, por mentiras ou distorções de fatos, e assim por diante. (VAN DIJK, 2012, p. 239)

Ao assegurar que publica fatos – portanto, acontecimentos reais, verdadeiros – (linhas 6 a 9), o enunciador deixa implícito que não há dúvidas sobre a autenticidade dos eventos que irá relatar, um argumento que entrará em contradição com o reconhecimento, mais adiante, de que as acusações feitas por Youssef somente poderão ser efetivamente tomadas como verdadeiras, depois da apresentação das provas à Justiça: “*Só então se poderá ter certeza jurídica de que as pessoas acusadas são ou não culpadas*” (linhas 14 e 15). O adjetivo *jurídica*, que se aplica ao substantivo *certeza*, é de verificação e opera como classificador de seu escopo (Cf. CASTILHO, 2010, p. 531-532). Embora não encerre aparente subjetividade do enunciador, seu valor semântico é muito importante, neste contexto, para a produção de sentido, pois se pressupõe que a Justiça possui meios técnicos de apuração, como o exame de provas, por exemplo, para decidir se um relato é ou não verdadeiro. Então, diante de uma certeza jurídica, reduzem-se as possibilidades de dúvida.

Outro aspecto a ser considerado é a decisão de tornar pública uma série de acusações tão graves, mesmo sem a indispensável apresentação das provas. Observamos que o locutor busca isentar-se de responsabilidade sobre os fatos que irá narrar, atribuindo-os a um personagem: *Os episódios narrados nesta reportagem foram relatados por seu autor, o doleiro Alberto Youssef, e anexados a seu processo de delação premiada* (linhas 9 e 10). Com isso, transfere a esse personagem não somente a responsabilidade pelas informações, como também a obrigação de prová-las. O uso da expressão *delação premiada* (linha 10), uma descrição nominal com determinante zero, para categorizar o processo em que Youssef é colaborador, serve como uma espécie de aval para a veracidade dos fatos a ser narrados, pois essa instituição jurídica perde seus efeitos se o beneficiado não apresentar todas as provas de suas declarações.

Lage (2012, p. 73-74) ensina que o discurso noticioso apresenta-se por meio de duas modalidades clássicas de texto: o que expõe e o que narra. Segundo o autor, os textos estruturados em narrativa organizam-se a partir da sucessão de acontecimentos relacionados entre si pelo tempo, pela própria sucessividade e pela simultaneidade ou antecedência; a perfectividade verbal marca o nível narrativo. Tais especificidades são responsáveis pelo efeito de real. A modalidade da narrativa tem a propriedade de apresentar os fatos como se eles fossem cinematográficos, o que é uma característica da reportagem de ação, de acordo com a classificação proposta de Sodré e Ferrari (1986, p. 68), para quem a “busca por um estilo mais literário pode ser uma alternativa para interessar ao leitor”. Traquina (1993) ressalta que a forma narrativa tem, ainda, a propriedade de organizar o acontecimento, facilitando sua interpretação, pois à medida que os fatos vão sendo narrados, as imagens vão-se formando na mente do leitor, dando-lhe a sensação de fazer parte delas.

A narrativa é adotada nesta reportagem a partir do parágrafo que se inicia na linha 16. Podemos observar que o enunciador inicia o relato fornecendo informações sobre o tempo (*Na última terça-feira – linha 16; Como faz desde o dia 29 de setembro – linha 18*) e sobre o local (*sala de interrogatórios da Polícia Federal em Curitiba – linhas 16 a 17*). Em seguida, dirige o foco para o personagem e suas ações (*sentou-se ao lado de seu advogado, colocou os braços sobre a mesa, olhou para a câmera posicionada à sua frente e se pôs à disposição das autoridades para contar tudo o que fez, viu e ouviu enquanto comandou um esquema de lavagem de dinheiro suspeito de movimentar 10 bilhões de reais – linhas 19 a 22*). Essas descrições, embora algumas possam parecer irrelevantes, contribuem para a construção da realidade.

Para as notícias, no nível do discurso, têm importância particular as funções que fornecem o efeito de real, isto é, dados que, embora não significativos para a história (como o número do jazigo em que alguém foi enterrado ou a chapa do automóvel que bateu no poste), afiançam a validade do testemunho. (LAGE, 2012, p. 74)

O uso de verbos de movimento (*entrou, sentou-se, colocou, olhou*) e a descrição do agente, em seguida (*bem mais magro, rosto pálido, cabeça raspada, não cultivava mais a barba, o estado de espírito também é outro* – linhas 24 e 25), somados, contribuem para que o leitor “visualize” a cena narrada, experimentando a sensação de estar presenciando os acontecimentos, induzido, porém, a ver a realidade pelas lentes do enunciador.

A descrição dos gestos de Youssef (*colocou os braços sobre a mesa, olhou para a câmera e se pôs à disposição das autoridades para contar tudo* – linhas 19 a 21) foi utilizada para indicar seu estado de serenidade, ou seja, a condição típica de quem não tem nada a temer, nada a esconder, de quem não está mentindo. Nesse segmento, a descrição nominal indefinida *um esquema de lavagem de dinheiro suspeito de movimentar 10 bilhões de reais* (linhas 21 e 22) que categoriza a operação comandada por Youssef traz para o leitor uma informação sobre a magnitude do prejuízo causado à Petrobras, que por ser uma empresa pública, faz com que os danos atinjam, também, toda a sociedade brasileira. Esse argumento visa a causar no leitor um sentimento de indignação que pode levá-lo a repudiar todas as pessoas eventualmente envolvidas no caso, facilitando, assim, o processo de persuasão. Lembramos Fiorin ao afirmar que

O apelo às emoções do auditório é chamado, em retórica, *argumentum ad populum*, ou seja, argumento que faz apelo ao povo. Nesse tipo de recurso de convencimento, apela-se para os sentimentos coletivos de uma plateia, explorando tanto as emoções positivas quanto os preconceitos [...]. Quanto mais fortes forem esses sentimentos tanto mais efetivo será o uso desse tipo de estratégia. (FIORIN, 2015, p. 224)

As emoções provocadas pelo discurso não acontecem por acaso; ao contrário, são previamente arquitetadas para induzir o auditório a comungar do ponto de vista proposto pelo enunciador. Nossas avaliações sobre pessoas e fatos são influenciadas por nosso estado de espírito. Aristóteles (2005, p. 159) ensina que “Os factos não se apresentam sob o mesmo prisma a quem ama e a quem odeia, nem são iguais para o homem que está indignado ou para o calmo [...]”. Assim, recorrer às emoções é uma operação da arte retórica que visa a modificar o espírito do auditório para torná-lo predisposto às conclusões pretendidas por aquele que argumenta.

Na sequência, a descrição definida *A temporada na cadeia* (linha 22) deixa entrever um tom de zombaria, decorrente da escolha do nome-núcleo dessa expressão, pois embora um de seus significados possa ser qualquer espaço de tempo decorrido, o vocábulo é comumente utilizado para referir-se a períodos de tempo dedicados a atividades de lazer, artísticas, sociais e coisas do gênero. Em seguida, o complemento dessa expressão é outra forma nominal de importante valor retórico: trata-se do encapsulamento *mudanças profundas* (linha 23), que neste caso, é catafórico, pois condensa informações do cotexto subsequente. Sobre o funcionamento discursivo da catáfora, Maingueneau faz a seguinte observação:

Como um texto é, por natureza linear, a catáfora, ao contrário da anáfora, implica uma interpretação um pouco forçada, porque constringe o coenunciador a antecipar o que ainda será produzido no enunciado ou a esperar passivamente a resolução do vazio criado. (MAINGUENEAU, 2013, p. 261)

A catáfora é um recurso coesivo largamente utilizado em textos jornalísticos justamente por seu efeito de curiosidade, capaz de prender a atenção do leitor, garantindo a continuidade da leitura do texto. Ressaltamos, nessa expressão, a presença do modificador *profundas*, um adjetivo predicativo qualificador, graduando para mais a intensão do substantivo *mudanças*. Dentre outras acepções, a palavra *profundo* significa “[...] 6. Que penetra muito [...] 8. De grande intensidade; muito forte, pesado [...] 11. Que vem ou parece vir do íntimo, do fundo [...]” (FERREIRA, 1986, p. 1398). A expressão sumariza tanto as mudanças físicas (*está bem mais magro, tem o rosto pálido, a cabeça raspada e não cultiva mais a barba* – linhas 24 e 25) quanto a transformação psicológica (*O estado de espírito também é outro* – linha 25). Juntamente com o adjetivo *profundas*, também os outros adjetivos usados para as descrições de Youssef são escolhas lexicais que representam o ponto de vista do enunciador e interferem diretamente na construção da imagem do personagem em questão. Mais adiante, a descrição continua: *Antes afeito às sombras e ao silêncio, Youssef mostra desassombro para denunciar, apontar e distribuir responsabilidades na camarilha que assaltou durante quase uma década os cofres da Petrobras* (linhas 25 a 28). Essa descrição direciona a imaginação do leitor para conceber um homem abatido que, em estado de desolação, e não tendo mais nada a perder, *demonstra desassombro*, isto é, livre do medo, sente-se capaz de falar com franqueza e sinceridade, atribuir culpas e responsabilidades a quem quer que seja, independente do poder político e da influência que as pessoas acusadas possam ter.

Salientamos, nesse mesmo trecho, o uso da descrição definida *a camarilha* (linha 27), cujo núcleo nominal tem o significado de grupo de “Pessoas que cercam o chefe de Estado ou chefe de serviço, procurando influir indiretamente nas suas decisões” (FERREIRA, 1986, p. 325). Neves (2003, p. 154) registra o termo com uma acepção pejorativa: “É o coletivo depreciativo para pessoas que cercam um chefe procurando influir em suas decisões”. A conotação negativa do termo é logo confirmada pela oração que lhe completa o sentido (*que assaltou durante quase uma década os cofres da Petrobras* – linhas 27 e 28).

Embora destituída de conteúdo informacional, porque não identifica explicitamente quem cometeu os crimes, essa afirmação possui um valor argumentativo que, para completar o propósito de denúncia assumido no início da reportagem, irá somar-se ao enunciado subsequente (*Com a autoridade de quem atuava como o banco clandestino do esquema, ele adicionou novos personagens à trama criminosa, que agora atinge o topo da República* – linhas 28 a 30), com outras formas nominais reveladoras do ponto de vista do enunciador. Duas descrições definidas (*a autoridade* e *o banco clandestino*) utilizadas para atribuir características ao objeto de discurso *Youssef*, que, nesse trecho, é retomado por anáfora pronominal (*ele*), ativam traços que o locutor considera relevantes para o seu propósito argumentativo (Cf. Koch, 2011a).

Dentre seus vários significados, a palavra *autoridade* designa “1. Direito, poder ou prerrogativa de tomar decisões e dar ordens. 2. Pessoa que tem esse direito ou poder. [...]. 5. Especialista, grande entendido em determinado assunto [...]” (AULETE, 2011, p. 181). Destacamos a escolha do adjetivo de verificação *clandestino*, operando como classificador do substantivo *banco*, para opor a outras classificações, como banco de investimentos, banco cooperativo, banco de desenvolvimento, por exemplo. Normalmente, tais adjetivos “promovem uma comparação implícita entre seu escopo e o correspondente sentido prototípico” (CASTILHO, 2010, p. 531) e não têm grande potencial argumentativo. Aqui, todavia, possui valor retórico, oriundo de sua carga semântica: “1. Feito ou realizado às ocultas [...]. 2. Ilegal, ilegítimo [...]” (FERREIRA, 1986, p. 415), sendo, portanto, relevante para a produção do sentido projetado pelo locutor.

Desse modo, mesmo com expressões que, à primeira vista, aparentem neutralidade, o simples fato de resultarem de um processo de escolha já denuncia a intenção do produtor do discurso, com vistas a interferir na construção da realidade. A esse respeito, Koch enfatiza:

As descrições nominais definidas, [...], caracterizam-se por operar uma seleção, dentre as diversas propriedades de um referente – reais,

co(n)textualmente determinadas ou intencionalmente atribuídas pelo locutor –, daquela ou daquelas que, em dada situação de interação, são relevantes para os propósitos do locutor. (KOCH, 2009, p. 68)

Também lembramos que a força argumentativa de uma palavra ou de uma expressão pode ser determinada pelo contexto. Basta imaginar a expressão *banco clandestino* sendo utilizada em uma manchete como *Polícia apreende contratos e dinheiro em banco clandestino que praticava empréstimos com juros abusivos* e perceberemos que a formulação linguística não possui a mesma carga ideológica.

Ainda nesse mesmo trecho, há duas outras formas nominais relevantes para o direcionamento do sentido pretendido pelo locutor: *a trama criminosa* (linha 29) e *o topo da República* (linha 30). A primeira recategoriza *o esquema* (linha 29), aliás, o mesmo evento categorizado como *um esquema de lavagem de dinheiro suspeito de movimentar 10 bilhões de reais* (linhas 21 e 22), agora lhe atribuindo nova carga semântica: dentre os vários significados de *trama*, encontramos “[...] 3. Série de manobras secretas para prejudicar ou favorecer alguém ou algo; ARMAÇÃO; CONLUÍO; CONSPIRAÇÃO [...]” (AULETE, 2011, p. 1351 – as inscrições em caixa-alta são sinônimos); salientamos que o substantivo já designa, por si, algo pejorativo, mas é modificado por um adjetivo de verificação (*criminosa*) que intensifica o sentido negativo.

Essa manobra discursiva corrobora – como defendem Koch e Marcuschi, em vários de seus estudos, assim também Mondada e Dubois (2003) – que os objetos de discurso não são categorias fixas, nem dados *a priori*, mas são construídos e reconstruídos ao longo do discurso e atendendo ao projeto de dizer do sujeito enunciador. Assim, as categorizações (e, da mesma forma, as recategorizações) realizadas pelos agentes sociais para referirem-se uns aos outros e às coisas do mundo são decorrentes de seus valores e crenças. A carga semântica de um objeto de discurso não escapa, pois, à ideologia daquele que o (re)constrói.

A outra descrição definida, *o topo da República* (linha 30) é uma maneira indireta de referir-se à presidente, isto é, o enunciador preferiu uma linguagem figurada para intensificar o sentido. Fiorin (2014, p. 37) explica que essa estratégia constitui uma figura de linguagem chamada *metonímia*, caracterizada pela difusão semântica, isto é, “No eixo da extensão, um valor semântico transfere-se a outro num espalhamento sêmico”. Na expressão analisada, é metonímica a compatibilidade do cargo de presidente com aquilo que ele representa, ou seja, o mais alto cargo da República. Aqui, a opção pela palavra *topo* confere à situação relatada uma condição de extremidade, pois tal vocábulo significa, dentre outras coisas, “[...] 3. O maior grau que se pode alcançar” (AULETE, 2011, p. 1343), ou seja, causa um efeito de

impacto ao apresentar ao leitor uma situação que chegou ao seu limite e, assim, reforça a gravidade do fato.

Na sequência do texto, é introduzido um novo objeto de discurso (*o ex-diretor Paulo Roberto Costa* – linhas 31 e 32), categorizado pela descrição nominal com determinante zero *Comparsa de Youssef na pilhagem da maior empresa brasileira* (linha 31). Nesse enunciado, o processo de referenciação contém dois elementos léxicos relevantes para o processo de argumentação: o primeiro é *comparsa*, cuja carga semântica é pejorativa, designa o cúmplice, aquele “que tomou parte em um delito ou crime” (FERREIRA, 1986, p. 509); o segundo é *pilhagem*, ou seja, o ato ou resultado de pilhar, “Apoderar-se, de modo fraudulento, do que pertence a outrem; ROUBAR. 2. Adornar-se do bem alheio, de modo violento. (AULETE, 2011, p. 1065 – a inscrição em caixa-alta é sinônimo). O efeito dessa categorização é fazer com que o leitor ative em sua memória episódica – conforme propõe Van Dijk (2012, p. 243), que é onde estão armazenados nossos modelos de experiências e representações das coisas do mundo – os modelos de bandido, para associá-los às personagens do relato. Nessa linha de raciocínio, qualquer pessoa que possa vir a ser relacionada a Youssef e Paulo Roberto Costa, no episódio em pauta, será incluída no mesmo parâmetro de avaliação, ou seja, será considerado bandido.

Ainda nesse parágrafo, a declaração atribuída a Paulo Roberto Costa de *que nos governos do PT a estatal foi usada para financiar as campanhas do partido e comprar a fidelidade de legendas aliadas* (linhas 32 a 34), com a revelação de *parte da lista de corrompidos* (linha 34), constitui um argumento tanto para mostrar a amplitude do caso, retrocedendo a governos anteriores e indicar a probabilidade de que o governo atual, também do PT, esteja praticando o mesmo ilícito, quanto para adiantar que parte dos corruptores está prestes a ser revelada.

Nas linhas 35 e 36, um encapsulamento catafórico (constituído pela expressão *o ponto até agora mais “estarecedor”*) sumariza o diálogo entre interrogador e interrogado, reproduzido, em seguida, nas linhas de 40 a 42. Iniciemos a análise desse excerto destacando, na expressão, a escolha da palavra *estarecedor*, um adjetivo predicativo modalizador epistêmico asseverativo, cujo significado designa aquilo que “1. Que estarece, que causa espanto [...]. 2. Assustador, aterrador [...]” (AULETE, 2011, p. 608). Podemos também observar que o advérbio *mais* atua como intensificador do sintagma adjetival, elevando o grau de sua predicação sobre o substantivo. Tais categorias de adjetivo revelam uma avaliação do enunciador, apresentando-a como um fato sobre o qual não cabe nenhuma dúvida, de onde decorre sua força argumentativa. Nessa linha de reflexão, citamos Conte, ao afirmar que

[...] o encapsulamento anafórico [e também o catafórico, conforme defende Koch (2009)] é a sumarização imaginável mais curta de uma porção discursiva precedente [ou subsequente]. Em outras palavras, é um tipo de subtítulo que [...] interpreta um parágrafo precedente [ou subsequente]. (CONTE, 2003, p. 184)

Ressaltamos que a interpretação é do enunciador, ou seja, é o seu ponto de vista sendo apresentado como verdadeiro. Os encapsulamentos, de um modo geral, por constituírem um subtítulo, estabelecem um importante recurso de argumentação, pois “passam a ser representados como objetos-acontecimento na memória discursiva dos interlocutores” (KOCH, 2009, p. 66), podendo ser mais facilmente reativados, auxiliando, com isso, o processo de persuasão, pois todo um conjunto de informações passa a ser recuperado na memória apenas por uma única expressão.

Pela perspectiva da ideologia, considerando o encapsulamento como uma forma de atribuir nomes, concordamos com Rajagopalan (2003, p. 82) quando afirma que é preciso “encarar o fenômeno de nomeação como um ato eminentemente político”, pois é “no uso político de nomes e de apelidos que consiste o primeiro passo que a mídia dá no sentido de influenciar a opinião pública a favor ou contra personalidades e acontecimentos noticiados”. Ainda na visão do referido autor, ao assimilar o rótulo, o leitor deixa de perceber “que a descrição não passa de uma opinião avaliativa” (p. 87). O risco para a formação de opinião do leitor está em aceitar como fato consumado aquilo que é a expressão de um ponto de vista, sem questioná-lo.

Outro aspecto que desejamos ressaltar nesse excerto é a dramatização do depoimento, com a reprodução do diálogo, a exemplo dos textos de ficção. O discurso direto possui a vantagem de, ao dar voz aos personagens, torná-los autônomos do narrador. Como explicitam Reis e Lopes (1988, p. 275), “No discurso direto, [...] a personagem assume o estatuto de sujeito da enunciação: a sua voz autonomiza-se, esbatendo-se concomitantemente a presença do narrador”. O efeito decorrente dessa situação é permitir que o leitor *enxergue* a cena narrada e tenha a sensação de fazer parte do evento.

Por outro lado, como afirma Charaudeau (2012, p. 163), “o discurso relatado funciona estrategicamente como um discurso de prova, tanto em relação ao outro quanto a si mesmo”.

Com relação ao interlocutor/leitor, o pesquisador explica:

o discurso relatado visa a produzir diferentes tipos de prova: de *autenticidade* do dito de origem (“Isso realmente foi dito”, “É indiscutível”

[...]); de *responsabilidade* daquele que disse (“Foi ele que disse isso, e não uma outra pessoa, nem eu”), com um desvio lógico que deixa entender que ele disse o que disse, é porque pensa o que disse [...]; de *verdade* do que foi dito [...]. (CHARAUDEAU, 2012, p. 163)

E quanto ao locutor/autor,

o discurso relatado visa a produzir a prova de um certo posicionamento do locutor-relator: posicionamento de *autoridade*, na medida em que relatar é mostrar que se sabe [...]; posicionamento de *poder*, na medida em que citar é fazer saber alguma coisa ao outro, revelar-lhe o que foi dito e que ele ignora [...] (as mídias, ao relatar as declarações dos políticos, assumem essa posição de poder); posicionamento de *engajamento*, na medida em que relatar revela, por uma determinada escolha de palavras, a adesão do locutor-relator aos propósitos do locutor de origem [...]. (CHARAUDEAU, 2012, p. 163-164)

Constatamos essa teoria no parágrafo seguinte, com início na linha 43: o locutor esclarece que não foram apresentadas, tampouco pedidas, provas da delação, lembrando que o requisito imprescindível da delação premiada é o de fornecer provas de todas as acusações que fizer (este é o princípio do *ônus da prova*). Esse argumento equivale, em relação ao leitor, à prova de *verdade* (“Se mentir, perderei os benefícios da delação premiada”); em relação ao autor, todas as provas de posicionamentos: de *autoridade* (“Eu sei que isso aconteceu”); de *poder* (“Eu revelo o que você não sabe”); de *engajamento* (“É verdade que, como diz Youssef, Lula e Dilma sabiam de tudo”).

No enunciado que vai das linhas 55 a 58, (*Aos investigadores, Youssef detalhou seu papel de caixa do esquema, sua rotina de visitas aos gabinetes poderosos no Executivo e no Legislativo para tratar, em bom português, das operações de lavagem de dinheiro sujo obtido em transações tenebrosas na estatal. Cabia a ele expatriar e trazer de volta o dinheiro quando os envolvidos precisassem.*), destacamos: **a**) a descrição nominal com determinante zero *caixa do esquema* para categorizar a função de Youssef dimensiona seu grau de importância na organização criminosa; **b**) outra descrição nominal com determinante zero, *rotina de visitas* – observamos que a escolha lexical de *rotina*, cujo significado é “[...] 2. Sequência de atos ou procedimento que se observa pela força do hábito” (FERREIRA, 1986, p. 1524) – realça a frequência de seus contatos com autoridades; **c**) a descrição definida *os gabinetes poderosos* que complementa *rotina de visitas*, em que o adjetivo modalizador epistêmico *poderosos* avalia, de maneira asseverativa, seu escopo, para indicar que não são quaisquer gabinetes, mas os gabinetes das autoridades que efetivamente detêm poder. Juntas, essas formas nominais revelam a intenção do enunciatador de mostrar que alguém com esse

grau de envolvimento efetivamente sabe quem são todos os outros envolvidos. Com isso, ao assegurar a credibilidade de Youssef, assegura a credibilidade de seu próprio discurso (“Só estou apresentando esta informação, porque sei que a fonte é segura.”).

A descrição nominal definida *as operações de lavagem de dinheiro sujo* (com destaque para a escolha do adjetivo modalizador epistêmico *sujo*, equivalente a *desonesto*) recategoriza o objeto de discurso *o banco clandestino do esquema*, introduzido na linha 28, juntamente com a descrição nominal com determinante zero *transações tenebrosas na estatal* (ressaltamos o adjetivo *tenebrosas*, também um modalizador epistêmico, cujo valor semântico equivale a algo que causa medo, horror) que recategoriza *o esquema*, introduzido na linha 29 – que já foi retomado por *a trama criminosa* (linha 29) e por *a pilhagem da maior empresa brasileira* (linha 31). Essas recategorizações, por virem marcadas avaliativamente, denotam o posicionamento ideológico do enunciador frente aos fatos e, simultaneamente, reforçam o projeto argumentativo do texto.

A possibilidade de recategorizações sucessivas demonstra que a dinâmica da instabilidade dos objetos de discurso serve aos propósitos enunciativos dos sujeitos, conforme já mencionamos anteriormente, ou seja, um mesmo objeto de discurso pode ser avaliado e reavaliado “para tematizar uma entidade, para sublinhar a saliência de um aspecto específico ou de uma propriedade de um objeto, para atrair a atenção do leitor para uma entidade particular” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 25). Todavia, é preciso destacar que o valor argumentativo varia de uma categorização para outra, possibilitando-nos admitir uma escala de argumentatividade, pois a cada recategorização o enunciador pode chamar a atenção para novas características do mesmo objeto (Cf. KOCH, 2008, p. 109).

As informações dos parágrafos que se iniciam nas linhas 60 e 66 cumprem funções muito importantes para a trama argumentativa do texto; por isso, visando à clareza, vamos seccionar a análise desses trechos.

A primeira função é reforçar a posição de Youssef na organização criminosa, marcada pela descrição definida *a alta posição do doleiro no esquema* (linha 68) e sua consequente credibilidade perante as autoridades policiais, como indica a descrição definida *as muitas outras histórias consideradas convincentes pelos investigadores* (linhas 66 e 67). A segunda diz respeito à revelação do envolvimento de pessoas do alto escalão, muito próximas tanto de Lula quanto de Dilma. Destacamos que Gleisi Hoffmann é categorizada pela descrição definida *a ex-ministra da Casa Civil* (linha 63) uma maneira de indicar que, em um determinado momento, esteve muito próxima de Dilma, em razão de suas funções de assessora direta da Presidência. Outra pessoa mencionada é Sérgio Gabrielli, categorizado

pela descrição nominal com determinante zero *Homem da confiança de Lula* (linha 76), cujo significado dispensa comentários pormenorizados, pois sabemos que essa expressão é utilizada para designar o assessor a quem são confiadas grandes tarefas, as sigilosas, inclusive.

A terceira é o depoimento de Youssef de haver presenciado uma conversa telefônica entre o então presidente e um deputado da base aliada (*lembranças de discussões telefônicas entre Lula e o ex-deputado José Janene, à época líder do PP, sobre a nomeação de operadores do partido para cargos estratégicos do governo* – linhas 68 a 71), apresentado pelo locutor por conter relatos que apontam para o relacionamento de Lula com políticos envolvidos no caso – as formas nominais destacadas são elementos indicadores disso, pois ele tratava de distribuir *cargos estratégicos*. Ressaltamos, nessa expressão, a escolha do adjetivo *estratégicos*, um modalizador discursivo que predica, simultaneamente, o substantivo expresso no enunciado e o próprio falante. Castilho (2010, p. 525) explica que com tais adjetivos o usuário emite “um juízo sobre o sentido do substantivo e sobre um participante, tendo como pano de fundo o referente dado pelo substantivo”, como comprova a paráfrase *Acho estratégicos os cargos distribuídos aos operadores do partido*.

E a última é a informação sobre Youssef haver recebido uma ordem de alguém muito próximo do presidente (*Homem da confiança de Lula, Gabrielli, segundo o doleiro, determinou a Youssef que captasse 1 milhão de reais entre as empreiteiras que participavam do petróleo a fim de comprar o silêncio da empresa de publicidade. E assim foi feito*. – linhas 76 a 79). O uso das formas verbais destacadas no modo indicativo denota a certeza do enunciador sobre o que fala. Destacamos que as duas últimas proposições são relevantes para o projeto argumentativo de convencer o leitor sobre o envolvimento de Lula.

Considerando a teoria proposta por Thompson (2011) sobre os modos de operação da ideologia, verificamos, nesses trechos, que o enunciador recorreu à *estratégia da racionalização*, que consiste em apresentar uma cadeia de raciocínio para legitimar uma situação. Neste caso, o leitor é induzido a duas conclusões. Em primeiro lugar, se as autoridades policiais confiam em Youssef, não há razão para pensar que ele não esteja falando a verdade também em relação ao envolvimento do Palácio do Planalto. Em segundo, se pessoas tão próximas de Lula e Dilma estão envolvidas, é muito provável que eles sabiam disso.

No parágrafo seguinte, o autor faz duas perguntas retóricas: *Gabrielli poderia ter realizado toda essa manobra sem que Lula soubesse? O fato de ter ocorrido no governo Dilma é uma prova de que ela estava conivente com as lambanças da turma da estatal?*

(linhas 80 a 82). Essa estratégia, segundo Plantin (2008, p. 63), tem o objetivo de articular pontos de vista contraditórios. O pesquisador explica que “A atividade argumentativa é desencadeada quando se põe em dúvida um ponto de vista”, pois a incerteza tende a suscitar um estado psicológico de inquietação, obrigando o leitor a desenvolver “um discurso de justificativa”. Fundamentando-se nos atos de propor, opor-se e duvidar, Plantin apresenta um esquema para mostrar a distribuição dos papéis argumentativos nesse modelo que ele chama de *dialogal*, abaixo, aplicado às duas perguntas do texto.

Assim, para as perguntas (P1 e P2), teríamos a seguinte representação:

Propor

(P1): “Gabrielli agiu com o conhecimento de Lula”. Esse enunciado corresponde ao juízo que se embasa em duas possibilidades: **a)** diante do vulto da operação – tanto pelo valor envolvido (*1 milhão de reais* – linha 77), quanto pela extensão, ou seja, contatar todas as empreiteiras envolvidas –, seria impossível que Lula não soubesse o que estava acontecendo; **b)** Gabrielli, na condição de *homem da confiança de Lula* (linha 76), não poderia agir sem o seu conhecimento.

(P2): “Como o fato ocorreu durante seu governo, Dilma foi conivente”.

Opor-se

(P1): “Não importa a magnitude da operação, pois um chefe de governo – e qualquer outra pessoa, por mais centralizadora que seja – não consegue saber de tudo o que se passa a sua volta”. Igualmente, “É impossível saber de todos os passos daqueles que nos cercam, mesmo de quem consideramos de extrema confiança”.

(P2): “O fato de haver acontecido durante o governo Dilma, por si só, não é prova de que ela concordasse com isso”.

Duvidar

Como há locutores que não se alinham com nenhum desses argumentos, é natural que se possa duvidar:

(P1): “Não dá para ter certeza nem de uma coisa nem de outra. É preciso reunir mais evidências”.

(P2): “Seria mesmo possível que Dilma compactuasse com o esquema de corrupção?”.

A pergunta

A contradição discurso/contradiscurso dá origem ao esquema:

Proposição vs. Oposição \implies Pergunta argumentativa

A construção do discurso argumentado

Argumento de (P1): “A manobra é muito grande para que o homem da confiança do presidente agisse sem o seu conhecimento”.

Conclusão de (P1): “É muito provável que Lula sabia”.

Argumento de (P2): “Parece suficiente supor que Dilma foi conivente com a operação pelo fato de que ocorreu durante sua gestão”.

Conclusão de (P2): “É muito provável que Dilma compactuou com o esquema na Petrobras, durante seu governo”.

A conclusão como resposta à pergunta

(P1): “Lula sabia de tudo”.

(P2): “Dilma foi conivente com o petrolão”.

Nesse caso, as conclusões viriam seguidas de discursos de apoio à proposição.

Refutação e contra-argumentação

(P1): “Esses indícios não são suficientes para uma conclusão segura de que Lula sabia de tudo”.

(P2): “É preciso reunir evidências mais concretas para supor que Dilma foi conivente com o petrolão”.

Aqui, seguir-se-iam contra-argumentos em favor de outra posição:

(P1): “Não há provas concretas de que Lula sabia”;

(P2): “Não é possível argumentar que Dilma foi conivente só porque os fatos aconteceram durante seu governo”.

Observamos que o próprio enunciador reconhece a possibilidade de contra-argumentação de seu discurso ao admitir que “*Obviamente, não se pode condenar Lula e Dilma com base apenas nessa narrativa*” (linhas 82 e 83). Até este momento, não existem provas sobre o envolvimento de Lula e Dilma, mas a possibilidade de elas virem a ser apresentadas já constitui uma premissa para a argumentação, pois, em determinadas circunstâncias, “a argumentação não tem a pretensão de dizer a verdade dos fatos, mas de partilhar uma narrativa provisória para fazer que dela derive uma convicção” (BRETON, 2003, p. 101). O que estamos tentando demonstrar é a intenção do locutor de, em um primeiro momento, instaurar a dúvida e desestabilizar o leitor, colocando-o diante de um dilema: ou Lula e Dilma sabiam das operações de seus correligionários e, portanto, são coniventes, ou são muito ingênuos.

Fiorin ensina que essa estratégia caracteriza o argumento fundado no princípio do terceiro excluído, ou seja,

aquele que apresenta duas posições como as únicas possibilidades existentes, não admitindo nenhuma posição intermediária entre os dois polos considerados incompatíveis e considerando impossível não aceitar uma das duas posições. (FIORIN, 2015, p. 145)

Para explicar esse princípio da retórica, Fiorin apresenta, como exemplo, a proposição de um jornalista sobre o envolvimento de Lula no caso do *mensalão*, como ficou conhecido o escândalo da compra de apoio de parlamentares no Congresso Nacional, envolvendo integrantes do governo, entre 2005 e 2006: o presidente sabia ou não sabia? Como a história se repete, inclusive com o mesmo personagem, sentimo-nos à vontade para aplicar aqui, *ipsis litteris*, os passos do linguista.

Segundo o pesquisador, para caracterizar um dilema, é preciso que exista a disjunção completa entre as teses opostas, de modo que elas sejam, simultaneamente, contraditórias e complementares. Então, quando se diz que Lula e Dilma sabiam ou não sabiam do desvio de dinheiro na Petrobras, não há uma terceira possibilidade. Outra condição enumerada por Fiorin para a existência do dilema é a aceitação das deduções de cada uma das alternativas, derivadas (ou aceitas como tal) de uma experiência partilhada.

Em nosso exemplo, mantém-se o dilema se considerarmos legítimas as conclusões de que Lula e Dilma sabiam das irregularidades e nada fizeram para impedi-las e que foram ingênuos por não perceberem o que estava acontecendo. Se o argumento de que *é impossível conhecer todos os atos daqueles que nos cercam* for aceito, o dilema não subsiste. E, por fim, é necessário que a inferência comum dos dois membros da injunção seja idêntica, necessária e única. Assim, a conclusão de que Lula e Dilma não são bons governantes pode ser obtida de qualquer um dos membros da disjunção (sabiam ou não sabiam), por isso é idêntica, sendo necessária e única se se considera que bons governantes não convergem com atos ilícitos nem se deixam enganar por seus assessores. “O dilema é um poderoso argumento, pois ele prende o adversário num círculo vicioso. A saída é não se deixar enredar no jogo do dilema” (FIORIN, 2015, p. 148).

Para reforçar sua tese, o enunciador enumera uma série de fatores considerados como indícios de que Lula e Dilma sabiam das operações na Petrobras, representados no processo de referenciação pelos objetos de discurso a seguir destacados: *valores envolvidos* (linha 86), *contato constante de Paulo Roberto Costa com ambos* (linha 87), *operações de câmbio que fazia em favor de aliados do PT e de tesoureiros do partido* (linhas 87 e 88) e *altos cargos da Petrobras envolvidos no esquema mudavam de dono a partir de ordens do Planalto* (linhas 89 e 90). A importância dessas formas nominais para o projeto argumentativo está na possibilidade de o leitor estabelecer relações lógicas entre elas e as pessoas de Lula e Dilma, pelas posições que ambos ocupam no PT e no governo.

Na linha 91, o enunciador volta a destacar a importância de Youssef para as investigações ao afirmar que “*Os policiais estão impressionados com a fatura de detalhes narrados por Youssef com base, por enquanto, em sua memória*”. Ressaltamos a escolha lexical que recai sobre o adjetivo *impressionados*, um predicador modalizador discursivo que, ao atribuir uma característica ao substantivo, também revela uma avaliação do enunciador; igualmente, a escolha do núcleo nominal (*fatura*) da descrição definida, é decorrente da avaliação subjetiva do enunciador. Assim, ao repassar para o leitor sua opinião de que os policiais estão *deslumbrados, maravilhados* com os depoimentos, o locutor procura reafirmar a credibilidade do depoente, pois quem não fala a verdade, não consegue *grande quantidade* de detalhes em seus relatos, corre o risco de contradizer-se.

Em seguida, nesse mesmo parágrafo, é introduzido um novo objeto de discurso, que aparece no comentário de um dos interrogadores (“*O Vaccari está enterrado*” linha 92), retomado adiante por *João Vaccari Neto*, categorizado por catáfora pela descrição definida *o tesoureiro nacional do PT* (linha 94). O adjetivo escolhido, embora seja de verificação e

opere como classificador, neste caso, é importante porque orienta o leitor para o fato de que se trata da pessoa encarregada pelas finanças do partido em todo o território nacional, e que está envolvida em negociações com o doleiro. Essa informação, ao apontar o envolvimento da cúpula do PT no escândalo, ou seja, de outra pessoa muito próxima de Lula e Dilma, visa a ratificar a probabilidade de eles saberem.

No próximo fragmento, o enunciado “*O dinheiro, desviado dos cofres da Petrobras, teria sido repassado a partir de transações simuladas entre clientes do banco clandestino de Youssef e uma empresa de fachada criada por Vaccari*” (linhas 96 a 98) contém uma sequência de representações que reforçam a trama persuasiva do texto.

Na expressão *desviado dos cofres da Petrobras*, o núcleo do sintagma, um adjetivo predicativo qualificador, é utilizado para especificar a origem do dinheiro da transação entre Youssef e Vaccari, lembrando que ele foi subtraído da Petrobras, de forma ilegal; a operação de repasse é categorizada por uma descrição nominal com determinante zero (*transações simuladas*), em que o adjetivo modalizador epistêmico asseverativo *simuladas* aponta para o caráter fraudulento da operação; os polos da transação são categorizados de uma lado, pela retomada da descrição definida *o banco clandestino*, que já figurou na linha 28 e de outro, pela expressão nominal indefinida *uma empresa de fachada*, para designar a firma criada por Vaccari para contabilizar recursos de origem ilícita.

Nesse excerto, no processo de referenciação instaurado, propositadamente, o enunciador “bombardeia” o leitor com uma série de expressões que, juntas, reativam em sua memória discursiva os modelos mentais relacionados à corrupção e, ao mesmo tempo, permitem imaginar a proporção do escândalo.

Uma retomada significativa acontece nas linhas 100 e 101, com a expressão nominal definida *Nesse tesouro do crime organizado*, um encapsulamento anafórico que recategoriza a expressão indefinida *um arquivo com mais de 10.000 notas fiscais* (linhas 99 e 100), onde estariam as provas dos pagamentos efetuados por Youssef.

Além de organizar o discurso, assinalando a progressão referencial, o encapsulamento é um importante recurso coesivo porque recupera tanto informações de extensão e complexidade variada, como pode retomar outra expressão nominal. Esse tipo de anáfora recategoriza um objeto dado e constitui um novo referente discursivo, criado na dinâmica do texto. Conte (2003, p. 183) defende que, nesse processo de criação de novos referentes, há uma preferência pelo uso de determinante demonstrativo, por existir “um tipo de afinidade eletiva entre demonstrativos e termos avaliativos”. Ainda de acordo com essa autora, o demonstrativo funciona como uma espécie de indicador para que o leitor procure no cotexto o

antecedente da expressão anafórica, exigindo uma interpretação tanto da expressão recategorizada, quanto do novo objeto de discurso.

Sob a perspectiva da argumentação, por representar uma escolha dentre várias possibilidades do léxico, o encapsulamento tem valor persuasivo, exatamente por orientar o leitor para as conclusões pretendidas pelo enunciador. A esse respeito, Koch afirma:

[...] os rótulos são meios privilegiados de condução e explicitação de pontos de vista do produtor não só no que diz respeito aos conteúdos veiculados, como também aos seus enunciadores, inscrevendo, dessa forma, a argumentatividade no texto. (KOCH, 2014, p. 69-70)

A pesquisadora ainda observa que todos os rótulos encerram algum grau de subjetividade. Assim, a criação de um novo objeto de discurso representa uma oportunidade de reavaliação do segmento anterior, possibilitando-se acrescentar novo argumento, a exemplo do que acontece na expressão analisada, em que o arquivo de notas fiscais se transforma na metáfora do “tesouro do crime organizado”, traduzindo a avaliação subjetiva do enunciador.

No mesmo excerto, outra recategorização relevante reforça o projeto de persuadir o leitor. Trata-se da expressão nominal indefinida *uma das revelações mais extraordinárias* (linhas 101 e 102), com função catafórica, antecipando o objeto de discurso *o número das contas secretas do PT* (linha 103). Do ponto de vista argumentativo, a catáfora, por ser uma remissão feita para a frente no texto, gera uma expectativa no interlocutor, porque torna a interpretação do elemento subsequente dependente da expressão anterior, conforme podemos constatar no trecho em análise, pois ficamos à espera de saber a que se refere a expressão “uma das revelações mais extraordinárias”.

Para encerrar a reportagem, o locutor antecipa novas revelações do depoente, utilizando outra vez a remissão prospectiva, marcada pela expressão nominal indefinida *um episódio ocorrido em março deste ano* (linha 111), que sumariza uma informação do cotexto ulterior, contida no enunciado que se inicia na linha 112 e vai até a linha 118 (*Youssef dirá que um integrante da coordenação da campanha presidencial do PT [...]*). Aliás, esse trecho contém expressões que reafirmam a trama persuasiva do texto, no sentido de convencer o leitor sobre o envolvimento da presidente Dilma no escândalo da Petrobras, ao informar que Youssef foi procurado por alguém relacionado a sua campanha, categorizado pela expressão nominal indefinida *um integrante da coordenação da campanha presidencial do PT* (linhas 112 e 113), para solicitar dinheiro (*repatriar 20 milhões de reais que seriam usados na*

campanha presidencial de Dilma Roussef – linhas 114 e 115). Esta última informação, resumida cataforicamente pelo encapsulamento *o assunto* (linha 114), prossegue dizendo que o encontro acabou não acontecendo, em virtude da prisão de Youssef, categorizada pela descrição nominal com determinante zero *hóspede da Polícia Federal* (linha 117), uma expressão reveladora da subjetividade do enunciador, pois denota sua intenção de ridicularizar o personagem.

A informação final de que Youssef ainda tem outras revelações que podem “chocar o país”, para gerar uma expectativa nos leitores da revista, é um indicativo do tratamento dado à notícia como produto, haja vista a necessidade de qualquer veículo de comunicação de obter um público fiel, conforme aponta Hernandez (2006, p. 73), um aspecto a ser posto ao lado da “identificação ideológica” dos leitores com a revista. De fato, se a imprensa tem, por um lado, a função social de informar e de contribuir para a consolidação das democracias, por outro, sua condição de empresa que sobrevive de vender informação não pode ser esquecido. As palavras de Charaudeau, com as quais encerramos esta análise, resumem muito bem esse aspecto da lógica comercial:

[...] sua atividade [da imprensa], que consiste em transmitir informação – que tanto pode ser dada espontaneamente quanto procurada ou provocada – torna-se suspeita porque sua finalidade atende a um interesse diferente do serviço da democracia. O imperativo de captação a obriga a recorrer à sedução, o que nem sempre atende à exigência de credibilidade que lhe cabe na função de “serviço ao cidadão” – sem mencionar que a informação, pelo fato de referir-se aos acontecimentos do espaço público político e civil, nem sempre estará isenta de posições ideológicas. (CHARAUDEAU, 2012, p. 59)

4.4 REPORTAGEM 2

| | |
|--|---|
| Título: A democracia vence o golpe | |
| Olho: Dilma Rousseff supera a tentativa da mídia de interferir nas eleições e derrota Aécio Neves em uma disputa acirrada | |
| Autores: André Barrocal e Rodrigo Martins | |
| Fonte: Carta Capital, ed. 823, de 29/10/2014, p. 12-19. | |
| 1 | <p>“A estratégia no Brasil foi sempre tentar, desde o Getúlio Vargas, trazer a corrupção à tona para atacar projetos mais progressistas e desenvolvimentistas. Quero que descubram como (vão me atacar).” Premonitório o desabafo de Dilma Rousseff a <i>CartaCapital</i> dias antes de sua histórica reeleição. A disputa</p> |
| 5 | <p>presidencial mais difícil vencida pelo Partido dos Trabalhadores exigiu superar uma resistência conservadora e golpista presente até a hora final. Um triunfo da politização da maioria do eleitorado, certo de que o governo petista ainda é a aposta certa para melhorar a vida dos mais pobres e dos trabalhadores.</p> |
| 10 | <p>Com 54,4 milhões de votos, 51,6% do total, Dilma Rousseff teve uma vitória apertada, só oficializada pela Justiça Eleitoral depois da apuração de 97% das urnas, às 9 da noite do domingo 26. Com 15 milhões de votos despejados na</p> |
| 15 | <p>cumbuca tucana, São Paulo alavancou Aécio Neves e levou o candidato do PSDB a ter o melhor desempenho tucano nas quatro derrotas para o PT. O senador mineiro teve ao todo 51 milhões de votos, o equivalente a 48,3%. Caso uma parte dos paulistas realizasse o sonho de fundar a República (quem sabe a monarquia)</p> |
| 20 | <p>Bandeirante e o sufrágio no estado fosse excluído da contagem geral, a presidenta venceria no Brasil por 55% a 45%.</p> <p>No reduto do PSDB, a Região Sudeste, Dilma Rousseff venceu no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. No Rio Grande do Sul, onde a petista vota e fez carreira política, perdeu, ao contrário do primeiro turno, mas o revés foi compensado pelo</p> |
| 25 | <p>resultado em Pernambuco, único estado do Nordeste que não lhe dera a vitória no turno inicial, graças ao apoio da família do falecido Eduardo Campos à ex-ministra Marina Silva.</p> <p>Pernambuco foi palco do maior comício da presidenta em toda a eleição. Ao lado do ex-presidente Lula, Dilma arrastou 52 mil eleitores às ruas do Recife na terça-feira 21, depois de uma maratona de atos públicos em outras duas cidades. Diante da multidão, mostrou uma desenvoltura incomum. No palanque pediu aos</p> |

| | |
|----|--|
| 30 | apoiadores para “não deixar pena de tucano presa, só voando por aí” e para votarem contra o atraso e o retrocesso representados, segundo ela, pelo PSDB. |
| 35 | <p>A última semana reservou o mais simbólico ato público da jornada dilmista. Na segunda-feira 20, a candidata e Lula lotaram o teatro da PUC, em São Paulo, para um encontro com intelectuais. Sem poder entrar, uma multidão aglomerou-se do lado de fora. E não perdeu viagem. Dilma foi a uma sacada saudar o público, a quem acenou por dez minutos e com quem comemorava aos gritos de “quem não pula é tucano”. Segundo um dos dirigentes da campanha do PT, o ato mostrou que a militância do partido tinha perdido definitivamente a desinibição de ir às ruas defender a candidata, coragem que faltara no primeiro turno.</p> |
| 45 | <p>A desinibição gerou alguns confrontos físicos com simpatizantes tucanos em atos pelo País, especialmente em São Paulo. Com Aécio Neves atrás nas pesquisas, a revista <i>Veja</i> noticiou na noite da quinta-feira 23, sem apresentar provas, que o doleiro Alberto Yousseff teria acusado dois dias antes, em uma delação premiada, Dilma e Lula de conhecerem e autorizarem os desvios na Petrobras. O golpe era a resposta à dúvida da presidenta a respeito de como seria atacada pelo udenismo que vitimara Vargas. A presidenta estava no Rio de Janeiro e se preparava para o derradeiro duelo televisivo com Aécio na noite seguinte, na Globo. Entre auxiliares temia-se uma reação tímida. Engano.</p> |
| 55 | <p>A presidenta gravou um depoimento para seu horário eleitoral na sexta-feira 24, último dia de exibição, com uma reação contundente. Chamou a acusação de “crime”, “terrorismo eleitoral” e tentativa “desonesta” de interferir na eleição. Seu comitê entrou com ação criminal contra a <i>Veja</i>. No Tribunal Superior Eleitoral, os petistas conseguiram no sábado 25 a publicação de um direito de resposta no site da revista e a proibição da publicidade da semanal em outdoors, internet, rádio e tevê. O direito de resposta foi ao ar sem o destaque da reportagem, motivo de o procurador-geral eleitoral Eugênio Aragão pedir ao TSE uma multa de 500 mil reais por hora contra a publicação.</p> |
| 60 | <p>Em São Paulo, militantes da União da Juventude Socialista protestaram na porta da Editora Abril, dona da <i>Veja</i>, na sexta-feira 24. Picharam muros e atiraram lixo e pedras. No dia seguinte, em Porto Alegre, Dilma condenou o ato: “Vandalismo”. E voltou a confrontar a revista: “Golpista”. Àquela altura, corriam pela internet boatos de toda sorte. Um deles garantia: Youssef teria sido</p> |

| | |
|----|--|
| | <p>envenenado, insinuação de assassinato ordenado pelo PT. O doleiro foi parar no hospital, mas por outro motivo, uma queda de pressão.</p> |
| 65 | <p>Os tucanos tentaram aproveitar a chance. Aécio Neves classificou a reportagem de “extremamente grave”, a resposta petista de “censura” e o protesto na Abril, de “atentado à liberdade de expressão”. Em seu último programa eleitoral, exibiu a revista. Mais tarde, no debate na Globo, questionou Dilma. Seus partidários distribuíram a revista pelo País durante o fim de semana. Até então, o escândalo da Petrobras sumira da campanha do PSDB. Presidenciável em 2010, José Serra dissera no domingo 19 que o assunto estava “enjoativo”. O silêncio coincidia com o surgimento de notícias de que tucanos teriam recebido propina de Youssef para esvaziar uma CPI da Petrobras em 2009, entre eles o ex-presidente do partido Sérgio Guerra, falecido em março passado.</p> |
| 70 | <p>As fraudes na estatal eram uma peça-chave no xadrez tucano. Segundo pesquisas do comitê da oposição, o brasileiro estaria menos paciente com os desmandos. Para os aecistas, ninguém deveria ir às urnas sem ter o tema “corrupção” na cabeça. Após uma reunião da CPI da Petrobras em setembro, o chefe da campanha de Aécio, senador José Agripino, dizia pelos corredores ser preciso haver notícias diárias sobre o tema.</p> |
| 75 | <p>Os petistas preocupavam-se. Suas sondagens internas apontavam a Petrobras como uma barreira ao avanço de Dilma Rousseff nas pesquisas. Os eleitores, afirmou um dos dirigentes da campanha, resistiam à ideia de escolher um candidato só com base em propostas. Se achassem o rival marcadamente mais íntegro, se inclinariam por este sem se importar com plataformas. Era uma situação crítica. O plano no segundo turno era convencer o eleitorado por meio de um embate entre dois modelos de governo, um em favor da maioria e outro, da elite.</p> |
| 80 | <p>A presidenta enfrentou o problema aos poucos. No fim do primeiro turno, anunciou um pacote de combate à impunidade. No início do segundo, chamou imediatamente de “golpe” a divulgação de áudios de depoimentos de Youssef e de Costa, nos quais o PT aparecia como beneficiário de comissões em contratos da Petrobras. No sábado 18, deu um passo ousado ao admitir em público a existência de fraudes e dizer que lutaria para ressarcir os cofres públicos. Na véspera da votação, afirmou que haverá punições do a quem doer.</p> |
| 85 | <p>No esforço para empurrar a disputa ao campo dos projetos, a campanha</p> |
| 90 | |

| | |
|-----|---|
| 95 | <p>petista difundiu fatos da vida política e pessoal do adversário. Esperava tirar-lhe a vantagem devida à aparente boa imagem. Soube-se então que Aécio Neves foi indicado para cargos públicos pelo pai e por um primo no passado, e que nomeou parentes no governo de Minas. O ponto alto do plano foram os pugilísticos debates na Band e no SBT.</p> |
| 100 | <p>Nos confrontos finais, na Record e na Globo, a beligerância diminuiu, de parte a parte. O tom mais comedido foi forçado pelo TSE. Na quinta-feira 16, o tribunal proibira ataques no horário gratuito. A decisão rachou a Corte e gerou polêmica. O Ministério Público Eleitoral reclamou de reviravolta no meio do jogo e perto da eleição. Ministros do TSE achavam inapropriado interferir no nível da campanha. Os dilmistas sentiram-se mais afetados, por crer que não podiam contar</p> |
| 105 | <p>com a cobertura espontânea da mídia contra o mineiro.</p> |
| 110 | <p>A decisão foi obra do presidente do tribunal, José Dias Toffoli. Advogado do PT no passado, indicado pelo ex-presidente Lula para o Supremo Tribunal Federal, o ministro anda contrariado com a presidenta. A um amigo contou sentir-se desprezado, jamais consultado sobre a indicação de juízes para tribunais. Durante a eleição, criticou Dilma Rousseff por dar entrevistas no Alvorada como candidata e usar o local no horário eleitoral.</p> |
| 115 | <p>A limitação foi compensada em parte pelo principal cabo eleitoral de Dilma. Aos 69 anos, o ex-presidente Lula cruzou o Brasil, empolgado como se fosse o candidato. Esteve em Belo Horizonte, na periferia e no Centro de São Paulo, na grande Rio, no Recife, Porto Alegre e Campo Grande, para carreatas e comícios, às vezes em jornada dupla. Coube a ele a tarefa de apontar cruamente defeitos do rival, em discursos fortes com mais de um alvo.</p> |
| 120 | <p>Lula chamou Aécio de “filhinho de papai” e “candidato dos banqueiros”. De “grosseiro” e desrespeitador das mulheres, por chamar Dilma de “leviana”, sinônimo de prostituta em certos lugares do Nordeste. Acusou o PSDB de “elitismo” e reclamou do ódio ao PT, vítima de “nazismo”. Disse que a mídia sabota governantes favoráveis aos pobres desde Getúlio Vargas. Para o mineiro, Lula “apequenou” a biografia.</p> |
| 125 | <p>Nos dias decisivos da eleição, entrou em pauta um assunto indigesto para o PSDB, a falta de água em São Paulo. A crise hídrica foi levada à propaganda petista na tevê, na expectativa de melhorar o desempenho da presidenta entre o</p> |

| | |
|-----|--|
| 130 | <p>maior e o mais antipetista eleitorado do País. Com cuidado, sem citar o popular governador tucano Geraldo Alckmin, Dilma culpou o PSDB e ofereceu um apoio federal de 1,8 bilhão de reais. No debate na Globo, disse que o “meu banho, minha vida” era obra tucana. Na capital paulista, distribuíram-se panfletos a defender a “seca de votos” contra quem “secou a água”.</p> |
| 135 | <p>O assunto extrapolou as propagandas. Na quinta-feira 23, entrou em vigor mais um desconto para os paulistas poupadores de água, enquanto a carestia alastrava-se pelo estado. Dois dias antes, o presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu, dissera no Legislativo paulista que o estado vive uma “pré-tragédia”. Amigo de Dilma, o deputado federal José Aníbal, do PSDB, chamou Andreu de “vagabundo”. Aécio pôs em dúvida a isenção da ANA, que estaria “aparelhada” pelo PT, partido de Andreu. Em um vídeo na internet na quarta-feira 22, Alckmin quebrou o silêncio: “É lamentável que queiram tirar proveito político deste fato”.</p> |
| 145 | <p>Há razões para desconfiar que, de olho na própria reeleição, o governador também tentou “tirar proveito político deste fato”, minimizando o drama. Na sexta-feira 24, tornaram-se conhecidos áudios comprometedores. Em reunião na Sabesp, a estatal paulista de água, a presidente Dilma Pena dizia haver “uma orientação superior” contra alertar a população para a necessidade de economizar. A revelação custou um pedido de <i>impeachment</i> contra Alckmin, apresentado pelo PSOL. Se houver um “terceiro turno” na eleição presidencial, com questionamentos sobre a legitimidade da vitória de Dilma, é possível que haja em São Paulo também.</p> |
| 150 | <p>De qualquer forma, não adiantou. Os paulistas deram ampla vitória a Aécio Neves, uma vantagem de 7 milhões de votos.</p> |
| 155 | <p>A sofrida reeleição encerra uma disputa repleta de reviravoltas iniciadas em junho do ano passado. Naquela altura, Dilma enfrentava problemas políticos e econômicos, mas ainda parecia favorita a vencer no primeiro turno. De uma hora para outra, viu despencar a aprovação do governo, então na casa dos 60%. No início oficial da campanha, o índice beirava os 35%. Graças à campanha no horário gratuito de rádio e tevê, a aprovação superou os 40%.</p> |
| | <p>Com a incerteza reinante no pós-manifestações e um crescente sentimento de mudança por parte da população, o PSDB souou para manter o protagonismo. O motivo foi a concorrência do PSB, disposto a encarnar uma “terceira via”.</p> |

| | |
|-----|--|
| 160 | <p>Ambicioso, o ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos não quis esperar por um eventual apoio de Lula na eleição de 2018 e decidira lançar-se ao Palácio do Planalto. Aproximou-se do mercado financeiro e de líderes direitistas, entre eles, a família Bornhausen, de Santa Catarina, e o ruralista Ronaldo Caiado, de Goiás, roubando aliados naturais de Aécio.</p> |
| 165 | <p>Até morrer em um acidente de avião de 13 de agosto, Campos jamais empolgara o eleitorado. Foi a entrada de Marina Silva em seu lugar que de fato abalou Aécio e chacoalhou a eleição. Dona de 20 milhões de votos na disputa pela Presidência em 2010 pelo inexpressivo PV, ela disparou nas pesquisas, no embalo da comoção popular e da superexposição na mídia. Empatou com Dilma no</p> |
| 170 | <p>primeiro turno e abriu 10 pontos de vantagem em simulações de segundo turno.</p> <p>Mas a onda que se anunciava um tsunami refluuiu para uma marola. A campanha de Dilma deu início a uma exitosa estratégia de desconstrução da rival, tarefa na qual teve ajuda de Aécio. Marina ruiu por conta de suas próprias fragilidades, como reconhecido pelo PSB. “Certa críticas do PT ao programa de</p> |
| 175 | <p>Marina tinham algum fundamento. Determinadas propostas encontravam resistência dentro do próprio PSB, como a independência do Banco Central e a desaceleração do pré-sal”, diz o presidente da legenda, Carlos Siqueira.</p> |
| 180 | <p>Beneficiado pela implosão de Marina, Aécio alcançou uma surpreendente votação de 33% no primeiro turno, montou a maior frente anti-PT no início do segundo e assumiu a liderança nas pesquisas. Sustentou-se assim durante boa parte da disputa, com forte discurso antipetista. “Aécio soube dosar melhor esse discurso e dialogar com o eleitor mediano, que não é necessariamente contra o PT. Ele reconheceu os avanços sociais do governo Lula, mas defendeu uma correção da política econômica”, afirma Claudio Couto, cientista político da Fundação Getúlio</p> |
| 185 | <p>Vargas. Mas não foi o bastante para o PSDB retomar o poder.</p> |
| 190 | <p>O próximo mandato de Dilma terá desafios políticos e econômicos que o Planalto precisa encarar desde agora. A montagem de sua base parlamentar promete emoções. Se a presidenta colecionara atritos na primeira gestão, a eleição multiplicou o número de ressentidos. Maior legenda no Senado, o PMDB é liderado por Eunício Oliveira, batido por um petista na luta pelo governo do Ceará. O influente presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, foi derrotado na briga pelo governo potiguar por um candidato apoiado por Lula.</p> |

| | |
|-----|--|
| 195 | <p>O perfil mais fisiológico e conservador do novo Congresso é outro abacaxi. O número de siglas na Câmara subiu de 22 para 28, maior dispersão da história. O PT encolheu de 88 para 70 deputados. As bancadas ruralista, evangélica, militar e empresarial avançaram. Quadro que a radicalização de petistas e tucanos no fim da eleição só tende a azedar. “A proposição de ampla reforma política pode ser uma boa saída para tirar o governo da defensiva”, diz o cientista político Leonardo Avritzer, pós-doutor pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos EUA.</p> |
| 200 | <p>Em seu discurso após a confirmação da vitória, Dilma Rousseff fez questão de apaziguar os ânimos e acenar: “Esta presidenta está disposta ao diálogo”.</p> |
| 205 | <p>Na economia, a missão será restabelecer as pontes com o setor privado, que não fez questão de esconder sua predileção por Aécio Neves (ou qualquer outro nome da oposição) com uma espécie de greve patronal responsável pela estagnação do PIB neste ano. Aguarda-se com expectativa o anúncio do substituto de Guido Mantega no Ministério da Fazenda, cujo desafio imediato será convencer o empresariado a retomar os investimentos. A falta de confiança é a maior desde a crise global de 2008.</p> |

4.4.1 Análise da Reportagem 2

Esta reportagem foi publicada imediatamente após o resultado das eleições presidenciais de 2014 e faz uma referência explícita à matéria de nossa primeira análise. Seu título (*A democracia vence o golpe*) é uma frase curta e impactante, com verbo na voz ativa, obediente, portanto, à estrutura esquemática recomendada pelos manuais de jornalismo. Para Koch e Elias (2014, p. 90): “o título é o primeiro desencadeador de perspectivas sobre o texto, que vai servir de fio condutor para as inferências que o leitor terá de fazer”. O título de uma notícia é considerado uma estratégia de arrebatamento, responsável por despertar curiosidade; está ligado à ordem do sensorial e busca sensibilizar o leitor e atraí-lo para o texto. Na visão de Hernandes (2006, p. 53), “Uma boa manchete é um pedaço de uma narrativa que clama por completude”, ou seja, o título deve ser capaz de sugerir o assunto que será tratado, apontar inferências, mas jamais poderá informar completamente.

No caso analisado, o efeito de impacto é causado pela escolha lexical do substantivo *golpe*, que além da acepção de “batida”, “pancada”, possui também o significado de “[...] 11. Manobra desonesta, com o fim de enganar, prejudicar, roubar outrem. [...] Golpe de Estado. Subversão da ordem constitucional” (FERREIRA, 1986, p. 856). Em um país que ainda não

se livrou de todos os fantasmas da ditadura, a palavra “golpe” causa temor; por isso foi usada pelo enunciador, na expectativa de chocar o leitor e, ao mesmo tempo, transformar-se em um convite para saber os detalhes.

No enunciado do olho da reportagem (*Dilma Rousseff supera a tentativa da mídia de interferir nas eleições e derrota Aécio Neves em uma disputa acirrada*), percebemos a intenção de associar o nome de Dilma Rousseff à palavra *democracia*, ao mesmo tempo em que a descrição definida em destaque recategoriza a palavra *golpe*.

O texto inicia-se com uma declaração atribuída à presidente Dilma (“*A estratégia no Brasil foi sempre tentar, desde o Getúlio Vargas, trazer a corrupção à tona para atacar projetos mais progressistas e desenvolvimentistas. Quero que descubram como (vão me atacar).*”), feita à revista, dias antes da eleição, com o objetivo tanto de comparar o seu governo ao de Getúlio Vargas, como de confrontar a atuação de seus opositores à oposição feita ao presidente, depois que ele foi eleito para um segundo mandato (1951 a 1954). Para esclarecer, a relação entre Vargas e a oposição é assim descrita por Domingues e Leite:

A política nacionalista-reformista de Getúlio limitando o investimento de capitais externos e sua crescente aproximação com as massas populares criaram contra o presidente uma forte cadeia de protestos. Grupos nacionais ligados ao capital estrangeiro, empresários temerosos da ascensão do proletariado urbano, latifundiários descontentes com o contínuo fluxo de trabalhadores rurais para as cidades, setores militares vinculados à orientação da Escola Superior de Guerra e elementos da classe média, defensores de uma política mais conservadora, e menos reformista – todos viam em Getúlio Vargas o inimigo comum. A oposição aumentava e os jornais buscavam notícias de corrupção, subornos e financiamentos ilegais para desmoralizar o governo. (DOMINGUES; LEITE, 1983, p. 267)

A asserção da presidente é retomada pela expressão *o desabafo de Dilma Rousseff* (linhas 3 e 4), uma rotulação metadiscursiva utilizada para qualificar o enunciado da presidente. Koch (2005, p. 44) observa que a escolha de determinada expressão metalinguística “é importante indício da opinião do locutor não só a respeito do discurso que está sendo rotulado, como também a respeito do próprio enunciador desse discurso”. Com efeito, a escolha de *desabafo* representa o modo como o locutor da reportagem interpreta (e pretende que o leitor também o faça) aquele discurso específico de Dilma Rousseff, ou seja, de externar algum tipo de sentimento contido (no caso, de apreensão), em busca de aliviar seu estado de espírito. Para reforçar a argumentação, o rótulo é categorizado como *premonitório*, um adjetivo modalizador discursivo, porque revela um juízo do enunciador, com o valor semântico daquilo “1. Que diz respeito à premonição. 2. Que adverte com antecipação; que se

deve considerar como aviso ou prevenção” (AULETE, 2011, p. 1103), para indicar que a presidente acertou tanto a previsão como a comparação.

A descrição definida *A disputa presidencial mais difícil vencida pelo Partido dos Trabalhadores* (linhas 4 e 5) constitui uma anáfora indireta baseada em inferências ancoradas em informações explicitadas no modelo do mundo textual precedente (“*histórica reeleição*”, na linha 4), pois ativa um objeto de discurso inferencialmente ligado a *eleição*, exigindo do leitor da reportagem a retomada do contexto anterior e, ao mesmo tempo, a ativação de seus conhecimentos pessoais sobre pleito eleitoral, com todos os eventos que lhe são inerentes (Cf. MARCUSCHI, 2005, p. 64-65).

No plano da argumentação, a descrição definida (linhas 4 e 5) – contendo o adjetivo qualificador polar *difícil*, com seu valor semântico intensificado pelo advérbio *mais* – tem por objetivo valorizar o resultado da disputa, contrapondo-o ao lado vencido, categorizado pela expressão nominal indefinida *uma resistência conservadora e golpista* (linha 6), com dupla adjetivação, ou seja, dois adjetivos de verificação que, neste caso, são argumentativos, porque reforçam a depreciação do enunciador sobre os adversários da presidente reeleita. Para encerrar o primeiro parágrafo, há uma remissão à expressão *histórica reeleição* (linha 4) – o adjetivo de verificação é retórico, pois, dentre seus significados, encontramos: “[...] 2. Que pertence ou é digno de pertencer à história [...]. 3. Fig. Inesquecível, memorável [...]” (AULETE, 2011, p. 750), e seu emprego visa a enaltecer a eleição –, recategorizando-a com a expressão nominal indefinida *Um triunfo da politização da maioria do eleitorado* (linhas 6 e 7) e também reclassifica *o governo petista* (linha 7) com a descrição definida *a aposta certa para melhorar a vida dos mais pobres e dos trabalhadores* (linhas 7 e 8).

Em relação aos modos de operação da ideologia, propostos por Thompson (2011), o processo de referenciação desse trecho aponta para a estratégia da *fragmentação*, que consiste em destacar as diferenças e as divisões entre os grupos (os mais pobres e os trabalhadores vs. os conservadores golpistas).

Nos três parágrafos seguintes, o enunciador faz considerações sobre o pleito, com nova avaliação sobre o resultado da eleição, categorizando-o com a expressão nominal indefinida *uma vitória apertada* (linhas 9-10), com destaque para o adjetivo qualificador *apertada*, que opera graduando o substantivo *vitória*, para indicar a pequena diferença de votos entre os concorrentes. Há também análises sobre os números dos votos de ambos os candidatos, em algumas regiões do país e ocorre a introdução do objeto de discurso *Aécio Neves* (linha 12), recategorizado pela descrição definida *o candidato do PSDB*, na mesma linha e, ainda por outra descrição definida, *O senador mineiro*, mais adiante, na linha 13, para

dizer que ele deve ao colégio eleitoral paulista a expressividade de sua votação, categorizada pela descrição definida *o melhor desempenho tucano nas quatro derrotas para o PT* (linha 13), uma forma de lembrar ao leitor que, das seis disputas presidenciais entre os dois partidos, o PSDB perdeu quatro. Destacamos, nesse excerto, a descrição definida *o sonho de fundar a República (quem sabe a monarquia) Bandeirante*, nas linhas 15 e 16, como uma alusão irônica a alguns movimentos separatistas organizadores de ações em prol da independência do estado de São Paulo e que ganharam força após a reeleição de Dilma, inclusive com manifestações racistas contra os nordestinos (responsáveis pela maior votação concedida à candidata do PT), considerando que se tal hipótese se concretizasse, a vitória da presidente seria mais expressiva.

Na linha 18, a Região Sudeste é categorizada por catáfora pela descrição definida *o reduto do PSDB*. Lembrando que a palavra “reduto” tem o significado de “1. Local fechado e protegido, que serve de abrigo ou esconderijo. 2. Originalmente, local ainda mais fortificado dentro de uma fortaleza [...]” (AULETE, 2011, p. 1171). Por conseguinte, a escolha lexical pretende insinuar que nessa região o candidato do partido não deveria ser ameaçado, entretanto foi derrotado em dois estados, incluindo sua terra natal, Minas Gerais. Esse argumento revela a intenção do enunciador de menosprezar a imagem de Aécio Neves e valorizar Dilma Rousseff.

No parágrafo iniciado na linha 24, o enunciador descreve um evento da campanha petista: o estado de Pernambuco é categorizado pela descrição nominal com determinante zero *palco do maior comício da presidenta em toda a eleição*; o objeto de discurso *o ex-presidente Lula* é introduzido na linha 25; a menção de *52 mil eleitores nas ruas* (linha 25). Somados, esses relatos visam a comprovar o prestígio, tanto da candidata, quanto do ex-presidente, desempenhando papel de cabo eleitoral.

O encapsulamento *o mais simbólico ato público da jornada dilmista* (linha 30), sintetiza informações de segmentos subsequentes, contidas no trecho que vai da linha 31 à linha 35, sobre manifestações de apreço à candidata e de sua resposta aos manifestantes. Outro encapsulamento relevante para a trama argumentativa do texto ocorre na linha 42, em que a expressão *o golpe* faz remissão à reportagem de Veja sobre o vazamento das declarações de Youssef à Polícia Federal, acusando a candidata e o ex-presidente de envolvimento no escândalo da Petrobras. Salientamos que *o golpe*, por sua vez, é categorizado pela descrição definida *a resposta à dúvida da presidenta a respeito de como seria atacada pelo udenismo que vitimara Vargas*, remete à comparação feita, no início do texto, com a oposição a Getúlio.

Lembramos que os encapsulamentos, funcionando como paráfrases resumidoras de uma porção do cotexto, representam, no dizer de Francis (2003, p. 211), “um construto, um recurso que o escritor utiliza para servir aos objetivos de seu argumento”. De fato, nesses excertos, as expressões encapsuladoras possibilitam ao enunciador apresentar como argumentos avaliações subjetivas sobre os eventos e caracterizam a tentativa de manipulação para que o leitor também recupere, em sua memória discursiva, as informações pelos respectivos rótulos. No que tange aos modos de operação da ideologia, os encapsulamentos expressam a reificação, pois retratam processos como se eles fossem coisas ou acontecimentos; têm a capacidade de concentrar a atenção do leitor em certos temas em prejuízo de outros (Cf. THOMPSON, 2011, p. 88), a exemplo da forma nominal *o golpe*, que induz o leitor a conceber a reportagem de Veja como uma manobra contra a candidata.

No próximo parágrafo, a resposta de Dilma à acusação de Veja tem alguns trechos reproduzidos, limitando-se às classificações atribuídas pela presidente à iniciativa da revista (“crime”, “terrorismo eleitoral”, “tentativa ‘desonesta’ de interferir na eleição”) e é categorizada por catáfora, pela expressão nominal indefinida *uma reação contundente* (linha 48). A escolha lexical de *contundente*, com o valor semântico de “[...] 2. incisivo, decisivo. 3. Extremamente agressivo” (FERREIRA, 1986, p. 470), um adjetivo que predica uma graduação para mais, intensifica o sentido de seu escopo. Aqui, também é válido reportar o comentário de Maingueneau (2013, p. 261), ao observar que “A catáfora está mais ligada a *intervenções do enunciador* que comenta sua própria fala [...], ou que antecipa o que vai dizer”, mas, neste caso, o enunciador recorreu à catáfora para comentar o discurso de outrem; na verdade, fez uma avaliação subjetiva da fala de Dilma para usá-la como argumento de seu próprio discurso.

As informações sobre o fato de o direito de resposta à reportagem de Veja não haver recebido o mesmo destaque da matéria (linhas 53 a 55) e a reação de Dilma às manifestações de protesto contra a Editora Abril, criticando a atuação dos manifestantes (linhas 58 e 59), visam a construir uma imagem positiva da presidente, ou seja, de pessoa altiva que, mesmo injustiçada, não apoia atos de vandalismo, ainda que eles sejam uma espécie de manifestação de solidariedade a ela.

A reportagem publicada pela revista Veja, a reação petista a essa publicação, a manifestação de militantes da União da Juventude Socialista e os boatos na Internet sobre o suposto envenenamento de Youssef, eventos relatados no cotexto anterior, são encapsulados por *a chance* (linha 63). Mas não é o enunciador quem avalia aqueles acontecimentos como uma *chance*, e sim Aécio Neves, que tenta tirar proveito da situação e usá-la como arma em

sua campanha eleitoral. As transcrições entre aspas reproduzem como o candidato apresentou para o eleitor cada um dos eventos (a reportagem de Veja = “[denúncia] extremamente grave”; a resposta petista [à reportagem de Veja] = censura; o protesto de militantes = atentado à liberdade de expressão).

No quadro abaixo, podemos comparar como cada um dos candidatos se refere ao mesmo evento, segundo o relato do enunciador:

Quadro 11 – Categorização dos candidatos sobre os mesmos eventos

| Eventos | Dilma Rousseff | Aécio Neves |
|--|--|---|
| Reportagem de Veja | Golpe (l. 42); crime (l. 49); terrorismo eleitoral (l. 49); tentativa desonesta de interferir na eleição (l. 49) | [Denúncia] extremamente grave (l. 65) |
| Reação petista à publicação de Veja | – ¹⁴ | Censura (l. 64) |
| Manifestações de militantes em São Paulo | Vandalismo (l. 59) | Atentado à liberdade de expressão (l. 65) |

Fonte: O autor.

Postas lado a lado, as diferentes categorizações dos candidatos sobre os mesmos fatos reafirmam a intenção do enunciador de construir uma imagem positiva de Dilma Rousseff, somando, aqui, a condição de vítima de uma tentativa de desestabilizar sua posição na disputa eleitoral e repassar a imagem de Aécio como a de um oportunista, que vislumbra naqueles acontecimentos a oportunidade de reverter a situação a seu favor.

Nesse mesmo excerto, há a seguinte informação: *Até então, o escândalo da Petrobras sumira da campanha do PSDB* (linhas 67 e 68). Ela funciona como uma espécie de exórdio, para iniciar o discurso de que o PSDB também está envolvido no mesmo escândalo, conforme se vê pela descrição definida *o surgimento de notícias de que tucanos teriam recebido propina de Youssef* (linhas 70 e 71).

Na linha 73, a descrição definida *As fraudes na estatal* retoma o escândalo da Petrobras e o categoriza, em seguida, com a expressão nominal indefinida *uma peça-chave no xadrez tucano*, uma forma metafórica de referir-se ao uso do escândalo como arma de campanha do PSDB. A metáfora é um tropo muito utilizado em textos argumentativos por seu valor expressivo, obtido pela superposição de significados. Segundo Fiorin,

¹⁴ Não existe relato de uma avaliação de Dilma sobre a reação de seu partido à publicação da reportagem de Veja, mas o próprio enunciador avalia a resposta da candidata com a expressão nominal indefinida “uma reação contundente” (linha 48).

A metáfora é uma concentração semântica. No eixo da extensão, ela despreza uma série de traços e leva em conta apenas alguns traços comuns a dois significados que coexistem. Com isso, dá concretude a uma ideia abstrata [...], aumentando a intensidade do sentido. Poder-se-ia dizer que o sentido torna-se mais tônico. Ao dar ao sentido tonicidade, a metáfora tem um valor argumentativo muito forte. O que estabelece uma compatibilidade entre os dois sentidos é uma similaridade, ou seja, a existência de traços comuns a ambos. (FIORIN, 2014, p. 34)

No xadrez, a peça-chave é aquela utilizada para dar o “xeque-mate”, isto é, derrubar o rei para vencer a partida. No caso, o escândalo da Petrobras representa para a campanha do PSDB a peça-chave com a qual o partido derrubaria a candidata petista para vencer a eleição.

Se para o PSDB o caso representava uma espécie de trunfo contra a adversária, para os petistas era apenas um motivo de preocupação, pois é recategorizado pela expressão nominal indefinida *uma barreira ao avanço de Dilma Rousseff nas pesquisas* (linha 80), outra estratégia metafórica usada para diminuir as proporções do problema, afinal, barreiras são obstáculos que podem ser transpostos. Esses recortes evidenciam como o processo de referenciação atende aos propósitos argumentativos do locutor, corroborando o pensamento de Koch, quando afirma:

A referenciação constitui, portanto, uma atividade discursiva. O sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material lingüístico que tem à sua disposição, realizando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido. Isto é, as formas de referenciação, bem como os processos de remissão textual que se realizam por meio delas, constituem escolhas do sujeito em função de um querer-dizer. (KOCH, 2005, p. 34-35)

Percebemos, ao longo desses dois parágrafos, a possibilidade de um mesmo objeto de discurso assumir diferentes configurações em função das intenções do enunciador, do sentido ideológico que ele pretende dar ao seu discurso.

No trecho seguinte, há informações sobre a maneira como a presidente, candidata a reeleição, enfrentou a denúncia de corrupção envolvendo seu partido: *aos poucos* (linha 86). Mais uma vez, a intenção é repassar para o leitor a imagem de pessoa equilibrada, ponderada e sensata, que sabe contornar problemas, com calma e metodicamente. A primeira medida de reação da presidente, categorizada pela expressão nominal indefinida *um pacote de combate à impunidade* (linha 87), juntamente com a expressão nominal indefinida *um passo ousado* (linha 90), para categorizar o ato da presidente de admitir, em público, a existência de fraudes

em seu governo, além do anúncio de que irá punir culpados e ressarcir o erário, são argumentos apresentados com o objetivo de demonstrar o não envolvimento de Dilma no escândalo e de sua disposição para reparar os danos. O adjetivo modalizador discursivo *ousado* reforça a intenção do enunciador de insinuar que a presidente, além das qualidades sugeridas acima, também é corajosa e está disposta a esclarecer os casos de corrupção; condutas típicas, portanto, de quem não tem nada a temer.

O relato sobre a divulgação – promovida pela campanha de Dilma – de fatos da vida política e pessoal de Aécio Neves (*foi indicado para cargos públicos pelo pai e por um primo no passado e nomeou parentes no governo de Minas – linhas 95 a 97*) é uma espécie de resposta à constatação feita por um dirigente do PT de que os eleitores importavam-se mais com a integridade do candidato do que com suas propostas (linhas 80 a 83). Na avaliação do enunciador, a atitude dos petistas é uma estratégia para desconstruir o conceito de homem ilibado, atribuído a Aécio Neves, pois essa representação seria falsa, conforme deixa implícito o adjetivo modalizador discursivo *aparente*, que compõe o sintagma adjetival da expressão *a aparente boa imagem* (linha 95).

No final desse parágrafo, há três expressões nominais reveladoras da subjetividade do autor da reportagem: **a**) a descrição definida *o ponto alto do plano* (linha 97) é catafórica, pois se refere a um objeto de discurso presente no cotexto subsequente (os debates) e constitui um argumento para valorizar as discussões entre os candidatos; **b**) *o plano* é um encapsulamento (contido na descrição anterior) que recategoriza o segmento precedente *o esforço para empurrar a disputa ao campo dos projetos* (linha 93) e torna evidente, pela escolha lexical, o objetivo de transformar uma batalha da guerra política (para revelar ao eleitor a inferioridade moral do candidato oponente) em “conjunto de medidas” (um conceito mais nobre, portanto), pois, dentre os significados do substantivo *plano*, encontramos “[...] 5. Conjunto integrado de medidas projetadas para realizar alguma coisa ou alcançar um objetivo [...]” (AULETE, 2011, p. 1074); **c**) a descrição definida *os pugilísticos debates na Band e no SBT* (linhas 97 e 98), em que o adjetivo de verificação *pugilístico* é responsável por ativar, na memória episódica do leitor, os modelos mentais de luta, de nocaute, de vencedor, de derrotado e de outras coisas do gênero, caracteriza manipulação do discurso, pois se esses modelos nos auxiliam a compreender os eventos comunicativos, ao utilizá-los, o enunciador pretende que o leitor compreenda o debate como ele o vê (Cf. VAN DIJK, 2012, p. 244).

Nos dois parágrafos seguintes, há dois enunciados corroborando a intenção do locutor de apresentar a candidata do PT como vítima de injustiças. O primeiro é a informação sobre a campanha petista sentir-se preterida pela imprensa: *Os dilmistas sentiram-se mais*

afetados, por crer que não podiam contar com a cobertura espontânea da mídia contra o mineiro (linhas 104 e 105). O segundo enunciado é sobre a decisão do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro José Dias Toffoli, de proibir ataques pessoais entre os candidatos. A atitude do ministro é avaliada pelo enunciador como se fosse uma traição ao Partido dos Trabalhadores, conforme se depreende das descrições nominais com determinante zero *Advogado do PT no passado* (linhas 106 e 107) e *indicado pelo ex-presidente Lula para o Supremo Tribunal Federal* (linha 107), utilizadas para categorizar o objeto de discurso José Dias Toffoli. Em seguida, ao avaliar que “*o ministro anda contrariado com a presidenta*” (linha 108) e referir-se às confidências de Dias Toffoli (*A um amigo contou sentir-se desprezado, jamais consultado sobre a indicação de juizes para tribunais* – linhas 108 e 109), o autor insinua que a decisão de impor novas regras aos debates visa, sobretudo, a afetar a campanha de Dilma; foi uma espécie de vingança e, com isso, sugere abuso de poder – atitude inconcebível para um juiz, que deveria permanecer acima de todas as paixões. Há uma crítica velada ao comportamento ético de Toffoli, pois se ele agiu motivado por uma mágoa, é parcial e, portanto, não reúne todas as capacidades exigidas para a função de julgador.

Assim sendo, ao colocar a candidata do PT na condição de vítima, isto é, preterida pela imprensa (linhas 104 e 105) e perseguida por um juiz, o enunciador faz um apelo à piedade (*argumentum ad misericordiam*), uma maneira de manipular a emoção do leitor, que passa a ver a candidata com simpatia por sua condição de injustiçada e, portanto, merecedora de um ressarcimento, que pode vir na forma da reeleição. O apelo da misericórdia é um artifício retórico bastante utilizado no discurso político e no discurso jurídico como forma de recorrer à sensibilidade e ao sentimentalismo do auditório (Cf. FIORIN, 2015, p. 225).

A moderação dos debates finais, na Record e na Globo, imposta pelo TSE, é recategorizada pelo encapsulamento *A limitação* (linha 112), revelando o propósito argumentativo de fazer com que o leitor também perceba a realidade sob a perspectiva do enunciador, ou seja, as regras impostas aos debates restringiram os ataques ao oponente, impedindo a revelação de mais fatos que pudessem desaboná-lo. Aqui, além da força argumentativa, percebemos claramente a função organizadora dos encapsulamentos retrospectivos, descrita por Francis (2003, p. 198): “eles assinalam que o escritor está se movendo para a fase seguinte de seu argumento, tendo-se utilizado da fase anterior encapsulando-a ou empacotando-a em uma única nomeação”.

No caso analisado, a expressão *A limitação* encapsula as informações antecedentes sobre as novas regras dos debates e indica, no início do parágrafo, a transição para outro tópico: a participação do ex-presidente Lula na campanha do PT, nomeado cataforicamente

pela descrição definida *o principal cabo eleitoral de Dilma* (linha 112), cujo desempenho é detalhado como se fosse a redenção das limitações forçadas pelo TSE, conforme se depreende do uso do adjetivo modalizador discursivo *empolgado* (linha 113), para qualificar Lula, durante seu périplo pelo Brasil, com a missão de *apontar cruamente defeitos do rival* (linha 116), haja vista o impedimento de Dilma nos debates da televisão.

O trecho seguinte traz os “defeitos” de Aécio Neves, elencados por Lula e reproduzidos em discurso direto (“*filhinho de papai*”, “*candidato dos banqueiros*” – linha 118; “*grosseiro*” e *desrespeitador das mulheres* – linha 119). Também há acusações ao PSDB (“*elitismo*” – linha 121) e à mídia, que *sabota governantes favoráveis aos pobres desde Getúlio Vargas* (linha 122). Charaudeau (2012, p. 172) ensina que os modos de citação produzem efeitos diferentes no discurso da mídia. Assim, o modo de citação direta (entre aspas) produz um efeito de objetividade; o modo de citação integrada (na terceira pessoa) tende a apagar a identidade do locutor de origem, incorporando o dito ao discurso da informação.

As notícias sobre a estratégia petista de utilizar a questão do desabastecimento de água em São Paulo para criticar a administração do PSDB no estado contêm avaliações do enunciador, marcadas pela expressão nominal indefinida *um assunto indigesto para o PSDB* (linhas 124 e 125) e pelas descrições definidas *A crise hídrica* (linha 125) e *a carestia* (linha 133), recategorizando o objeto de discurso *a falta de água em São Paulo* (linha 125). Com a primeira avaliação, contendo o adjetivo modalizador discursivo *indigesto*, o locutor sugere que o problema é evitado pelo PSDB, pois dentre os usos figurados desse vocábulo o encontramos com o significado de “[...] 3. Fig. Que causa grande mal-estar moral ou desgosto, desgosto, aborrecimento ou prejuízo extremos [...]” (AULETE, 2011, ‘p. 785). Com essa representação do tema, o enunciador deixa implícito que há omissão ou incompetência do PSDB para solucionar o problema e estende essas características a todos os gestores do partido.

A abordagem do assunto prossegue nos dois parágrafos seguintes, com relatos de trocas de acusações entre políticos das duas legendas, como forma de dar voz a ambos os lados e, com isso, demonstrar imparcialidade no tratamento da notícia. Entretanto, na linha 141, a subjetividade do autor da reportagem torna-se evidente com a afirmação *Há razões para desconfiar que, de olho na própria reeleição, o governador também tentou “tirar proveito político deste fato”, minimizando o drama* (linhas 141 e 142), referindo-se à divulgação de gravações de uma reunião da Sabesp, categorizadas pela descrição nominal com determinante zero *áudios comprometedores* (linha 143), contendo a afirmação da

presidente da estatal sobre haver recebido orientações do governo de São Paulo para não incentivar a população a economizar água. Segundo notícias veiculadas por toda a imprensa, Geraldo Alckmin estaria evitando uma campanha de racionamento para, como candidato do PSDB ao Planalto em 2018, apresentar-se como o governador que resolveu a crise hídrica em seu estado, sem submeter a população ao racionamento. Na descrição, com o adjetivo modalizador discursivo *comprometedores*, o enunciador assegura que o conteúdo desses áudios revela a existência de algum fato, até então mantido em segredo, envolvendo Alckmin.

Segundo Lage (2012, p. 31), a produção de informação da chamada “imprensa prestigiada” pauta-se no tripé *imparcialidade, objetividade e veracidade*, mas essa preocupação foi esquecida pelo jornalista quando analisou a postura do governador de São Paulo diante da questão. Há outra avaliação explícita do enunciador sobre a atitude de Alckmin (*minimizando o drama* – linha 142), deixando subentendida a falta de ética do político, por tratar de uma situação social que, em decorrência do cargo, lhe caberia resolver, mas da qual se vale para fins eleitoreiros. O encapsulamento *o drama*, contido na expressão, para recategorizar a falta de água em São Paulo, é um índice da subjetividade do enunciador, pois traduz sua avaliação sobre aquele fenômeno. Nas palavras de Koch,

É preciso frisar que todos os rótulos contêm algum grau de subjetividade, pois, no momento em que o produtor, ao rotular segmentos textuais, cria um novo objeto de discurso, ele procede a uma avaliação desses segmentos e escolhe aquele rótulo que considera adequado para a realização de seu projeto de dizer. Mesmo no caso dos rótulos “de conteúdo”¹⁵ há sempre uma escolha e esta será sempre significativa em maior ou menor grau. (KOCH, 2014, p. 70)

No caso analisado, ao optar por esse vocábulo, com o significado de “[...] 5. Acontecimento que causa dano, sofrimento, dor, CATÁSTROFE [...]” (AULETE, 2011, p. 517), o autor da reportagem tem intenção de influenciar a formação de opinião do leitor, pois, com essa escolha lexical, procura induzi-lo a ativar seus modelos mentais de *drama*, aumentando, conseqüentemente, as proporções da seca. Tendo como base Van Dijk (2012, p. 244), os modelos mentais exercem “papel fundamental” para que o receptor de um discurso o perceba sob a mesma perspectiva do manipulador, porque restringem a liberdade de interpretação ou, no mínimo, reduzem a probabilidade de o discurso ser entendido contra os interesses do manipulador. Assim, ao perceber a escassez de água como um transtorno

¹⁵ Koch (2014, p. 65) classifica os encapsulamentos (ou rótulos) em “dois grandes grupos: os que nomeiam/categorizam o ‘conteúdo’ de proposições anteriores ou subsequentes [de forma aparentemente neutra], e os que atuam de forma metadiscursiva com relação ao que foi ou será dito”.

causador de sofrimento – não solucionado pelo governador –, a tendência é não lhe dar crédito para um cargo mais importante na esfera política.

O resultado do pleito favorável a Dilma, já categorizado pela expressão nominal indefinida *uma vitória apertada* (linhas 9 e 10), é retomado pela descrição definida *A sofrida reeleição* (linha 151), agora para dizer que representa um marco final da competição eleitoral, categorizada pela expressão nominal indefinida *uma disputa repleta de reviravoltas iniciadas em junho do ano passado* (linhas 151 e 152). Essa é uma forma de valorizar a nova eleição, pois o adjetivo modalizador discursivo pode ser interpretado como aquilo “[...] 3. Que foi feito ou obtido com muito esforço (vitória sofrida); ÁRDUO; PENOSO [...]” (AULETE, 2011, p. 1276) e, por extensão – quase inevitável, pois, instintivamente, associamos a vitória ao vencedor –, deslizar a predicação para a pessoa de Dilma, reafirmando, assim, sua imagem de pessoa ponderada e sensata, defendida desde o início da reportagem, portanto, capaz de sofrer “[...] com paciência, com resignação” (AULETE, 2011, p. 1276).

As instabilidades da disputa são, então, descritas nos parágrafos seguintes, a começar por uma retrospectiva a *junho do ano passado* [2013] (linha 152), quando a presidente enfrentou as primeiras manifestações contra seu governo, depois de haver recebido um índice de aprovação popular que lhe acenava com a possibilidade de reeleição no primeiro turno.

Na sequência, ao discorrer sobre outras vicissitudes da campanha, o locutor deixa marcas de sua subjetividade, reveladas por uma série de avaliações. A primeira delas é a contraposição entre as informações sobre o clima de desaprovação popular ao governo e o enunciado *o PSDB suou para manter o protagonismo* (linha 158), possibilitando ao leitor inferir que, se o contexto lhe era favorável, Aécio Neves deveria manter a liderança na preferência do eleitorado com mais tranquilidade. Outra avaliação surge na explicação da dificuldade do PSDB e é marcada pelo uso do adjetivo modalizador discursivo *Ambicioso* (linha 160), para verbalizar o juízo feito sobre o objeto de discurso *o ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos* (linha 160), assim categorizado por aproximar-se *do mercado financeiro e de líderes direitistas* (linha 162). Cabe esclarecer que Eduardo Campos era considerado um político de esquerda e cultivava boa relação com o PT (seu partido, o PSB, até ele lançar-se candidato à Presidência da República, fazia parte da base aliada de apoio ao governo Dilma), foi ministro de Lula e contava com o apreço do ex-presidente. Portanto, a notícia de sua aproximação com o mercado financeiro e com líderes da direita é uma crítica velada do locutor, justificando o uso do adjetivo *ambicioso*. Tal proximidade, na interpretação do enunciador, não atrapalhou a campanha de Dilma, mas a de Aécio Neves, conforme se

depreende da descrição nominal com determinante zero *aliados de Aécio* (linha 164), para retomar os objetos de discurso *família Bornhausen e ruralista Ronaldo Caiado* (linha 163).

A próxima consideração do locutor recai sobre o desempenho da candidata Marina Silva, de acordo com o enunciado *ela disparou nas pesquisas, no embalo da comoção popular e da superexposição na mídia* (linhas 168 e 169). Nesse mesmo trecho, há, ainda, uma crítica ao antigo partido político de Marina Silva, categorizado pela descrição definida *o inexpressivo PV* (linha 168).

Na linha 171, o enunciado *Mas a onda que se anunciava um tsunami refluíu para uma marola* é uma metáfora utilizada para depreciar Marina Silva, retomada pela descrição definida *a onda que se anunciava um tsunami* e pela expressão nominal indefinida *uma marola*. De acordo com Jubran,

A metáfora caracteriza-se pela relação de similaridade estabelecida entre o teor (a coisa de que falamos) e o veículo (aquilo com que comparamos a coisa de que falamos). Os traços comuns entre ambos constituem o seu fundamento. [...] o processo metafórico capta com mais eficácia a atenção do leitor [...], que, no processo de decodificação, é forçado a desmontar o mecanismo metafórico, reconhecendo o teor no veículo, pela apreensão das semelhanças entre eles. Há, portanto, uma superposição de significados, pois a linguagem metafórica requer uma decifração simultânea (e não excludente) da mensagem figurada e da mensagem referencial subjacente. (JUBRAN, 1985, p. 27)

Dessa forma, para interpretar a linguagem figurada desse enunciado, o leitor é levado a perceber Marina Silva, inicialmente, como uma *onda* – “[...] 5. Fig. Restr. Força, corrente impetuosa [...]” (AULETE, 2011, p. 994) –, provocada pelo *embalo da comoção popular e da superexposição na mídia* (linhas 168 e 169), assim como as ondas do mar são produzidas pelos movimentos do planeta, com perspectiva de transformar-se em *tsunami* – “Onda volumosa ou sucessão de ondas oceânicas que se deslocam em alta velocidade [...], decorrentes de maremoto, erupções vulcânicas etc., e que têm grande poder destrutivo quando alcançam a região costeira” (AULETE, 2011, p. 1372) –, mas que, perdendo a força, transforma-se em *marola* – “1. Onda pequena na superfície do mar [...]” (AULETE, 2011, p. 898) –, uma agitação fraca e sem importância.

A força da analogia presente nas metáforas, aliada aos conhecimentos partilhados, contribui para direcionar o interlocutor às conclusões pretendidas pelo locutor. Assim, o leitor (interlocutor da reportagem) concebe a participação da candidata Marina Silva no pleito eleitoral como uma aparição súbita, provocada por forças externas (a comoção popular e a superexposição na mídia), causadora de perspectivas avassaladoras no quadro da sucessão

presidencial, apresentando-se como terceira via, mas, da mesma maneira que surgiu, desaparece do cenário, desvanecida, como uma onda fraca.

A estratégia petista para combater a nova rival não é relatada pelo enunciador, mas ele a categoriza com a expressão nominal indefinida *uma exitosa estratégia de desconstrução da rival* (linha 172), com o adjetivo modalizador discursivo *exitosa* revelando sua subjetividade. Limita-se a informar que “Marina ruiu por conta de suas próprias fragilidades” (linha 173). Aquilo que seriam as “fragilidades”, o autor revela por meio da citação, demarcada por aspas (“*Certas críticas do PT ao programa de Marina tinham algum fundamento. Determinadas propostas encontravam resistência dentro do próprio PSB, como a independência do Banco Central e a desaceleração do pré-sal*” – linhas 174 a 177) e com autoria identificada – *o presidente da legenda, Carlos Siqueira* (linha 177).

O relato por citação, muito utilizado no discurso midiático, ao apresentar o dito por extenso, produz um efeito de objetividade e apaga o locutor-relator; a identificação do locutor de origem, por sua vez, causa um efeito de autenticidade ao discurso reproduzido, e quando esse locutor é marcado por sua posição social ou política, o leitor é levado a fazer conjeturas sobre a opinião declarada (Cf. CHARAUDEAU, 2012, p. 164-174). No caso analisado, a opinião do presidente da legenda é apresentada pelo locutor-relator para ser interpretada pelo interlocutor da reportagem como uma espécie de atestado das incompatibilidades ideológicas entre a candidata e sua própria legenda. É como se dissesse “Uma candidata com posições ideológicas contrárias ao próprio partido não inspira confiança, por isso foi preterida pelo eleitor”.

No parágrafo seguinte, o discurso relatado é novamente utilizado, desta vez para avaliar as estratégias utilizadas pelo candidato Aécio Neves no combate à campanha petista. Aqui, a identificação do locutor de origem – *Claudio Couto, cientista político da Fundação Getúlio Vargas* (linhas 184 e 185) – caracteriza o argumento de autoridade, recorrendo ao respeito pelo especialista e ao conceito da instituição por ele representada.

“O argumento de prestígio mais nitidamente caracterizado é o argumento de autoridade, o qual utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 348). Mas o locutor-narrador não recorre a esse artifício para sustentar uma proposição e sim para contra-argumentar que, não obstante tenha se aproximado da vitória em razão das estratégias adotadas, reconhecidas até por um especialista, o candidato oponente de Dilma não fez o suficiente para vencer (*Mas não foi o bastante para o PSDB retomar o poder* – linha 185).

Para encerrar a reportagem, deixando novamente emergir sua subjetividade, o enunciador faz algumas predições sobre o novo mandato da presidente, a começar pelo desafio de montar a base parlamentar, em virtude de um possível ressentimento de dois importantes nomes do principal partido da base aliada, o PMDB, categorizado pela descrição nominal com determinante zero *Maior legenda no Senado* (linha 189) – o adjetivo qualificador dimensionador *maior* possui valor argumentativo, pois permite ao leitor imaginar o que significa não ter o apoio desse partido. Os ressentidos seriam o cearense Eunício Oliveira, líder do partido e o potiguar Henrique Eduardo Alves, descrito cataforicamente pela descrição definida *O influente presidente da Câmara* (linha 191), ambos vencidos por petistas em eleições para governador, em seus respectivos estados.

Outro índice da subjetividade do autor está em sua análise sobre o novo Congresso, cujo perfil é caracterizado pela expressão *mais fisiológico e conservador* (linha 193). Segundo Castilho (2010, p. 524), adjetivos modalizadores realçam a intervenção do locutor porque verbalizam sua avaliação pessoal sobre determinado objeto de discurso. O primeiro adjetivo, intensificado pelo advérbio *mais*, tem seu significado relacionado a *fisiologismo*, de valor semântico pejorativo, com o significado de “Prática (de certos políticos, funcionários públicos etc.) que se caracteriza pela busca de vantagens pessoais em detrimento do interesse público” (AULETE, 2011, p. 661); o segundo deve ser entendido pelo significado de “[...] 2. Que defende ideias, valores culturais e morais e instituições de tipo tradicional, [...]; que é contrário a inovações radicais ou mudanças abruptas, especialmente na forma de organização político-social” (AULETE, 2011, p.383).

Além da dupla adjetivação, o locutor recorre ao uso de uma metáfora popular (*é outro abacaxi*), para descrever o Congresso. No plano da argumentação, o valor persuasivo da metáfora decorre de sua propriedade de transformar em afirmação aquilo que uma comparação apenas sugeriria, sob o risco de ser contestada pelo interlocutor. Pela perspectiva dos modos de operação da ideologia, “a metáfora pode dissimular relações sociais” por meio “da representação de indivíduos e grupos nelas implicados, como possuidoras de características que elas, literalmente não possuem” impondo-lhes “um sentido positivo ou negativo” (THOMPSON, 2011, p. 85). Desse modo, o enunciador procura induzir o leitor a ver a realidade sob a mesma perspectiva de sua filtragem ideológica.

O caráter fisiológico do Congresso seria decorrente do aumento de siglas na Câmara, categorizada pela descrição nominal com determinante zero *maior dispersão da história* (linha 193) – a expressão assinala a posição ideológica do locutor, conforme se depreende de suas escolhas lexicais: o vocábulo *dispersão* também possui o significado de “[...] 2.

Afastamento de pessoas ou de coisas em diferentes direções; DEBANDADA [...]. 3. Estado do que está espalhado, disperso [...]” (AULETE, 2011, p. 505); o adjetivo qualificador dimensionador *maior* atribui a seu escopo o grau máximo de dimensão. Teoricamente, a pluralidade de legendas aumenta as dificuldades para formar alianças, em função dos interesses da cada partido. Já o caráter conservador viria do avanço das *bancadas ruralista, evangélica militar e empresarial* (linhas 195 e 196), dispostas a defender interesses das classes que representam.

Uma alternativa para solucionar a situação difícil do governo em sua relação com os partidos é apresentada pelo argumento de autoridade, com a citação do discurso direto e a marcação do locutor de origem: “*A proposição de ampla reforma política pode ser uma boa saída para tirar o governo da defensiva*”, diz o cientista político Leonardo Avritzer, pós-doutor pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos EUA (linhas 197 a 199). Ainda que relate afirmações realmente proferidas, o discurso direto é uma encenação para criar efeitos de objetividade. Na verdade, o discurso citado é uma escolha do locutor-relator, que o retira do contexto original, se ele serve a suas intenções discursivas, em determinadas situações de interação (Cf. MAINGUENEAU, 2013, p. 182). A marcação do locutor de origem é uma forma de “legitimar o olhar sobre o real que deriva dela” (BRETON, 2003, p. 80). Usar a opinião de um especialista como argumento é uma forma de valer-se da competência científica ou profissional do locutor de origem. No final do parágrafo, a notícia sobre Dilma Rousseff fazer “questão de apaziguar os ânimos” (linhas 200 e 201) e a transcrição de seu discurso (“*Esta presidenta está disposta ao diálogo*” – linha 201) reiteram o objetivo do enunciador de construir uma imagem positiva da presidente, de pessoa que se coloca acima de quaisquer ideologias partidárias.

Segundo o enunciador, o outro desafio da presidente reeleita, cataforicamente descrito pelo encapsulamento *a missão* (linha 202), está na área econômica: recuperar a confiança do setor privado, que lhe negou apoio e preferiu *Aécio Neves (ou qualquer outro nome da oposição)* – linhas 203 e 204. A palavra *missão* significa “1. Função ou poder que se confere a alguém para fazer algo; encargo, incumbência. [...] 5. Obrigação, compromisso, dever a cumprir [...]” (FERREIRA, 1986, p. 1141). Mas o vocábulo tem um valor semântico de solenidade, lembra sacrifício, doação. De fato, *missão* e *missa* têm a mesma origem etimológica, no latim *missione*, que por sua vez originou-se de “mitto [...] v. tr. Lançar, deixar ir, deixar partir, soltar, largar, atirar [...]” (FERREIRA, 1997, p. 732). Sendo *missa* o “ato solene, com que a Igreja comemora o sacrifício de Cristo pela humanidade [...] O termo foi retirado da expressão *ite, missa est* ‘ide, (as preces) foram enviadas’ com a qual o celebrante

termina[va] a missa” (CUNHA, 1997, p. 524), o deslizamento do sentido de *sacrifício* para *missão* parece natural, como se essas palavras fossem sinônimas. Por meio dessa escolha lexical, o enunciador procura ativar modelos mentais de sacrifício, devotamento, heroísmo e abnegação, requisitos imprescindíveis àqueles que têm uma missão a cumprir.

A oposição do setor privado teria sido demonstrada de maneira implícita, pela falta de investimentos durante o último ano do mandato anterior, e é categorizada pela expressão nominal indefinida *uma espécie de greve patronal responsável pela estagnação do PIB neste ano* (linhas 204 e 205). Essa avaliação é subjetiva, pois o enunciador não apresenta nenhum dado concreto para fundamentá-la. Segundo Charaudeau (2012, p. 120-125), “A opinião pertence ao vasto domínio do crer”, está em relação direta com “o imaginário de saber”; em outras palavras, o sujeito acredita que sabe, mas esse saber não se fundamenta em nenhum sistema de provas, e sim na adesão de “maneira não racional” a “uma verdade constituída”. O autor explica que a opinião resulta da operação de reunir dados diferentes e relacioná-los de acordo com a lógica, com a probabilidade. Ao apresentar sua opinião em forma de notícia – como sinônimo de conhecimento –, o enunciador interfere na formação da opinião pública, pois de sua “informação” concluímos que o setor privado deixou de investir, deliberadamente, para estagnar o PIB, apenas para prejudicar o governo.

Do ponto de vista da ideologia, ao responsabilizar a classe empresarial pela desestabilização de um governo que prioriza programas voltados para a classe trabalhadora, o enunciador opera pela fragmentação das relações sociais, enfatizando as diferenças e divisões entre os grupos.

Novamente, o locutor assinala sua posição ideológica e deixa entrever sua subjetividade ao comparar o contexto político-econômico no início do novo mandato ao período de recessão mundial de 2008-2009, responsável por uma queda de confiança na economia brasileira, encerrando o texto com uma afirmação pessimista – *A falta de confiança é a maior desde a crise global de 2008* (linhas 207 e 208) – transformada em primeiro desafio a ser transposto pelo governo reeleito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início de nosso trabalho, mostramos o interesse de pesquisadores – de diferentes áreas do conhecimento – a respeito do acesso à realidade mediado pela língua. Antes mesmo de enveredarmos para a carreira docente, a problemática da referência já nos despertava especial curiosidade, de sorte que sempre buscamos, na literatura especializada, conhecer um pouco dos enquadres teóricos sobre a relação linguagem-mundo.

A identificação com a perspectiva sociocognitiva interacionista é decorrente de nossa concepção de língua como meio de interação entre sujeitos historicamente situados e que, nas mais diversas situações sociais, quando expõem o pensamento, geram novas situações desencadeadoras de reações em seus interlocutores, haja vista todo discurso apresentar-se com alguma carga ideológica e, na maioria das vezes, ser fruto da intenção do enunciador de convencer o(s) outro(s) ao assentimento de suas proposições.

Sendo assim, o referencial teórico forneceu-nos subsídios para a construção de um conhecimento técnico que nos possibilitasse segurança para realizar as análises pretendidas.

O processo de referenciação – formado pelas expressões nominais definidas e indefinidas, conceituadas por Koch (2011a) e pelas descrições nominais com determinante zero, por nós propostas, neste trabalho – examinado em nosso *corpus* revela as escolhas minuciosas dos enunciadores das reportagens, para a obtenção dos sentidos pretendidos. As análises corroboram a tese, defendida pelos autores de nossa revisão bibliográfica, de que os chamados referentes são, na verdade, objetos de discurso construídos (e reconstruídos) no decorrer da interação verbal, para provocar determinadas orientações argumentativas; também revelam a posição ideológica do enunciador, conforme demonstram os dois textos estudados – o primeiro nitidamente contra a reeleição de Dilma Rousseff, procurando associá-la ao caso das fraudes na Petrobras e persuadir o leitor de que, assim se posicionando, cumpre seu dever jornalístico e, dessa forma, desempenha uma função social; o texto da segunda reportagem defende a reeleição e sua trama argumentativa procura isentar a presidente de qualquer envolvimento com a corrupção, buscando construir uma imagem positiva de Dilma, tudo para persuadir o leitor de que reconduzi-la ao cargo foi a melhor opção para a sociedade brasileira.

Posicionamentos opostos sobre um mesmo tema (ou construções diferentes da mesma realidade) comprovam que o processo de referenciação serve a um projeto de dizer do enunciador, determinado por seu posicionamento ideológico, social, cultural e histórico, conforme postulam os autores aqui referenciados.

Como demonstram as estratégias retóricas empregadas nos textos analisados, os enunciadores de ambas as reportagens, de acordo com suas posições ideológicas, empenham-se em garantir a veracidade dos acontecimentos narrados, assegurados pelo *status* de membros

do *quarto poder*, conceito conquistado pela imprensa, nas sociedades democráticas contemporâneas, por apresentar-se determinada a investigar e denunciar irregularidades cometidas por políticos, expor e combater abusos de poder praticados por governantes.

Confortáveis, então, com essa investidura (implicitamente delegada pela sociedade) e seguras da credibilidade que gozam junto à opinião-pública, as duas revistas noticiam acontecimentos que julgam importante publicar, em determinado momento histórico e político. Mas não o fazem simplesmente para cumprir suas funções jornalísticas, pois se valem das notícias divulgadas para defender posições ideológicas. A reportagem de *Veja* organiza as informações de modo a sustentar um discurso denunciante, visando a influenciar a formação de opinião do leitor e, assim, intervir no processo democrático da sucessão presidencial. A matéria de *Carta Capital* procura desconstruir o recorte da realidade elaborado pela primeira revista, acusando-a, inclusive, de imprensa golpista empenhada em macular a imagem de um candidato para beneficiar outro; concomitantemente, argumenta no sentido de persuadir o leitor da disponibilidade da presidente reeleita em solucionar os problemas de corrupção porventura comprovados, investindo-a de uma aura missionária para acertar os rumos da economia nacional e corrigir distorções sociais.

Essas proposições permitem-nos concluir que os dois periódicos foram parciais na divulgação de acontecimentos, porque estão empenhados em defender suas posições ideológicas. O problema, nesse caso, é que se, por um lado, a sociedade confia à imprensa a função de vigiar a democracia e defender a população das injustiças decorrentes das ilegalidades e ilegitimidades praticadas por agentes públicos inescrupulosos, por outro, o poder da imprensa sobre a informação é assimétrico em relação ao público, porque tem acesso privilegiado aos fatos, caracterizando, assim, uma relação de dominação.

A respeito da objetividade informativa e da imparcialidade jornalística, dois conceitos tão propalados pela imprensa, dadas suas relevâncias para o que se considera um jornalismo ideal, contrariamente a uma posição crítica, apartidária e livre que faria o interlocutor sentir-se seguro em tomar para si as informações das reportagens para formar sua própria opinião, as análises demonstram o alto grau de subjetividade dos enunciadores dos textos, revelado por suas seleções lexicais, pois “A escolha de uma palavra implica uma interpretação, feita a partir de um dado ponto de vista. [...] Além disso, a seleção, a hierarquização e as conexões do que se relata também implicam um posicionamento” (FIORIN, 2015, p. 83). Os tipos de argumentos utilizados nos textos somam-se à seleção lexical, evidenciando a intenção de persuadir o leitor da veracidade dos fatos noticiados,

possibilitando-nos concluir que não houve grandes preocupações com a objetividade, conceito tão caro ao jornalismo.

A redação de uma matéria jornalística implica um processo de escolha e de eliminações temáticas, para um recorte da realidade de um modo que é ideologicamente ordenado. Não existe nenhuma forma de reportar uma ocorrência de maneira isenta e isso não é um mal em si mesmo. Faz parte da praxe jornalística a seleção do que é considerado relevante e o descarte do inoportuno ou desimportante para a construção do discurso noticioso, mas, nas matérias analisadas, os autores poucas vezes recorreram a estratégias discursivas para disfarçar suas filtragens dos relatos. Ademais, ladearam aos fatos narrados suas avaliações subjetivas, de modo a deixar evidente, em ambas as reportagens, a intenção de direcionar a opinião do leitor. Em muitos trechos, os conceitos dos enunciadores são apresentados como fatos reais para serem partilhados por todos.

A inexistência de objetividade absoluta, todavia, não inviabiliza nenhum projeto jornalístico de formar opiniões. Acreditamos na possibilidade de um jornalismo comprometido com a democracia e disposto a formar cidadãos críticos e atuantes.

Nosso propósito, neste estudo, não foi tecer uma crítica a qualquer maneira de se fazer jornalismo, tampouco aquilatar posições ideológicas. Nossa aspiração foi demonstrar como o enunciador do texto jornalístico utiliza o processo de referenciação e as técnicas retóricas para encobrir suas intenções de propagar ideologias e defender interesses sociais.

Cientes de que não exploramos todos os aspectos linguísticos presentes no texto jornalístico, encerramos nosso trabalho com a expectativa de haver suscitado outras reflexões a respeito da importância do poder referencial contido nas práticas discursivas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção**. 13. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de Almeida. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 44. ed. 6. reimpr. São Paulo: Saraiva, 1999.
- ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola, 2009.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. 2. ed. Tradução de Manuel Alexandre Júnior. Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Coimbra: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexicon, 2011.
- AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- AZEVEDO, Melissa Carolina Herrero; OLIVEIRA, Esther Gomes de. Mecanismos intensificadores no discurso publicitário. **Entretextos**, Londrina, v. 5, p. 9-20, jan./dez. 2005.
- BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica: as técnicas do jornalismo**, v. 2. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARBISAN, Leci Borges. Semântica Argumentativa. In: FERRAREZI JÚNIOR, Celso; BASSO, Renato (org.). **Semântica, semânticas**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 19-30.
- BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**. 6. ed. São Paulo: Summus, 2008.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. 16. reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BELTRÃO, Luiz. **Introdução à filosofia do jornalismo**. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser, ou a fabricação da realidade**. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

BLÜHDORN, Hardarik; ANDRADE, Maria Lúcia da C. Victório de Oliveira. Tendências recentes da linguística textual na Alemanha e no Brasil. In: WIESER, Hans Peter; KOCH, Ingedore G. Villaça. (Org.). **Linguística textual: perspectivas alemãs**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORBA, Francisco da Silva. **Introdução aos estudos lingüísticos**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

BRETON, Philippe. **A argumentação na comunicação**. 2. ed. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2003.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. **A força das palavras: dizer e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. 3. ed. São Paulo: Summus, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Ângela S. M. Corrêa. 2. ed., 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. ed. 16. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 15. ed. 2. reimpr. São Paulo: Ática, 2000.

CONTE, Maria-Elisabeth. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 177-190.

COSTA, Laiton Alves. Gêneros jornalísticos. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. (Org.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p. 41-83

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. 3. ed. ver. ampl.; 1. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2. ed. 9 reimpr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. ed. 35. reimpr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DOMINGUES, Joelza Ester; LEITE, Layla Paranhos. **Brasil: uma perspectiva histórica**. v. 2. São Paulo: FTD, 1983.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

_____; TODOROV, Tzvetan. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. 3. ed. 4. reimpr. Tradução de Alice Kyoko Miyashiro, J. Guinsburg, Mary Amazonas Leite de Barros e Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2010.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Discurso e ideologia. In: Signorini, Inês. **[Re]discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola, 2008. p. 185-213.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Uma introdução. Tradução de Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Boitempo, 1997.

FARACO, Carlos Alberto. Estudos pré-saussurianos. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. v. 3. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 27-51.

FERREIRA, António Gomes. **Dicionários Editora**. Dicionário de Latim-Português. Porto: Porto Editora, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. 12. impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FLORES, Valdir do Nascimento. TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à lingüística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FIORIN, José Luiz. **Figuras de retórica**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual da Redação**: Folha de S. Paulo. 19. ed. São Paulo: Publifolha, 2013.

FRANCIS, Gill. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 191-228.

FREGE, Gottlob. **Lógica e filosofia da linguagem**. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, 1978.

HACKETT, Robert A. “Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos *media* noticiosos”. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). **Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. p. 101-130.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público**. São Paulo: Contexto, 2006.´

JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spnardi. A metáfora e a metonímia na linguagem da propaganda. In: GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, 10 (1), 1985, Assis. **Anais**. Assis: UNESP, 1985. p. 27-31. Disponível em: < <http://www.uel.br/bc/portal/arquivos/apostila-normalizacao.pdf> > Acesso em: 17 dez. 2014.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, v. 41, p. 75-89, jul./dez. 2001. Disponível em: < <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/1775/1346>> Acesso em: 17 dez. 2014.

_____. Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso. **Vereadas, Revista de Estudos Lingüísticos**. Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 29-42, 2002. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/revistaveredas/edicoes/edicoes-antiores/volume-6-%E2%80%93-n%C2%B0-1-%E2%80%93-2002/>> Acesso em: 19 dez. 2014.

_____; Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. (Org.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 33-52.

_____. Como se constroem e reconstroem os objetos-de-discurso. **Revista Investigações**. Recife, v. 21, n. 2, p. 99-114, jul. 2008. Disponível em: <http://revistainvestigacoes.com.br/Volumes/Vol.21.2/Ingedore_Koch.pdf> Acesso em: 17 dez. 2014.

_____. **Introdução à lingüística textual: trajetória e grandes temas**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

_____. **As tramas do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto 2014.

_____. **A inter-ação pela linguagem**. 11. ed. 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2015.

_____; CUNHA-LIMA, Maria Luiza. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Ana Christina. (Org.). **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. V. 3. p. 251-300.

_____; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2. ed. 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2014.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2012.

LIMA, Maria Luiza Cunha. Construção da referência e representação lexical: por um tratamento dinâmico da Semântica Lexical. **Caderno de Estudos Lingüísticos**. Campinas, v. 41, p. 149-164, jan./jun. 2001.

LIMA, Silvana Maria Calixto de; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. A construção de referentes no texto/discurso: um processo de múltiplas âncoras. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; LIMA, Silvana Maria Calixto de. **Referenciação: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2013. p. 30-58.

LONARDONI, Marinês. “Aconteceu, virou manchete” – um estudo dos vetores de manchetes jornalísticas. In: VASCONCELOS, Sílvia Inês C. C. de. (Org.). **Os discursos jornalísticos: manchete, reportagem, classificados & artigos**. Itajaí: Ed. da Univali; Maringá: EDUEM. 1999. p. 107-137.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Maria Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. **Revista do GELNE**. Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 55-65, 2000.

_____. Atividades de referenciação, inferenciação e categorização na produção de sentido. In: FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. (Org.). **Produção de sentido: estudos transdisciplinares**. Caxias do Sul: EDUCS, 2003. p. 239-261.

_____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. (Org.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 53-101.

_____. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007a.

_____. **Fenômenos da linguagem: reflexões semânticas e discursivas**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007b.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

_____; KOCH, Ingedore Villaça. Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. In: ABAURRE, Maria Bernadete M.; RODRIGUES, Ângela C. S. **Gramática do português falado**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. p. 31-56.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2. ed. Tradução de Luís Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MELO, José Marques de. Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro. In: MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. (Org.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p. 23-41.

MEYER, Michel. **A retórica**. Tradução de Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Presença de adjetivos em editoriais. **Seminário do GEL** 14. 1987, Araraquara. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/anais/1305635113_32.mosca_lineide.pdf> Acesso em: 26 mar. 2015.

_____. **Retóricas de ontem e de hoje**. 3. ed. São Paulo: Humanitas, 2004.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Imprensa e poder**. (Org.). Brasília: Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: _____; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. v. 2. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 113-165.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. **Jornalismo em revistas no Brasil: um estudo das construções discursivas em veja e manchete**. São Paulo: Annablume, 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Guia de uso do português: confrontando regras e usos**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

_____. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NICOLETI, Thais. **O dilema dos títulos jornalísticos**. Blogfolha.uol.com.br. São Paulo: 03 Fev. 2014. Disponível em: <<http://thaisnicoleti.blogfolha.uol.com.br/2014/02/03/o-dilema-dos-titulos-jornalisticos/>>. Acesso em: 01 set. 2015.

OLIVEIRA, Esther Gomes de. A argumentação na antigüidade. **Signum: Estudos da Linguagem**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 201-214, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/issue/view/333>> Acesso em: 30 dez. 2014.

_____. Argumentação: da Idade Média ao Século XX. **Signum: Estudos da Linguagem**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 109-131, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/issue/view/337>> Acesso em: 03 jan. 2015.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a Nova Retórica. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes: 1996.

PINHEIRO, Najara Ferrari. A noção de gênero para análise de textos midiáticos. In: MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Désirée. (Org.). **Gêneros textuais e práticas discursivas**: subsídios para o ensino da linguagem. Bauru: EDUSC, 2002.

PLANTIN, Christian. **A argumentação**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma lingüística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de teoria da narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

SALOMÃO, Maria Margarida. Razão, realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sociocognitivo da referência. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. (Org.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-168.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

SOUZA, Cláudia Nívia Roncarati de. **Cadeias do texto**: construindo sentidos. São Paulo: Parábola, 2010.

TEIXEIRA, Marlene; FLORES, Valdir. Linguística da Enunciação – uma entrevista com Marlene Teixeira e Valdir Flores. **ReVEL**, v. 9, n. 16, 2011. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel_16_entrevista.pdf> Acesso em: 03 dez. 2014.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Tradução do Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: _____. (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993. p. 167-176.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. Tradução de vários colaboradores. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Cognição, discurso e interação**. Tradução de vários colaboradores. 7. ed. 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2013.

VILAS BOAS, Sergio. **O estilo magazine**: o texto em revista. São Paulo: Summus, 1996.

VOGT, Carlos. **O intervalo semântico**: contribuição para uma teoria semântica argumentativa). 2. ed. São Paulo: Ateliê, 2009.

ZAMPONI, Graziela. **Processos de referenciação**: anáforas associativas e nominalizações. Tese de Doutorado. IEL/UNICAMP, 2003. Disponível em: <
<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000308421&fd=y> > Acesso em:
30 jul. 2014.

ANEXOS

ANEXO A

Capa de Veja, Edição 2397, de 29/10/2014



ANEXO B

Reportagem de Veja, Edição 2397, de 29/10/2014 – p. 58-65

Brasil

YOUSSEF: “O PLANAL DELEGADO: “QUEM D YOUSSEF: “LULA E DI

O doleiro Alberto Youssef afirma em depoimento à Polícia Federal que o ex e a atual presidente da República não só conheciam como também usavam o esquema de corrupção na Petrobras

ROBSON BONIN

A Carta ao Leitor desta edição termina com uma observação altamente relevante a respeito do dever jornalístico de publicar a reportagem a seguir às vésperas da votação em segundo turno das eleições presidenciais: “Basta imaginar a temeridade que seria não publicá-la para avaliar a gravidade e a necessidade do cumprimento desse dever”. VEJA não publica reportagens com a intenção de diminuir ou aumentar as chances de vitória desse ou daquele candidato. VEJA publica fatos com o objetivo de aumentar o grau de informação de seus leitores sobre eventos relevantes, que, como se sabe, não escolhem o momento para acontecer. Os episódios narrados nesta reportagem foram relatados por seu autor, o doleiro Alberto Youssef, e anexados a seu processo de delação premiada. Cedo ou tarde os depoimentos de Youssef virão a público em seu trajeto na Justiça rumo ao Supremo Tribunal Federal (STF), foro adequado para o julgamento de parlamentares e autoridades citados por ele e contra os quais garantiu às autoridades ter provas. Só então se poderá ter certeza jurídica de que as pessoas acusadas são ou não culpadas.

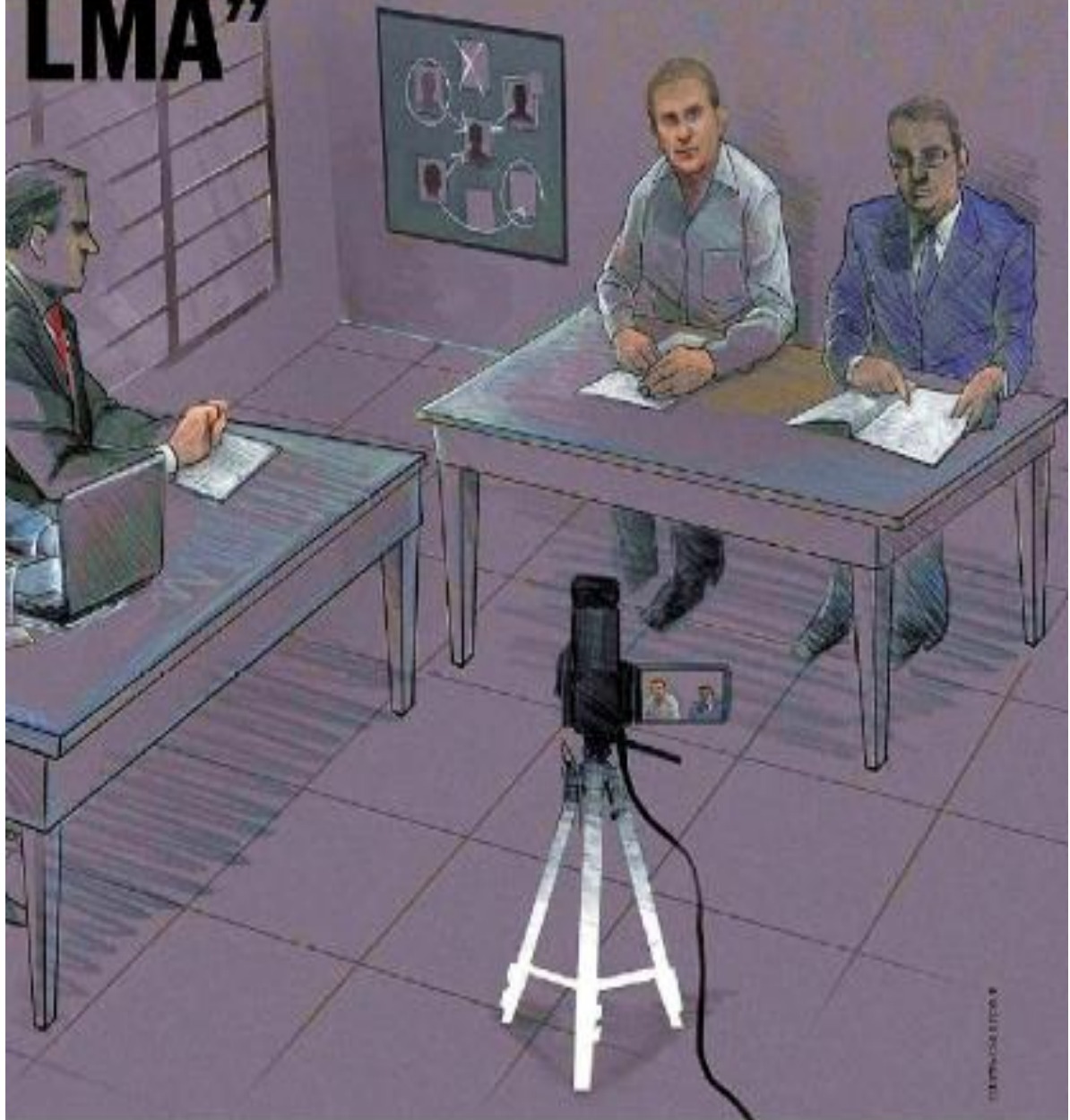
Na última terça-feira, o doleiro Alberto Youssef entrou na sala de interrogatórios da Polícia Federal em Curitiba para prestar mais um depoimento em seu processo de delação premiada. Como faz desde o dia 29 de setembro, sentou-se ao lado de seu advogado, colocou os braços sobre a mesa, olhou para a câmera posicionada à sua frente e se pôs à disposição das autoridades para contar tudo o que fez, viu e ouviu enquanto comandou um esquema de lavagem de dinheiro suspeito de movimentar 10 bilhões

EM VÍDEO

As declarações de Youssef sobre Lula e Dilma foram prestadas na presença de um delegado, um procurador da República e do advogado



“TO SABIA DE TUDO!” “O PLANALTO?” “LMA”



Brasil

de reais. A temporada na cadeia produziu mudanças profundas em Youssef. Encarcerado desde março, o doleiro está bem mais magro, tem o rosto pálido, a cabeça raspada e não cultiva mais a barba. O estado de espírito também é outro. Antes afeito às sombras e ao silêncio, Youssef mostra desassombro para denunciar, apontar e distribuir responsabilidades na camarilha que assaltou durante quase uma década os cofres da Petrobras. Com a autoridade de quem atuava co-

mo o banco clandestino do esquema, ele adicionou novos personagens à trama criminoso, que agora atinge o topo da República.

Comparsa de Youssef na pilhagem da maior empresa brasileira, o ex-diretor Paulo Roberto Costa já declarou aos policiais e procuradores que nos governos do PT a estatal foi usada para financiar as campanhas do partido e comprar a fidelidade de legendas aliadas. Parte da lista de corrompidos já veio a públi-



RICARDO STUCKERT/INSTITUTO LULA

ELE SABIA

Alberto Youssef reproduziu uma conversa que ouviu entre Lula e o ex-deputado José Janene na qual fica claro que o ex-presidente sabia dos esquemas montados pelo aliado e seu partido, o PP, para desviar dinheiro público



JOSÉ CARLOS ALVES/STABILIS/LO CONTÉUDO



co. Faltava clarear o lado dos corruptores. Na terça-feira, Youssef apresentou o ponto até agora mais “estranhador” — para usar uma expressão cara à presidente Dilma Rousseff — de sua delação premiada. Perguntado sobre o nível de comprometimento de autoridades no esquema de corrupção na Petrobras, o doleiro foi taxativo:

— O Planalto sabia de tudo!

— Mas quem no Planalto? — perguntou o delegado.

— Lula e Dilma — respondeu o doleiro.

Para conseguir os benefícios de um acordo de delação premiada, o criminoso atrai para si o ônus da prova. É de seu interesse, portanto, que não falsifique os fatos. Essa é a regra que Youssef aceitou. O doleiro não apresentou — e nem

lhe foram pedidas — provas do que disse. Por enquanto, nesta fase do processo, o que mais interessa

aos delegados é ter certeza de que o depoente atuou diretamente ou pelo menos presenciou ilegalidades. Ou seja, querem estar certos de que não lidam com um fabulador ou alguém interessado apenas em ganhar tempo fornecendo pistas falsas e fazendo acusações ao léu. Youssef está se saindo bem e, a exemplo do que se passou com Paulo Roberto Costa, o ex-diretor da Petrobras, tudo indica que seu processo de delação premiada será homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Na semana passada, ele aumentou de cerca de trinta para cinquenta o número de políticos e autoridades que se vallam da corrupção na Petrobras para financiar suas campanhas eleitorais. Aos investigadores, Youssef detalhou seu papel de caixa do esquema, sua rotina de visitas aos gabinetes poderosos no Executivo e no Legislativo para tratar, em bom português, das operações de lavagem de dinheiro sujo obtido em transações

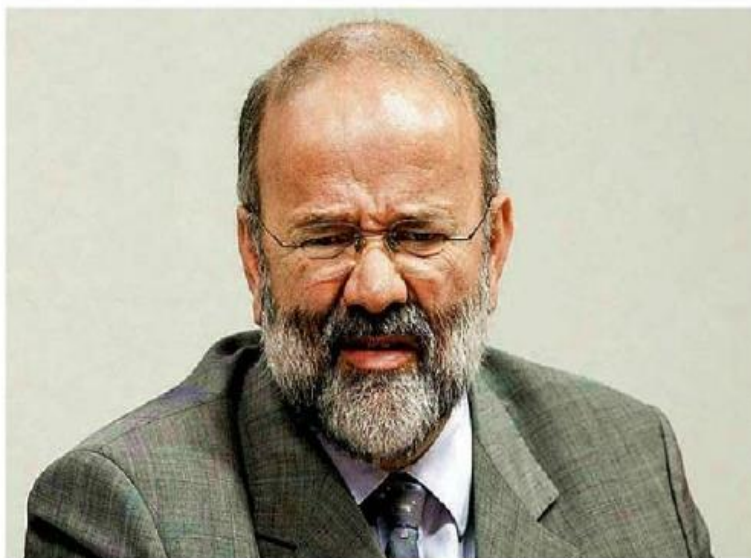
OUTRO LADO

Dilma já reconheceu que houve desvios na Petrobras, mas afirma que foi ela quem começou a desarmar a quadrilha ao demitir o ex-diretor Paulo Roberto Costa, afastado da estatal em 2012

tenebrosas na estatal. Cabia a ele expatriar e trazer de volta o dinheiro quando os envolvidos precisassem.

Uma vez feito o acordo, Youssef terá de entregar o que prometeu na fase atual da investigação. Ele já contou que pagava em nome do PT mesadas de 100 000 a 150 000 reais a parlamentares aliados ao partido no Congresso. Citou nominalmente a ex-ministra da Casa Civil Gleisi Hoffmann, a quem ele teria repassado 1 milhão de reais em 2010. Youssef disse que o dinheiro foi entregue em um shopping de Curitiba. A senadora negou ter sido beneficiada.

Brasil



LEILA SANCHEZ/POLEAGRESS

DINHEIRO PARA O PT

Alberto Youssef também voltou a detalhar os negócios que mantinha com o tesoureiro nacional do PT, **João Vaccari Neto**, homem forte da campanha de Dilma e conselheiro da Itaipu Binacional. Além de tratar dos interesses partidários com o dirigente petista, o doleiro confirmou aos investigadores ter feito pelo menos duas grandes transferências de recursos a Vaccari. O dinheiro, de acordo com o relato, foi repassado a partir de uma simulação de negócios entre grandes companhias e uma empresa-fantasma registrada em nome de laranjas mas criada pelo próprio Vaccari para ocultar as operações. Ele nega

Entre as muitas outras histórias consideradas convincentes pelos investigadores e que ajudam a determinar a alta posição do doleiro no esquema — e, conseqüentemente, sua relevância para a investigação —, estão lembranças de discussões telefônicas entre Lula e o ex-deputado José Janene, à época líder do PP, sobre a nomeação de operadores do partido para cargos estratégicos do governo. Youssef relatou um episódio ocorrido, segundo ele, no fim do governo Lula. De acordo com o doleiro, ele foi convocado pelo então presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli, para acalmar uma empresa de publicidade que ameaçava explodir o esquema de corrupção na estatal. A empresa queixava-se de que, depois de pagar de forma antecipada a propina aos políticos, tivera seu contrato rescindido. Homem da confiança de Lula, Gabrielli, segundo o doleiro, determinou a Youssef que captasse 1 milhão de reais entre as empreiteiras que participavam do petrolão a fim de comprar o silêncio da empresa de publicidade. E assim foi feito.

Gabrielli poderia ter realizado toda essa manobra sem que Lula soubesse? O fato de ter ocorrido no governo Dilma é uma prova de que ela estava conivente com as lambanças da turma da estatal? Obviamente, não se pode condenar Lula e Dilma com

ENTREGA NO SHOPPING

Alberto Youssef confirmou aos investigadores o que disse o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa sobre o dinheiro desviado da estatal para a campanha da ex-ministra da Casa Civil **Cleisi Hoffmann** (PT-PR) ao Senado, em 2010. Segundo ele, o repasse dos recursos para a senadora petista, no valor de 1 milhão de reais, foi executado em quatro parcelas. As entregas de dinheiro foram feitas em um shopping center no centro de Curitiba. Intermediários enviados por ambos entregaram e receberam os pacotes. Em nota, a senadora disse que não recebeu nenhuma doação de campanha nem conhece Paulo Roberto Costa ou Alberto Youssef



SÉBASTIÃO LIMA/REUTERS



ELE TAMBÉM SABIA

Durante o segundo mandato de Lula, o doleiro contou que foi chamado pelo presidente da Petrobras, **José Sérgio Gabrielli**, para tratar de um assunto que preocupava o Planalto. Uma das empresas com contratos de publicidade na estatal ameaçava revelar o esquema de cobrança de pedágio. Motivo: depois de pagar propina antecipadamente, a empresa teve seu contrato rescindido. Ameaçado pelo proprietário, Gabrielli pediu ao doleiro que captasse 1 milhão de reais com as empreiteiras do esquema e devolvesse a quantia à empresa de publicidade. Gabrielli não quis se pronunciar

SERGIO LIMA/FOLHA PRESS



CONTAS SECRETAS NO EXTERIOR

Desde que Duda Mendonça, o marqueteiro da campanha de Lula em 2002, admitiu na CPI dos Correios ter recebido pagamentos de campanha no exterior (10 milhões de dólares), pairam sobre o partido suspeitas concretas da existência de dinheiro escondido em paraísos fiscais. Para os interrogadores de Alberto Youssef, no entanto, essas dúvidas estão começando a se transformar em certeza. O doleiro não apenas confirmou a existência das contas do PT no exterior como se diz capaz de ajudar a identificá-las, fornecendo detalhes de operações realizadas, o número e a localização de algumas delas.

UM PERSONAGEM AINDA OCULTO

O doleiro narrou a um interlocutor que seu esquema criminoso por pouco não atuou na campanha presidencial deste ano. Nos primeiros dias de março, Youssef recebeu a ligação de um homem, identificado por ele apenas como "Felipe", integrante da cúpula de campanha do PT. Ele queria os serviços de Youssef para repatriar 20 milhões de reais que seriam usados no caixa eleitoral. Youssef disse que chegou a marcar uma segunda conversa para tratar da operação, mas o negócio não foi adiante porque ele foi preso dias depois. Esse trecho ainda não foi formalizado às autoridades.



Brasil

base apenas nessa narrativa. Não é disso que se trata. Youssef simplesmente convenceu os investigadores de que tem condições de obter provas do que afirmou a respeito de a operação não poder ter existido sem o conhecimento de Lula e Dilma — seja pelos valores envolvidos, seja pelo contato constante de Paulo Roberto Costa com ambos, seja pelas operações de câmbio que fazia em favor de aliados do PT e de tesoureiros do partido, seja, principalmente, pelo fato de que altos cargos da Petrobras envolvidos no esquema mudavam de dono a partir de ordens do Planalto.

Os policiais estão impressionados com a fartura de detalhes narrados por Youssef com base, por enquanto, em sua memória. “O Vaccari está enterrado”, comentou um dos interrogadores, referindo-se ao que o doleiro já narrou sobre sua parceria com o tesoureiro nacional do PT, João Vaccari Neto. O

doleiro se comprometeu a mostrar documentos que comprovam pelo menos dois pagamentos a Vaccari. O dinheiro, desviado dos cofres da Petrobras, teria sido repassado a partir de transações simuladas entre clientes do banco clandestino de Youssef e uma empresa de fachada criada por Vaccari. O doleiro preso disse que as provas desses e de outros pagamentos estão guardadas em um arquivo com mais de 10 000 notas fiscais que serão apresentadas por ele como evidências. Nesse tesouro do crime organizado, segundo Youssef, está a prova de uma das revelações mais extraordinárias prometidas por ele, sobre a qual já falou aos investigadores: o número das contas secretas do PT que ele operava em nome do partido em paraísos fiscais. Youssef se comprometeu a ajudar a PF a localizar as datas e os valores das operações que teria feito por instrução da cúpula do PT.

Depois da homologação da delação premiada, que parece assegurada pelo que ele disse até a semana passada, Youssef terá de apresentar à Justiça mais do que versões de episódios públicos envolvendo a presidente. Pela posição-chave de Youssef no esquema, os investigadores estão confiantes em que ele produzirá as provas necessárias para a investigação prosseguir. Na semana que vem, Alberto Youssef terá a oportunidade de relatar um episódio ocorrido em março deste ano, poucos dias antes de ser preso. Youssef dirá que um integrante da coordenação da campanha presidencial do PT que ele conhecia pelo nome de “Felipe” lhe telefonou para marcar um encontro pessoal e adiantou o assunto: repatriar 20 milhões de reais que seriam usados na campanha presidencial de Dilma Rousseff. Depois de verificar a origem do telefonema, Youssef marcou o encontro que

O círculo vai se fechando

A Polícia Federal investigava uma quadrilha especializada em movimentar dinheiro ilícito e acabou puxando o fio da meada daquele que se apresenta como o maior escândalo de corrupção da história



2004

2012

2014

Paulo Roberto Costa é nomeado pelo ex-presidente Lula para o cargo de diretor de Abastecimento da Petrobras

No governo Dilma Rousseff, Paulo Roberto deixa a diretoria de Abastecimento

Março — A Operação Lava-Jato prende o doleiro Alberto Youssef e descobre ligações dele com Paulo Roberto, que também é preso. Documentos apreendidos revelam que o ex-diretor recolhia propina junto às empreiteiras que prestavam serviços à Petrobras. Youssef era o encarregado de pagar propina a políticos

Abril Descobre-se que o deputado André Vargas (PT), vice-presidente da Câmara, ganhou de presente do doleiro o aluguel de um **jatinho**

Maio — São encontrados depósitos de dinheiro para vários políticos, entre eles o senador **Fernando Collor** e boa parte da bancada do PP, partido que apoia o governo

Agosto — O ex-diretor assina acordo de delação premiada, confessa seus crimes e envolve no caso o presidente do Congresso, deputados, senadores, governadores e ministros — mais de trinta políticos. Revelou também que as empreiteiras pagavam 3% do valor dos contratos com a Petrobras ao PT, ao PMDB e ao PP. E disse que, em 2010, recebeu um pedido de dinheiro de Antonio Palocci, coordenador da campanha de Dilma Rousseff

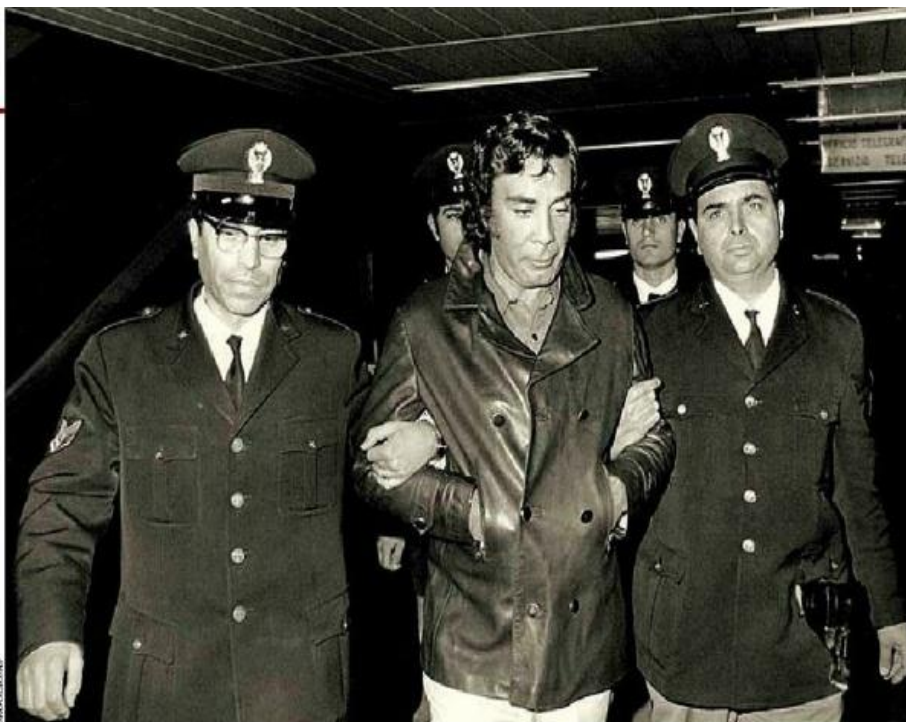
BO FERRERIA/ESTADÃO CONTEÚDO



SÉRGIO LIMA/PULHAPRESS

ATÉ A MÁFIA FALOU
Tommaso Buscetta,
o primeiro mafioso a fazer
delação premiada.
Na Sicília, seu sobrenome
virou xingamento

nunca se concretizou por ele ter se tornado hóspede da Polícia Federal em Curitiba. Procurados, os defensores do doleiro não quiseram comentar as revelações de Youssef, justificando que o processo corre em segredo de Justiça. Pelo que já contou e pelo que promete ainda entregar aos investigadores, Youssef está materializando sua ameaça velada feita dias atrás de que iria “chocar o país”.



Quem delata pode mentir?

A delação premiada tem uma regra de ouro: quem a pleiteia não pode mentir. Se, em qualquer momento, ficar provado que o delator não contou a verdade, os benefícios que recebeu como parte do acordo, como a liberdade provisória, são imediatamente suspensos e ele fica sujeito a ter sua pena de prisão aumentada em até quatro anos.

Para ter validade, a delação premiada precisa ser combinada com o Ministério Público e homologada pela Justiça. O doleiro Alberto Youssef assinou o acordo com o MP no fim de setembro. Desde então, vem dando depoimentos diários aos procuradores que investigam o caso Petrobras. Se suas informações forem consideradas relevantes e consistentes, a Justiça — nesse caso, o Supremo Tribunal Federal, já que o doleiro mencionou políticos — homologará o acordo e Youssef será posto em liberdade, como já ocorreu com outro delator envolvido no mesmo caso, Paulo Roberto Costa. O ex-diretor da Petrobras deu detalhes ao Ministério Público e à Polícia Federal sobre o funcionamento do esquema milionário de pagamento de propinas que funcionava na estatal e beneficiava políticos de partidos da base aliada

do governo. Ele já deixou a cadeia e aguarda o julgamento em liberdade. O doleiro continua preso.

Até o ano passado, a lei brasileira previa que o delator só poderia usufruir os benefícios do acordo de delação ao fim do processo com o qual havia colaborado — e se o juiz assim decidisse. Ou seja, apenas depois que aqueles que ele tivesse incriminado fossem julgados é que a Justiça resolveria se o delator mereceria ganhar a liberdade. Desde agosto de 2013, no entanto, esses benefícios passaram a valer imediatamente depois da homologação do acordo. “Foi uma forma de estimular a prática. Você deixa de punir o peixe pequeno para pegar o grande”, diz o promotor Arthur Lemos Júnior, que participou da elaboração da nova lei.

Mais famoso — e proflero — delator da história recente, o mafioso Tommaso Buscetta levou à cadeia cerca de 300 comparsas. Preso no Brasil em 1983, fechou acordo com a Justiça italiana e foi peça-chave na Operação Mãos Limpas, responsável pelo desmonte da máfia siciliana. Depois disso, conseguiu proteção para ele e a família e viveu livre nos Estados Unidos até sua morte, em 2000.

ALEXANDRE HISAYASU



Setembro
O doleiro Youssef também se dispõe a contar o que sabe à Justiça. Suas primeiras revelações atingem a campanha presidencial do PT em 2010 e, agora, diretamente o ex-presidente Lula e a presidente Dilma

ANEXO C

Capa de Carta Capital, Edição 823, de 29/10/2014



ANEXO D

Reportagem de Carta Capital, Edição 823, de 29/10/2014, p. 12-19


eleições 2014

A democracia vence o golpe

Dilma Rousseff supera a tentativa da mídia de interferir nas eleições e derrota Aécio Neves em uma disputa acirrada

POR ANDRÉ BARROCAL E RODRIGO MARTINS



“UNIÃO NÃO SIGNIFICA NECESSARIAMENTE UNIDADE DE IDEIAS, NEM AÇÃO MONOLÍTICA CONJUNTA. PRESSUPÕE, EM PRIMEIRO LUGAR, ABERTURA E DISPOSIÇÃO PARA O DIÁLOGO E ESTE É O MEU PRIMEIRO COMPROMISSO DE MANDATO”

A ESTRATÉGIA no Brasil foi sempre tentar, desde o Getúlio Vargas, trazer a corrupção à tona para atacar projetos mais progressistas e desenvolvimentistas. Quero que descubram como (*vão me atacar*).” Premonitório o desabafo de Dilma Rousseff a *CartaCapital* dias antes de sua histórica reeleição. A disputa presidencial mais difícil vencida pelo Partido dos Trabalhadores exigiu superar uma resistência conservadora e golpista presente até a hora final. Um triunfo da politização da maioria do eleitorado, certo de que o governo petista ainda é a aposta certa para melhorar a vida dos mais pobres e dos trabalhadores.

Com 54,4 milhões de votos, 51,6% do total, Dilma Rousseff teve uma vitória apertada, só oficializada pela Justiça Eleitoral depois da apuração de 97% das urnas, às 9 da noite do domingo 26. Com 15 milhões de votos despejados na cumbuca tucana, São Paulo alavancou Aécio Neves e levou o candidato do PSDB a ter o melhor desempenho tucano nas quatro derrotas para o PT. O senador mineiro teve ao todo 51 milhões de votos, o equivalente a 48,3%. Caso uma parte dos paulistas realizasse o sonho de fundar a República (quem sabe a monarquia) Bandeirante e o sufrágio no estado fosse excluído da contagem geral, a presidenta venceria no Brasil por 55% a 45%.

No reduto do PSDB, a Região Sudeste, Dilma Rousseff venceu no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. No Rio Grande do Sul, onde a petista vota e fez carreira política, perdeu, ao contrário do primeiro turno, mas o revés foi compensado pelo resultado em Pernambuco, único estado do Nordeste que não lhe dera a vitória no turno inicial, graças ao apoio da família do falecido Eduardo Campos à ex-ministra Marina Silva.

Pernambuco foi palco do maior comício da presidenta em toda a eleição. Ao

CAPA: FELIPE DANABAR; EVARISTO SAFF; MIGUEL SCHINCAROL/APP; YASUYOSHI CHIBAMAPP; LEON BIANCO/BRAZIL PHOTO PRESS/ESTADÃO CONTEUDO

eleições 2014



Vencedores e vencidos. Enquanto os dilmistas comemoravam e os tucanos choravam, Aécio Neves, em Belo Horizonte, agradecia aos eleitores paulistas



eleições 2014

Terceiro turno? A oposição e a mídia apostam em Youssef e Costa para fustigar Dilma Rouseff

lado do ex-presidente Lula, Dilma arrastou 52 mil eleitores às ruas do Recife na terça-feira 21, depois de uma maratona de atos públicos em outras duas cidades. Diante da multidão, mostrou uma desenvoltura incomum. No palanque pediu aos apoiadores para “não deixar pena de tucano presa, só voando por aí” e para votarem contra o atraso e o retrocesso representados, segundo ela, pelo PSDB.

A última semana reservou o mais simbólico ato público da jornada dilmista. Na segunda-feira 20, a candidata e Lula lotaram o teatro da PUC, em São Paulo, para um encontro com intelectuais. Sem poder entrar, uma multidão aglomerou-se do lado de fora. E não perdeu viagem. Dilma foi a uma sacada saudar o público, a quem acenou por dez minutos e com quem comemorava aos gritos de “quem não pula é tucano”. Segundo um dos dirigentes da campanha do PT, o ato mostrou que a militância do partido tinha perdido definitivamente a desinibição de ir às ruas defender a candidata, coragem que faltara no primeiro turno.

A desinibição gerou alguns confrontos físicos com simpatizantes tucanos em atos pelo País, especialmente em São Paulo. Com Aécio Neves atrás nas pesquisas, a revista *Veja* noticiou na noite da quinta-feira 23, sem apresentar provas, que o doleiro Alberto Youssef teria acusado dois dias antes, em uma delação premiada, Dilma e Lula de conhecerem e autorizarem os desvios na Petrobras. O golpe era a resposta à dúvida da presidenta a respeito de como seria atacada pelo udenismo que vitimara Vargas. A presidenta estava no Rio de Janeiro e se preparava para o derradeiro duelo televisivo com Aécio na noite seguin-

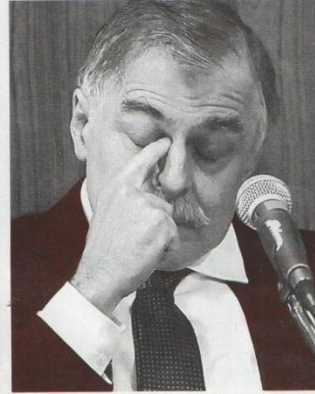


te, na Globo. Entre auxiliares temia-se uma reação tímida. Engano.

A presidenta gravou um depoimento para seu horário eleitoral da sexta-feira 24, último dia de exibição, com uma reação contundente. Chamou a acusação de “crime”, “terrorismo eleitoral” e tentativa “desonesta” de interferir na eleição. Seu comitê entrou com ação criminal contra a *Veja*. No Tribunal Superior Eleitoral, os petistas conseguiram no sábado 25 a publicação de um direito de resposta no site da revista e a proibição da publicidade da semanal em outdoors, internet, rádio e tvê. O direito de resposta foi ao ar sem o destaque da reportagem, motivo de o procurador-geral eleitoral Eugênio Aragão pedir ao TSE uma multa de 500 mil reais por hora contra a publicação.

Em São Paulo, militantes da União da Juventude Socialista protestaram na por-

Minas Gerais e Rio de Janeiro uniram-se ao Norte e Nordeste na vitória da petista



ta da Editora Abril, dona da *Veja*, na sexta-feira 24. Picharam muros e atiraram lixo e pedras. No dia seguinte, em Porto Alegre, Dilma condenou o ato: “Vandalismo”. E voltou a confrontar a revista: “Golpista”. Àquela altura, corriam pela internet boatos de toda sorte. Um deles garantia: Youssef teria sido envenenado, insinuação de assassinato ordenado pelo PT. O doleiro foi parar no hospital, mas por outro motivo, uma queda de pressão.

Ostucanos tentaram aproveitar a chance. Aécio Neves classificou a reportagem de “extremamente grave”, a resposta petista de “censura” e o protesto na Abril, de “atentado à liberdade de expressão”. Em seu último programa eleitoral, exibiu a revista. Mais tarde, no debate na Globo, questionou Dilma. Seus partidários distribuíram a revista pelo País durante o fim de semana. Até então, o escândalo da Petrobras sumira da campanha do PSDB. Presidenciável em 2010, José Serra dissera no domingo 19 que o assunto estava “enjoativo”. O silêncio coincidia com o surgimento de notícias de que tucanos teriam recebido propina de Youssef para esvaziar uma CPI da Petrobras em 2009, entre eles o ex-presidente do partido Sérgio Guerra, falecido em março passado. ▶

✓ eleições 2014

JORNALISMO

As fraudes na estatal eram uma peça-chave no xadrez tucano. Segundo pesquisas do comitê da oposição, o brasileiro estaria menos paciente com os desmandos. Para os aecistas, ninguém deveria ir às urnas sem ter o tema “corrupção” na cabeça. Após uma reunião da CPI da Petrobras em setembro, o chefe da campanha de Aécio, senador José Agripino, dizia pelos corredores ser preciso haver notícias diárias sobre o tema.

Os petistas preocupavam-se. Suas sondagens internas apontavam a Petrobras como uma barreira ao avanço de Dilma Rousseff nas pesquisas. Os eleitores, afirmou um dos dirigentes da campanha, resistiam à ideia de escolher um candidato só com base em propostas. Se achassem o rival marcadamente mais íntegro, se inclinariam por este sem se importar com plataformas. Era uma situação crítica. O plano no segundo turno era convencer o eleitorado por meio de um embate



PERDE E GANHA por SERGIO LIRIO

Quem perde

OS DONOS DA MÍDIA

Coadjuvantes durante a maior parte das eleições, atropelados por fatos inesperados, a começar pela morte do candidato Eduardo Campos, os meios de comunicação tentaram influenciar o resultado nos últimos três dias da corrida presidencial. Trilharam o caminho do golpe e as consequências são imprevisíveis, para eles e para o Brasil.

SÃO PAULO

O estado surpreendeu ao dar uma vitória acachapante a

Aécio Neves no primeiro turno, o que levou o tucano ao segundo. Fiel da balança, dado o tamanho de seu eleitorado, São Paulo termina isolado, vítima de sua arrogância e preconceito. Agora principal cidadela do tucanato, será obrigado a enfrentar um racionamento de água e assistir à contínua decadência de sua influência econômica e política. Tal cenário deveria levar as lideranças empresariais e a sociedade civil organizada a repensar seu papel. Se quiserem ressuscitar o lema “não sou conduzido, conduzo”, os paulistas precisam empreender um esforço bandeirante para decifrar as mudanças ocorridas no resto do País.

O PRAGMATISMO DO PT

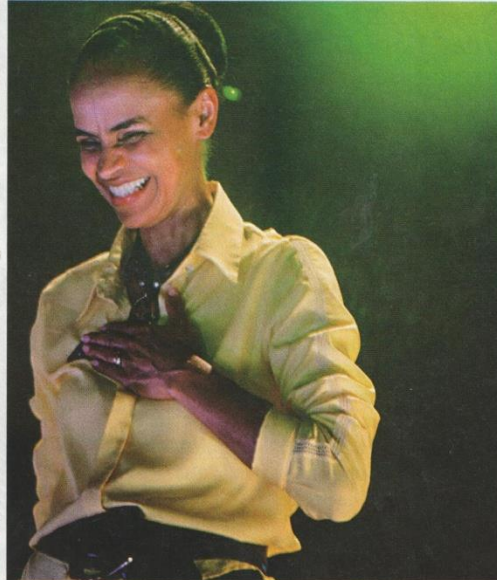
Acomodado em um grande arco de alianças, em nome da governabilidade, e infestado de oportunistas, o PT foi obrigado a redescobrir a rua e os movimentos sociais nestas eleições. Em resumo, a política. Uma boa notícia: figuras como Cândido Vaccarezza foram vetadas pelas urnas. É hora de o partido continuar o trabalho iniciado pelos eleitores e se livrar de nomes e práticas reprováveis, de ser menos condescendente com a corrupção e menos leniente com a esperteza. E de recuperar a coragem para aprofundar a democracia brasileira.

O PSDB

Embora Aécio Neves tenha colhido pouco mais de 48% dos votos no segundo turno, o partido continua a se escorar no discurso da negação, do antipetismo, para tentar voltar ao poder federal. Não deu certo de novo. Cada vez mais parecida com o velho Partido Republicano Paulista, a legenda precisa se reinventar, se quiser manter o papel de organizadora natural da oposição.

A “NOVA” POLÍTICA

Em menos de um mês, Marina Silva dilapidou o patrimônio do que chamava de “nova” política. Seus recuos e alianças revelaram que a ex-senadora não passava de



Cometas.

Marina Silva, ungida candidata após a morte de Eduardo Campos, viveu o auge e o ocaso

outra representante da mais velha, tradicional e oportunista política brasileira, praticada por senhores que não teriam pudor em manter a ex-ministra em seu "devido lugar". A ideia da terceira via sai bastante enfraquecida desta eleição.

Quem ganha

OS MACARTHISTAS DA MÍDIA

Pobres? Fabricantes de automóveis? Comerciantes de produtos populares? Não. Quem mais ganhou durante os 12 anos do PT no governo foram as estrelas do antipetismo na mídia. Proprietários de latifúndios

em jornais, revistas, rádios e tevês, esses colunistas viram seus ganhos se multiplicarem por meio de palestras e livros cujo objetivo principal é disseminar o ódio e a desinformação. Mais quatro anos de Dilma Rousseff garantem a continuidade do lucrativo negócio, à custa de alguns incautos e muitos rancorosos.

AÉCIO NEVES, SEGUNDO A GLOBO

Na GloboNews, canal de notícias da família Marinho, o candidato tucano, embora tenha obtido menos votos que a adversária, foi o grande vencedor. Por essa tese, Aécio Neves deveria ser empossado em 1º de janeiro de 2015.

entre dois modelos de governo, um em favor da maioria e outro, da elite.

A presidenta enfrentou o problema aos poucos. No fim do primeiro turno, anunciou um pacote de combate à impunidade. No início do segundo, chamou imediatamente de "golpe" a divulgação de áudios de depoimentos de Youssef e de Costa, nos quais o PT aparecia como beneficiário de comissões em contratos da Petrobras. No sábado 18, deu um passo ousado ao admitir em público a existência de fraudes e dizer que lutaria para ressarcir os cofres públicos. Na véspera da votação, afirmou que haverá punições do a quem doer.

No esforço para empurrar a disputa ao campo dos projetos, a campanha petista difundiu fatos da vida política e pessoal do adversário. Esperava tirar-lhe a vantagem devida à aparente boa imagem. Soube-se então que Aécio Neves foi indicado para cargos públicos pelo pai e por um primo no passado, e que nomeou parentes no governo de Minas. O ponto alto do plano foram os pugilísticos debates na Band e no SBT.

Nos confrontos finais, na Record e na Globo, a beligerância diminuiu, de parte a parte. O tom mais comedido foi forçado pelo TSE. Na quinta-feira 16, o tribunal proibira ataques no horário gratuito. A decisão rachou a Corte e gerou polêmica. O Ministério Público Eleitoral reclamou de reviravolta no meio do jogo e perto da eleição. Ministros do TSE achavam inapropriado interferir no nível da campanha. Os dilmistas sentiram-se mais afetados, por crer que não podiam contar com a cobertura espontânea da mídia contra o mineiro.

A decisão foi obra do presidente do tribunal, José Dias Toffoli. Advogado do PT no passado, indicado pelo ex-presidente Lula para o Supremo Tribunal Federal, o ministro anda contrariado com a presidenta. A um amigo contou sentir-se desprezado, jamais consultado sobre a indicação de juízes para tribunais. Durante a eleição, criticou Dilma Rousseff por dar

eleições 2014

entrevistas no Alvorada como candidata e usar o local no horário eleitoral.

A limitação foi compensada em parte pelo principal cabo eleitoral de Dilma. Aos 69 anos, o ex-presidente Lula cruzou o Brasil, empolgado como se fosse o candidato. Esteve em Belo Horizonte, na periferia e no Centro de São Paulo, na Grande Rio, no Recife, Porto Alegre e Campo Grande, para carreatas e comícios, às vezes em jornada dupla. Coube a ele a tarefa de apontar cruamente defeitos do rival, em discursos fortes com mais de um alvo.

Lula chamou Aécio de “filhinho de papai” e “candidato dos banqueiros”. De “grosseiro” e desrespeitador das mulheres, por chamar Dilma de “leviana”, sinônimo de prostituta em certos lugares do Nordeste. Acusou o PSDB de “elitismo” e reclamou do ódio ao PT, vítima de “nazismo”. Disse que a mídia sabotava governantes favoráveis aos pobres desde Getúlio Vargas. Para o mineiro, Lula “apequenou” a biografia.

Nos dias decisivos da eleição, entrou em pauta um assunto indigesto para o PSDB, a falta de água em São Paulo. A crise hídrica foi levada à propaganda petista na tevê, na expectativa de melhorar o desempenho da presidenta entre o maior e mais antipetista eleitorado do País. Com cuidado, sem citar o popular governador tucano Geraldo Alckmin, Dilma culpou o PSDB e ofereceu um apoio federal de 1,8 bilhão de reais. No debate na Globo, disse que o “meu banho, minha vida” era obra tucana. Na capital paulista, distribuíram-se panfletos a defender a “seca de votos” contra quem “secou a água”.

O assunto extrapolou as propagandas. Na quinta-feira 23, entrou em vigor mais um desconto para os paulistas poupadores de água, enquanto a carestia alastrava-se pelo estado. Dois dias antes, o presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu, dissera no Legislativo paulista que o estado vive uma “pré-tragédia”. Amigo de Dilma, o deputado federal José

Na economia, o desafio de Dilma é restabelecer o diálogo com o setor privado

Aníbal, do PSDB, chamou Andreu de “vagabundo”. Aécio pôs em dúvida a isenção da ANA, que estaria “aparelhada” pelo PT, partido de Andreu. Em um vídeo na internet na quarta-feira 22, Alckmin quebrou o silêncio: “É lamentável que queiram tirar proveito político deste fato”.

Há razões para desconfiar que, de olho na própria reeleição, o governador também tentou “tirar proveito político deste fato”, minimizando o drama. Na sexta-feira 24, tornaram-se conhecidos áudios comprometedores. Em reunião na Sabesp, a estatal paulista de água, a presidente Dilma Pena dizia haver uma “orientação superior” contra alertar a população para a necessidade de economizar. A revelação custou um pedido de *impeachment* contra Alckmin, apresentado pelo PSOL. Se houver um “terceiro turno” na eleição presidencial, com questionamentos sobre a legitimidade da vitória de Dilma, é possível que haja em São Paulo também.

De qualquer forma, não adiantou. Os paulistas deram ampla vitória a Aécio Neves, uma vantagem de 7 milhões de votos.

A sofrida reeleição encerra uma disputa repleta de reviravoltas iniciadas em junho do ano passado. Naquela altura, Dilma enfrentava problemas políticos e econômicos, mas ainda parecia favorita a vencer no primeiro turno. De uma hora para outra, viu despencar a aprovação do governo, então na casa dos 60%. No início oficial da campanha, o índice beirava os 35%.

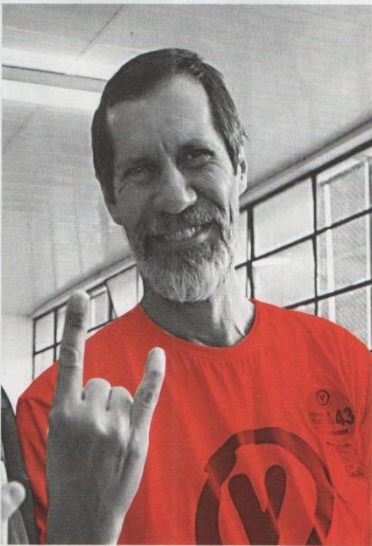


Graças à campanha no horário gratuito de rádio e tevê, a aprovação superou os 40%.

Com a incerteza reinante no pós-manifestações e um crescente sentimento de mudança por parte da população, o PSDB souou para manter o protagonismo. O motivo foi a concorrência do PSB, disposto a



Nanicos? Pastor Everaldo, Levy Fidelix, Luciana Genro e Eduardo Jorge foram responsáveis pelo melhor desempenho de candidatos menores em uma corrida presidencial



encarnar uma “terceira via”. Ambicioso, o ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos não quis esperar por um eventual apoio de Lula na eleição de 2018 e decidiu lançar-se ao Palácio do Planalto. Aproximou-se do mercado financeiro e de líderes direitistas, entre eles a família Bornhausen, de Santa Catarina, e o ruralista Ronaldo Caiado, de Goiás, roubando aliados naturais de Aécio.

Até morrer em um acidente de avião de 13 de agosto, Campos jamais empolgara o eleitorado. Foi a entrada de Marina Silva em seu lugar que de fato abalou Aécio e chacoalhou a eleição. Dona de 20 milhões de votos na disputa pela Presidência em 2010 pelo inexpressivo PV, ela disparou nas pesquisas, no embalo da comoção popular e da superexposição na mídia. Empatou com Dilma no primeiro turno e abriu 10 pontos de vantagem em simulações de segundo turno.

Mas a onda que se anunciava um tsunami refluiu para uma marola. A campanha de Dilma deu início a uma exitosa estratégia de desconstrução da rival, tarefa na qual teve a ajuda de Aécio. Marina ruiu por conta de suas próprias fragilidades, como reconhecido pelo PSB. “Certas críticas do PT ao programa de Marina tinham algum fundamento. Determinadas propostas encontravam resistência dentro do próprio PSB, como a independência do Banco Central e a desaceleração do pré-sal”, diz o presidente da legenda, Carlos Siqueira.

Beneficiado pela implosão de Marina, Aécio alcançou uma surpreendente votação de 33% no primeiro turno, montou a maior frente anti-PT no início do segundo e assumiu a liderança nas pesquisas. Sustentou-se assim durante boa parte da disputa, com forte discurso antipetista. “Aécio soube dosar melhor esse discurso e dialogar com o eleitor mediano, que não é necessariamente contra o PT. Ele reconheceu os avanços sociais do governo Lula, mas defendeu uma corre-

ção da política econômica”, afirma Claudio Couto, cientista político da Fundação Getúlio Vargas. Mas não foi o bastante para o PSDB retomar o poder.

O próximo mandato de Dilma terá desafios políticos e econômicos que o Planalto precisa encarar desde agora. A montagem de sua base parlamentar promete emoções. Se a presidenta colecionara atritos na primeira gestão, a eleição multiplicou o número de ressentidos. Maior legenda no Senado, o PMDB é liderado por Eunício Oliveira, batido por um petista na luta pelo governo do Ceará. O influente presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, foi derrotado na briga pelo governo potiguar por um candidato apoiado por Lula.

O perfil mais fisiológico e conservador do novo Congresso é outro abacaxi. O número de siglas na Câmara subiu de 22 para 28, maior dispersão da história. O PT encolheu de 88 para 70 deputados. As bancadas ruralista, evangélica, militar e empresarial avançaram. Quadro que a radicalização de petistas e tucanos no fim da eleição só tende a azedar. “A proposição de ampla reforma política pode ser uma boa saída para tirar o governo da defensiva”, diz o cientista político Leonardo Avritzer, pós-doutor pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos EUA. Em seu discurso após a confirmação da vitória, Dilma Rousseff fez questão de apaziguar os ânimos e acenar: “Esta presidenta está disposta ao diálogo”.

Na economia, a missão será restabelecer as pontes com o setor privado, que não fez questão de esconder sua predileção por Aécio Neves (ou qualquer outro nome da oposição) com uma espécie de greve patronal responsável pela estagnação do PIB neste ano. Aguarda-se com expectativa o anúncio do substituto de Guido Mantega no Ministério da Fazenda, cujo desafio imediato será convencer o empresariado a retomar os investimentos. A falta de confiança é a maior desde a crise global de 2008. •

MARCOS ALVES/AGÊNCIA O GLOBO; ALE SILVA/FUTURA PRESS/ESTADÃO; CONTEÚDO E LUIZ CLAUDIO BARBOSA/FUTURA PRESS/ESTADÃO/CONTEÚDO